UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

MICHELLE JOANNY ZOMPERO SANTOS

VÍNCULO FRATERO E ADOÇÃO:
um estudo documental sobre a trajetória de irmãos, da medida protetiva
à reinserção familiar

SÃO PAULO
2019

MICHELLE JOANNY ZOMPERO SANTOS

**VÍNCULO FRATERO E ADOÇÃO:
um estudo documental sobre a trajetória de irmãos, da medida protetiva
à reinserção familiar**

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Clínica

Orientadora: Prof^a. Titular Isabel Cristina Gomes

SÃO PAULO
2019

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Santos, Michelle Joanny Zompero

VÍNCULO FRATERNAL E ADOÇÃO: Um estudo documental sobre a trajetória de irmãos, da medida protetiva à inserção familiar. / Michelle Joanny Zompero Santos; orientadora Isabel Cristina Gomes. -- São Paulo, 2019.

148 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2019.

1. Adoção. 2. Irmãos. 3. Vínculo Fraternal. 4. Psicanálise. 5. Direito. I. Gomes, Isabel Cristina, orient. II. Título.

Nome: SANTOS, Michelle Joanny Zompero

Título: Vínculo fraterno e adoção: Um estudo documental da trajetória de irmãos, da medida protetiva à reinserção familiar

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do título
de Mestre em Psicologia

Aprovado em: ____/____/____.

Banca Examinadora

Prof.(a): _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a): _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a): _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a): _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À minha família:

Meus pais que tanto amo;

Meus irmãos Peterson e Jefferson, com quem partilho as histórias de nossas vidas;

Meu irmão Helry, quem me mostrou que o laço fraterno realmente é um caminho para encontrar nossos pais e nossa origem, e por quem, talvez, consciente ou inconscientemente, tenho buscado por entre estes estudos.

AGRADECIMENTOS

À professora orientadora Isabel Cristina Gomes, toda minha admiração e gratidão. Agradeço profundamente todo conhecimento transmitido e compartilhado e, principalmente, por me ensinar o significado da construção de vínculo e de confiança durante a minha longa trajetória neste projeto de mestrado.

Às minhas ex-colegas do Laboratório de Casal e Família do Instituto de Psicologia Clínica, Sandra Zanetti, Maíra Bonafé Sei, Maria Galvão Rios e Maria Lúcia Paiva, por me receberem e me permitirem sentir tão pertencente ao grupo. Vocês fizeram parte desta história e ocupam lugar importante no meu crescimento. E aos colegas que ainda hoje dividem comigo esse espaço tão rico de aprendizagem.

Aos amigos adquiridos por meio da prática da fraternidade que me acolheram com todo amor nas idas e vindas para São Paulo, contribuindo para que meu sonho pudesse ser possível.

À Ana Deise Cardoso, que na figura do analista sempre me ofereceu continência e afeto.

À Rosana Brum Romero, minha professora de Português, que esteve presente no último ano e me ajudou a transformar o sentimento de impossibilidade em convicção de poder comunicar ideias e expressar pensamentos e sentimentos de forma coesa e coerente na construção textual desta dissertação.

À Vara da Infância e da Adolescência de Campo Grande, pela permissão da pesquisa, a quem agradeço em nome da Dra. Katy Braun do Prado e da desembargadora Maria Isabel de Matos Rocha; em especial, agradeço a todos os irmãos que vêm, desde 2002, emprestando suas histórias.

Não quero deixar de registrar o meu agradecimento à CAPES, pelo incentivo e apoio financeiro, e à Universidade de São Paulo; ambas tornaram tangível a realização e conclusão desta pós-graduação.

Por fim, e não menos relevante, expresso meu reconhecimento a cada um que, direta ou indiretamente, foi coadjuvante na realização deste sonho. Quem me conhece sabe o quanto foi longa e árdua esta trajetória iniciada em 2007. Eu continuei! E entre mim e cada um aqui mencionado está, a separar-nos, todo o caminho trilhado nestas páginas, que não imaginei poder vir a escrever tão facilmente*.

*Parafrazeando José Saramago, in: Manual de pintura e caligrafia. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 59.

Sob o véu ilusório da mesma palavra da lei oculta-se uma pluralidade de significações...

BÜLOW, Oskar, 1885.

RESUMO

SANTOS, M.J.Z. (2019). **Vínculo fraterno e adoção: um estudo documental da trajetória de irmãos, da medida protetiva à reinserção familiar**. 148f. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

No que tange à adoção, a importância do vínculo fraterno se faz continuamente presente nos processos que envolvem fratrias, que resulta no último elo entre crianças que são afastadas de sua família de origem. Assim, a relação entre irmãos levanta diversas dúvidas e questionamentos entre os profissionais envolvidos nesse processo, principalmente no momento de decidir sobre o destino de cada um deles. No Brasil, com a Nova Lei da Adoção e a priorização dos vínculos fraternos, existe uma demanda cada vez maior no sentido de um aprofundamento no estudo desses vínculos e seu papel na estruturação do psiquismo frente à ruptura familiar. Sob essa perspectiva, objetivamos analisar a trajetória de irmãos frente aos processos de medida protetiva, destituição do poder familiar e adoção, bem como a reflexão acerca das decisões constantes dos autos correlacionadas às leis vigentes; tendo como base um levantamento bibliográfico sobre o tema e a pesquisa documental junto aos processos de adoção do grupo de irmãos realizados na última década (2007 a 2016), numa determinada Vara da Infância e Juventude de Mato Grosso do Sul. Os dados obtidos foram tratados por meio da análise de conteúdo e discutidos com base no referencial teórico psicanalítico. Foram acompanhados 64 grupos, que corresponderam a 227 crianças. Os resultados indicaram que apesar da relação de inveja, ciúme e rivalidade entre irmãos, ficou evidente a importância da função fraterna continente, de cuidado, de proteção e de referência quanto ao que restou da família de origem. Desse modo, a menos que haja claras contraindicações para a separação, ficou evidente que as adoções conjuntas ou fragmentadas, promoveram igual ou maior estabilidade na construção dos novos vínculos quando comparadas às individuais. Além disso, o perfil dos adotantes mostrou ser importante variável nas adoções de irmãos, reforçando a imprescindível preparação e o amadurecimento dessa decisão para os futuros pais e, de igual modo, para os irmãos. Nesse sentido, o reconhecimento da singularidade e das diferenças de cada irmão que compõem a fratria precisam ser avaliadas e compreendidas na tomada de decisões, que prioritariamente devem ser baseadas nas necessidades das crianças/adolescentes e não na conveniência administrativa ou na dificuldade de se encontrarem lares, razão por que a medida deve ser analisada caso a caso.

Palavras-chave: adoção, irmãos, vínculo fraterno, Psicanálise, Direito.

ABSTRACT

SANTOS, M. J. Z. (2019). **Fraternal link and adoption: a documentary research of the trajectory of siblings, the protective measure to the family reintegration.** 148f. Master's Dissertation, Psychology Institute, University of São Paulo, São Paulo, SP, Brazil.

With regard to the adoption, the importance of the fraternal link is continually present in processes that involve brotherhood, which results in the last link between children who are estranged from their birth family. Thus, the relationship between siblings raises several doubts and questions among the professionals involved in this process, especially at the moment of deciding the fate of each one of them. In Brazil, with the New Law of Adoption and prioritization of fraternal links, there is a growing demand in order to deepening this studies and its role in the structuring of the psyche in front of family breakdown. So, this research aims to analyze the trajectory of brothers before the processes of protective measure, removal of family power and adoption as well as the reflection about the decisions contained in the record correlated to the laws; based on a bibliographical survey of this theme and a documentary research in the process of brothers adoption group made in last decade (2007 to 2016) on the Child and Youth Court in Campo Grande-MS. The data obtained were processed through content analysis and discussed based on psychoanalytic theoretical framework. A total of 64 groups were followed, corresponding to 227 children. The results indicated that despite the envy, jealousy and sibling rivalry, it was evident the importance of fraternal continent function, care, protection and reference of birth family remaining, became evident. Thus, unless clear contraindications for separation, the research suggests the joint or fragmented placements are equally or more stable than individual adoptions. In addition, the profile of adopters proved to be important variable in adoptions of siblings, reinforcing the essential preparation and maturation on this decision for prospective parents and, likewise, for the siblings. In this sense, recognition the singularity and the differences of each one who composes the brotherhood must be evaluated and understood in order to find reasons that legitimize decisions that must be based, primarily, on the needs of children/ adolescents and not on administrative convenience or in difficulty to find homes, reason why it should be analyzed case-by-case.

Key words: adoption, siblings, fraternal link, Psychoanalysis, Law.

LISTA DE SIGLAS

AAS	Adoption Attitudes Scale
ABS	Adoption Beliefs Scale
CBCL	Child Behavior Checklist
CIJ	Coordenadoria da Infância e Juventude
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNA	Cadastro Nacional de Adoção
CNCA	Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FCPT	Teoria dos Padrões de Comunicação Familiar
GAA	Grupo de Apoio à Adoção
IBDFAM	Instituto Brasileiro de Direito da Família
IPUSP	Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
MS	Mato Grosso do Sul
PIA	Plano Individual de Atendimento
PLS	Projeto de Lei do Senado
SRQ	Questionário de Relacionamento com o Irmão

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Categorização dos grupos de irmãos	81
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Reinserção familiar e recolhimento	85
Figura 2 - Categorização da Vara	92

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 BREVE HISTÓRICO ACERCA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE IRMÃOS E AS LEIS QUE NORTEIAM A MANUTENÇÃO DESSES VÍNCULOS NA ADOÇÃO	20
2.1 Lei 13.509/2017: novas mudanças e o desejo de se fazer valer	25
2.2 Discussão da lei	30
3 ADOÇÃO DE GRUPO IRMÃOS: O QUE É POSSÍVEL DESCOBRIR SOBRE ESSA PRÁTICA	39
3.1 Avaliação e tomada de decisão	50
3.2 Limitações e considerações metodológicas segundo a revisão bibliográfica empreendida.....	55
4 O FRATERNO NA PSICANÁLISE	59
4.1 O vínculo na contemporaneidade: novas famílias, novas fratrias e o resgate da significação dos vínculos fraternos.....	59
4.2 Os enlaces e desenlaces do fraterno no ciclo vital da família biológica	61
4.3 As especificidades do fraterno: o Complexo e o Vínculo	67
4.4 Ruptura familiar e a construção da filiação adotiva de uma fratria	70
4.5 Como se dá a construção da filiação adotiva	72
5 OBJETIVOS	78
5.1 Objetivo geral.....	78
5.2. Objetivo específico	78
6 METODOLOGIA.....	79
6.1 Procedimentos e aspectos éticos	80
7 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS	81
7.1 Criação do Banco de Dados	81
7.2 Da medida protetiva à reinserção familiar ou à destituição do poder familiar	84
7.2.1 O apego ao vínculo biológico	86
7.2.2 A escuta dos profissionais	87
7.2.3 A destituição do poder familiar	88
7.2.4 Projeto de Apadrinhamento afetivo e família acolhedora	90
7.3 Tentativas de adoção de grupo de irmãos: conjunta, fragmentada ou separada	91
7.3.1 Adoções conjuntas/fragmentadas bem sucedidas.....	94
7.3.2 Adoções conjuntas/fragmentadas mal sucedidas.....	99
7.3.3 Adoções separadas bem sucedidas	103
7.3.4 Adoções separadas mal sucedidas	106

8 DISCUSSÃO	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS	135

1 INTRODUÇÃO

Adoção, durante muito tempo, representou o ato de doar uma criança a um casal que não pudesse ter filhos. Desse modo, retratava a perpetuação da memória e do culto familiar das pessoas impossibilitadas de criar. Com o passar dos anos e a evolução do contexto jurídico, principalmente após a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), o enfoque mudou. Hoje, tomado um novo rumo, o que se prioriza é dar uma família a uma criança, desde que tal ato consista em beneficiar a criança e não mais os adotantes.

O estudo do desenvolvimento infantil e da importância dos cuidados maternos em tenra idade, bem como as consequências para a saúde física e mental do infante advindas da negligência, da perda ou separação de sua família de origem deixam claro que sofrer perdas ou ser abandonada pode ser extremamente traumático para a criança, acarretando danos, muitas vezes, irreparáveis. Sendo assim, quando há ruptura dos vínculos filiativos, em caso de irmãos, a lei preconiza que seja preservado o vínculo entre eles, com o não desmembramento do grupo diante da institucionalização (SANTOS, 2005).

Voltada para este tema, a pesquisadora inicia sua trajetória, em 2002, na 1ª Vara da Infância e Juventude de Campo Grande-MS, ao acompanhar o trabalho da equipe técnica que demonstrava muita responsabilidade e preocupação diante da possibilidade do desmembramento do grupo de irmãos. A atuação de tais profissionais podia ser vista como uma cirurgia de alto risco de vida, em que tinham que correr contra o tempo, tendo em vista que quanto maior a idade da criança, mais difícil seria a sua adoção, o que poderia desencadear situações de difícil solução e os seguintes questionamentos: Como e até quando manter os irmãos juntos? Mas o que é mantê-los juntos?

Ao procurar respostas para esses e outros questionamentos, esta pesquisadora elaborou seu Trabalho de Conclusão do Curso de Psicologia (SANTOS, 2005), o qual teve o intuito de oferecer uma visão panorâmica sobre os aspectos relevantes da separação de irmãos no processo de adoção, a partir das experiências de todos os envolvidos – os profissionais, as crianças e os pais adotivos. No período da pesquisa, a única menção ao “não desmembramento de grupo de irmãos” encontrava-se no art. 92 do ECA, que se destinava às entidades de abrigo e preconizava a manutenção dos vínculos familiares e a gradativa preparação para o desligamento (BRASIL, 1990).

Pelo fato desse artigo do Estatuto ser direcionado “às entidades de abrigo”, a falta de subsídios jurídicos que contribuíssem nas decisões da justiça a respeito da manutenção ou separação dos grupos de irmãos propiciava diversas e divergentes interpretações na visão dos juristas e dos profissionais envolvidos.

Frente a essa situação, os profissionais entrevistados da Vara da Infância e Juventude de Campo Grande (MS), com um olhar atento para as crianças em situação de acolhimento, perceberam que essas crianças, por estarem muito violadas nos seus direitos e terem perdido a confiança nos adultos ou numa família garantidora de proteção e afeto, mostravam a tendência de reforçar os laços fraternos dentro do grupo de irmãos. Desse modo, ao se reorganizarem para suprir a perda familiar, geralmente era um dos irmãos quem assumia o papel do cuidador e ocupava a posição de “substituto permanente”² – como denominou Bowlby (1988) –, oferecendo ligação e suporte necessários para ajudar o outro a se recuperar. Por outro lado, quando isso não ocorria, em vez de um grupo de irmãos tinha-se um agrupamento de pessoas que não conseguiam se integrar e muito menos desenvolver laços afetivos com sentimentos de amizade e confiança (SANTOS, 2005).

Sendo assim, mediante os insucessos observados num período de sete anos, referentes às crianças que foram mantidas juntas no abrigo, e diante da impossibilidade de se adotarem os irmãos conjuntamente, a equipe estudada começou a pensar na possibilidade do desmembramento do grupo de irmãos, caso isto justificasse o melhor benefício para a criança. Para a equipe, a relação fraterna não a atendia em suas necessidades para seu desenvolvimento pleno, principalmente quando um dos irmãos assumia a responsabilidade “paterna” e, dessa forma, sacrificava a sua condição e o seu direito de ser criança. Acreditava-se que, quando integrado a uma família, aquele irmão deixava de exercer a função de cuidador podendo, assim, retomar a sua infância. Embora sofressem críticas decorrentes das “interpretações errôneas” da prática da separação, os profissionais realizaram tentativas de inserção familiar separadamente buscando a manutenção dos vínculos fraternos (SANTOS, 2005).

A Juíza Maria Isabel de Matos Rocha, participante da entrevista para a pesquisa, na época, afirmava que “o direito de assegurar a cada criança ter uma família e ser adotada prevalece sobre o direito do irmão permanecer junto. E, se isso tiver que passar pela separação dos irmãos, deverá ser feito com preparo técnico para evitar traumas e minimizar os lutos”

²O autor registra a expressão “mãe substituta permanente” para fazer referência a “uma pessoa que desempenha, regular e constantemente, o papel de mãe”. No texto, é com a intenção de trazer esse sentido que se emprega a expressão “substituto permanente” (BOWLBY, 2018, p. 13).

(SANTOS, 2005, p.63). Para a magistrada, a não separação acabava “condenando” todos os irmãos e, para ela, uma criança em família e outra no abrigo era melhor do que todos permanecerem institucionalizados, sem família.

Diante dessa conjuntura, um dos critérios encontrados para que os técnicos pudessem dar seu parecer foi a verificação do tipo de vinculação existente entre os irmãos. Não sendo possível a integração de todo o grupo junto, inclusive em famílias estrangeiras, tentava-se dividi-los em grupos menores, com dois ou três irmãos, esgotando todas as alternativas até se chegar à única que lhes restava: a separação.

Outra medida adotada foi a de procurar não separar crianças com idade abaixo de sete anos, desmembrando o grupo a partir dos oito anos para não dificultar a adoção. Dessa forma, desde o momento da seleção, também se levava em consideração o fato de que a família estivesse disposta a conservar os vínculos com os outros membros do grupo e, na tentativa de manter o contato entre os irmãos, procurava-se, quando possível, minimizar a distância entre as cidades de destino e realizar as adoções de forma simultânea, iniciando o contato entre as famílias durante o estágio de convivência. Com tal medida, adotava-se a postura de estimular a manutenção dos vínculos entre a fratria, mesmo em famílias separadas (SANTOS, 2009).

Ao longo desse processo, inferiu-se que a relação de consanguinidade, por si só, não mais se sustentava como condição suficiente para insistir em manter a união do grupo de irmãos e, embora naquele momento a equipe técnica considerasse o desmembramento do grupo, a maior preocupação era com o futuro dessas crianças e com o prognóstico das inevitáveis adoções separadas (SANTOS, 2005).

Decorridos oito anos dessa referida pesquisa, a Dra. Maria Isabel reafirmou seu posicionamento em um artigo publicado na revista trimestral de jurisprudência do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, no ano de 2013, no qual afirma que a adoção em separado é melhor do que sentenciar essas crianças a serem institucionalizadas para sempre. Na visão dessa Juíza, por mais que a legislação recomende a manutenção dos vínculos fraternos, “a criança tem direito a uma família e esse direito não deve ser embaraçado porque a criança tem um irmão que não pode ser adotado pela mesma família” (ROCHA, 2013, p. 9).

Sobre tal aspecto, quando se recorre ao ECA, ao Novo Código Civil, à Constituição Federal e a leis que tramitam atualmente sobre a adoção, compreende-se que o direito a ter uma família é considerado o mais importante para a criança. Todavia, ainda hoje, a possibilidade da adoção conjunta da fratria diminui consideravelmente as chances da criança abrigada ser inserida em família substituta e divide opiniões entre os operadores do Direito. Sendo assim, se esgotados todos os recursos e possibilidades de manutenção na família de

origem, a preservação dos vínculos familiares e a integração em família substituta com um ambiente familiar adequado é prioridade para a criança.

Na atualidade, a legislação brasileira avançou no que diz respeito à adoção, implementou novos prazos, exigindo mais agilidade em relação ao tempo de institucionalização. As novas Leis da Adoção 12.010/2009³ e 13.509/2017⁴ reforçam a manutenção dos vínculos frateros para que as crianças sejam colocadas no mesmo abrigo e na mesma família, seja em caso de guarda, tutela ou adoção. A última lei 13.509/2017 oferece também prioridade no cadastro para os interessados em adotar irmãos, demanda a prévia preparação e o acompanhamento para os futuros pais adotivos e igualmente para as crianças. Porém, mesmo com tantas alegações a respeito da importância da preservação dos vínculos frateros, seja no âmbito da Psicologia quanto no do Direito, ainda assim a cultura de adotar apenas uma criança prevalece e, como resultado, o número de crianças que possuem irmãos e estão disponíveis para adoção é muito grande, quando comparado ao número de pretendentes que aceitam adotar irmãos.

Felizmente, a prática e a cultura da adoção caminham para visíveis mudanças e apontam para diferentes análises e avaliações quanto ao perfil dos adotantes e às possibilidades de manter ou não vínculos entre a criança e sua família de origem. Por conseguinte, aumentam as chances de êxito na busca de candidatos em adoções complexas como a do grupo de irmãos, a qual envolve a adoção tardia e simultânea. Nesse sentido, as adoções abertas – nas quais pais adotantes estabelecem o compromisso legal de que seja mantido o vínculo entre os irmãos – têm despontado como alternativa para se fazer cumprir as leis que protegem a não separação e a manutenção dos vínculos entre os irmãos.

Sem embargo, em vista das restritas perspectivas de garantir as adoções conjuntas, a vulnerabilidade em que se colocam essas crianças ameaçadas de perder o único elo que lhes restam – o da fratria – gera muita angústia para todos os envolvidos, no momento de decidir sobre o destino daquelas que compõem o grupo de irmãos. Na ocorrência de tais casos, os operadores do Direito empenham-se para investigar a viabilidade do desmembramento do grupo e, especialmente, para compreender a singularidade de cada caso e de cada grupo na busca do melhor interesse para a criança e da melhor solução para os irmãos.

³BRASIL, 2009.

⁴BRASIL, 2017a.

Dessa forma, em consequência das dificuldades que se apresentam em relação à interpretação quanto ao “princípio do melhor interesse da criança”⁵ (BRASIL, 1990)⁶, bem como à impossibilidade de prognosticar todos os casos particulares, o aplicador do Direito é desafiado em sua tarefa de intérprete da letra da lei (PEREIRA, 2003). Mesmo na hipótese de omissão ou obscuridade da lei, “o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito”⁷, observando-se a função hermenêutica referida ao valor jurídico deste princípio, de forma a priorizá-lo sobre qualquer outro a que ele se contraponha, conforme determina nossa Constituição (PEREIRA, 2010). Tal método de compreensão legal é vital para o processo, uma vez que o juiz, preso à letra fria da lei, afasta-se das reais e cambiantes necessidades da sociedade, o que dificulta o alcance e o entendimento acerca da problemática latente para atingir a justiça e a possível solução, dentro das implicações peculiares de cada caso. É nesse momento que a presença e o acompanhamento de uma equipe técnica, notadamente do profissional psicólogo, para o adequado estudo do caso devidamente fundamentado, auxilia o trabalho do juiz na tomada de uma decisão mais favorável ao interesse da criança e do adolescente (SILVA, 2003).

Assim, a interlocução cada vez mais frequente entre o Direito e a Psicologia/Psicanálise resulta em contribuições efetivas e articuladas teoricamente por meio da análise e compreensão do comportamento humano no contexto afetivo e social, dando, à justiça, olhar e escuta sensíveis à inter-relação com a subjetividade humana, construída a partir das intersubjetividades das relações, as quais o campo jurídico não pode mais desconsiderar. Esse encontro entre recursos técnicos e princípios dogmáticos de outras ciências reconhece a singularidade e completude relativa de cada fase do desenvolvimento da criança e do adolescente, e de cada movimento em torno do afeto peculiar aos laços familiares, das relações intra e intersubjetivas circunscritos a um determinado contexto familiar, o que contribui diretamente na busca e no alcance do maior benefício em cada caso de acordo com os fins sociais previstos no ECA⁸ (AMARILLA, 2014; GROENINGA; PEREIRA, 2003; SECRETAS, 2009).

⁵“Nesta hipótese não estamos diante de lacunas da lei, mas sim de um princípio, o qual aparece, com pequenas variáveis, em modelos jurídicos marcados por ideologias diversas” (PEREIRA, 2003, p. 212).

⁶Os art. 5º e 6º do ECA (BRASIL, 1990) merecem destaque por proporcionar aos operadores do Direito clara compreensão do princípio do melhor interesse da criança (PEREIRA, 2003).

⁷Art. 140 do Decreto de Lei 10.406/2002 (BRASIL, 2005) e art.4 do Decreto de Lei 4.647/1942 (BRASIL, 2010).

⁸BRASIL, 1990.

Desse modo, é nessa perspectiva interdisciplinar que a presente pesquisa objetiva descrever a trajetória⁹ de irmãos frente aos processos de medida protetiva, destituição do poder familiar e adoção, bem como refletir sobre as decisões constantes nas sentenças dos autos e correlacioná-las às leis que abrangem a adoção de grupo de irmãos, sob à luz da Psicanálise Vincular.

Este estudo não tem, *a priori*, a intenção de ser quantitativo. Apesar de mencionar alguns dados estatísticos, seu objetivo é compreender, por meio do método da pesquisa documental, o processo como um todo e promover a compreensão mais profunda sobre as adoções de irmãos realizadas num período de 10 anos (01/01/2007 a 31/12/2016), na Vara de Infância e da Juventude de Campo Grande/MS. Justifica-se a escolha do local levando-se em conta o histórico da pesquisadora na Vara mencionada, bem como em seu desejo de encontrar algumas respostas para questões levantadas a respeito do prognóstico das práticas relacionadas aos processos de irmãos até então investigadas.

Pretende-se, com os resultados, disponibilizar dados que possam acrescentar e auxiliar no trabalho dos profissionais envolvidos em acompanhamento de grupos de irmãos, além de contribuir para a conscientização e a sensibilização na preparação dos pretendentes à adoção da criança e do grupo de irmãos, segundo a nova Lei da Adoção preconizada pelo ECA (BRASIL, 2017a).

Para tanto, esta dissertação contém sete capítulos, que se sucedem a esta parte introdutória. Primeiramente, faz-se uma abordagem acerca dos aspectos jurídicos que norteiam a adoção de irmãos no Brasil, a começar pela tendência à institucionalização da fratria até a atual problemática e preconização dos vínculos fraternos na reinserção familiar. Tem-se, então, o primeiro capítulo, propriamente dito. Em seguida, apresenta-se o levantamento bibliográfico empreendido em bases indexadoras, nacionais e internacionais, que referendam a compreensão acerca da temática aqui investigada. O estudo avança com o capítulo de número 4: o Fraterno na Psicanálise, abordando o tema sob o referencial psicanalítico, o capítulo 5 com os objetivos e o capítulo 6 que descreve a metodologia adotada para a realização desta pesquisa. A apresentação dos resultados obtidos e as análises correspondentes a eles constituem o capítulo 7 desta dissertação, a qual se encerra com a discussão seguida das considerações advindas do desenvolvimento da pesquisa.

⁹Cabe esclarecer aqui que se entende por trajetória os acontecimentos durante o caminho percorrido pela criança desde a saída de sua família biológica à reintegração familiar ou colocação em família substituta.

2 BREVE HISTÓRICO ACERCA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE IRMÃOS E DAS LEIS QUE NORTEIAM A MANUTENÇÃO DESSES VÍNCULOS NA ADOÇÃO

As mudanças e os avanços significativos na legislação brasileira e na própria cultura de adoção mostram que para a construção de novas práticas é necessário enfrentar desafios, quebrar paradigmas e, por meio de experiências bem-sucedidas, encontrar medidas que aumentem as chances de êxito para as adoções complexas como a de grupo de irmãos - a qual envolve a adoção conjunta e de crianças maiores.

Cada cultura, ao longo do seu percurso histórico, assume posturas diferenciadas em relação à adoção, de acordo com o contexto sócio-político, econômico e religioso da época (WEBER, 2003). Entretanto, a institucionalização e a adoção de crianças e adolescentes sempre dizem respeito às relações familiares, especificamente ao mau funcionamento familiar, à violência, à negligência, ao abandono, à institucionalização e ao rompimento definitivo do vínculo com a família de origem, o que oferece à criança ou ao adolescente todos os direitos de um filho biológico em sua nova família por adoção.

No Brasil, o caminho percorrido para o atendimento à infância e à adolescência foi marcado inicialmente por intervenções e práticas de caráter formador e reformador, em sua maior parte, por instituições religiosas e filantrópicas que contavam com subsídios do Estado. Assim, o principal instrumento de assistência à infância no país passou a ser o recolhimento de crianças às instituições de reclusão – os denominados "orfanatos". Tais crianças eram advindas de famílias em situação de pobreza ou com dificuldades em criar seus filhos, o que era caracterizado pelo “abandono”, fato que, no decorrer do tempo, evidenciou ainda outro aspecto: “a fragilização dos elos familiares e a rejeição por parte da criança em relação às suas famílias” (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Na década de 1970, estudos realizados no estado do Rio de Janeiro denunciavam a propensão ao abrigamento dos irmãos e mencionavam que o indicativo de irmãos de menores internados, os quais também acionaram o sistema solicitando ao juiz sua própria internação, chegava a representar mais da metade dos casos. “Das famílias pesquisadas, 40,4% tinham mais de um filho internado. Dentre as famílias que internaram mais de um filho, quase um terço (28,7%) internou todos os filhos” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p.41).

Observou-se que a maioria dessas crianças internadas vinham de famílias monoparentais, nas quais apenas a mãe era presente e a falta de recursos constituía um dos determinantes das internações. Nesse período, o grande número de irmãos abrigados revelava

a desvirtualização da finalidade de assistir aos “autênticos desvalidos” em função do “manejo” utilizado por essas famílias na busca de garantir, por meio do internato, cuidados básicos como saúde, alimentação e vestuário, bem como formação escolar e profissional dos seus filhos (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Apesar do caráter afetivo e da preocupação familiar que justificavam os motivos para dispor de tal medida, as sucessivas internações ocasionadas disseminaram a concepção da “incapacidade”, da “insensibilidade” e da “indiferença” dos pais, que viam no assistencialismo e no orfanato melhores oportunidades para os seus filhos. Assim sendo, a construção da assistência à infância no Brasil nasce junto com a culpabilização e representações negativas da família pelo estado de abandono. Antes de tudo, esse tipo de assistência visualizava a proteção “contra” a família - cujos filhos formavam a clientela da assistência social (RIZZINI; RIZZINI, 2004; SILVA; ARPINI, 2013).

No intuito de se evitar o denominado “depósito de crianças”, novas diretrizes foram geradas. Com características tutelares e prerrogativas para atenuar a presumida vulnerabilidade, o Código de Menores, primeiro documento legal, elaborado em 1927 e reformulado em 1979, consolida a Doutrina da Situação Irregular e estabelece estratégias de controle e disciplina, baseadas no binômio carência-delinquência, sem distinguir o motivo do afastamento familiar e, por meio do atendimento coletivizado, mantendo as crianças em instituições fechadas, isoladas da convivência em comunidade e sem perspectiva de retorno à família ou de ressocialização (RIZZINI; RIZZINI, 2004; ROSSATO; LÉPORE; CUNHA, 2018; SIQUEIRA, 2012; SILVA; ARPINI, 2013).

Entretanto, a ineficácia e as consequências de se terem crianças e adolescentes sob esse regime de institucionalização intramuros – que substituía a educação familiar e os mantinha segregados – resultaram em novos entendimentos baseados nas discussões e na influência direta dos movimentos internacionais da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Convenção e da Declaração sobre os Direitos da Criança e demais tratados pertinentes.

Considerado decisivo para as mudanças, da mesma forma, o momento de transição histórica e política do Brasil caminhou concomitantemente com o processo de evolução dos direitos das crianças e adolescentes rumo à redemocratização. Surge, então, outro nível de conscientização acerca da urgência de mudanças e da necessidade de revisão das políticas de atendimento, bem como a reestruturação dos centros de assistência, em vista da falta de alternativas à internação que limitava as perspectivas de desenvolvimento da criança, que não

deveria ser afastada da família e da comunidade (RIZZINI; RIZZINI, 2004; SILVA; ARPINI, 2013; SIQUEIRA, 2012; WEBER, 2004).

Destarte, a implementação de nova legislação no país quebra paradigmas da cultura familiar e reformula os conceitos de assistência e cuidado à criança e ao adolescente, no Brasil: a Constituição Federal de 1988 traz uma nova roupagem para o Direito da Família e, conseqüentemente, para a Adoção. Considerada um divisor de águas, a promulgação da Carta Magna introduz as premissas da democracia, afirma direitos de cidadania e rompe com velhas concepções ao apresentar a igualdade da filiação¹⁰, independentemente de sua origem. Por meio da incorporação do afeto e de uma nova leitura dirigida à estrutura familiar e parental assegura, com maior flexibilidade e respeito à multiplicidade e pluralidade, os modelos de família e de parentalidade vivenciados pela sociedade brasileira contemporânea (AMARILLA, 2014).

Nessa mesma direção, marco de consolidação do Direito da Criança e do Adolescente no Brasil, o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990 – retira a criança e o adolescente do lugar de receptor passivo e da posição de espectador como objeto de direito e os reitera como credores – “detentores de direitos contidos em um novo ordenamento jurídico” situando-os como sujeitos de direito (ROSA, 2018, p. 15). Inspirado nas normas internacionais, esse dispositivo determina que crianças e adolescentes recebam proteção integral, prioridade superior e absoluta, considerando-os em sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento. Com papel destacado ao interesse superior da criança, o ECA confirma a igualdade de filiação e impõe a garantia ao convívio familiar e comunitário, visando à preservação dos vínculos familiares, à liberdade e ao ambiente adequado para seu pleno desenvolvimento.

No que diz respeito às medidas específicas de proteção, esse documento estabelece, em seu art.101 §1º, o acolhimento como medida provisória e excepcional, que deve ser utilizado apenas como "período de transição" para a nova família por adoção ou retorno à família de origem, garantida a sua “brevidade” (BRASIL, 1990). Nesse sentido, o Estatuto considera o grande número de irmãos nas entidades de abrigo e, para evitar a altíssima probabilidade de serem enviados para abrigos diferentes devido à idade ou sexo, no momento

¹⁰Igualdade de filiação = efeito da adoção plena à qual, mesmo que em virtude da lei, cria uma isonomia na filiação ao equiparar adotante e adotado creditando-lhes os mesmos direitos e deveres advindos da relação entre pais e filhos, e eliminando qualquer distinção na afiliação, seja ela afetiva ou biológica, conforme previsto no art.227 § 6º da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e no art. 20 do ECA (BRASIL, 1990): “Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”.

do acolhimento, reforça a preservação dos vínculos familiares e pressupõe, claramente, o "não desmembramento do grupo de irmãos", conforme se lê no art.92 incisos I e V:

Art. 92. As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios: I - preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar; V - não desmembramento de grupos de irmãos, que devem ser mantidos mesma na instituição (BRASIL, 1990).

Entretanto, pelo fato do ECA se ater “às entidades de abrigo”, a falta de subsídios jurídicos que contribuíssem nas decisões da justiça a respeito da manutenção ou separação dos grupos de irmãos propiciava divergência nas interpretações dos juristas e nos pareceres dos profissionais envolvidos.

No intuito de enfatizar os princípios que norteiam o ECA e de determinar importantes modificações com a incorporação de mecanismos capazes de assegurar sua efetiva implementação, em 3 de agosto de 2009 foi sancionada a Nova Lei Nacional da Adoção/12.010 – a primeira mudança no Estatuto da Criança e do Adolescente com diretrizes específicas para garantir o direito à convivência familiar e comunitária. Consagrada a verdadeira “Lei de Convivência Familiar” (ROSSATO; LÉPORE; CUNHA, 2018, p. 154), essa nova lei reconhece, por meio da alteração do art.25 do Estatuto da Criança e do Adolescente¹¹, os vínculos de afeto e afinidade como “alicerce do núcleo familiar e seu elemento de legitimação”, ao instituir a *família extensa ou ampliada*¹² como possibilidade de reinserção da criança em situação de risco. Dessa forma, dilata o conceito de família e sustenta a “estrutura familiar sem lastro na conjugalidade, distanciada de uma conformação rígida de papéis e funções parentais – notadamente no tocante à personificação da maternagem e paternagem” (AMARILLA, 2014, p.54).

Em especial, a Lei 12.010/2009 proclama a não separação dos irmãos como verdadeiro princípio, o que deve ser considerado quando da aplicação de medidas de proteção, bem como para fins de acolhimento familiar ou guarda, tutela e/ou adoção, conforme pressuposto no art. 28, §4º do ECA e art. 1.733 do Código Civil Brasileiro, ao determinar que "aos irmãos órfãos dar-se-á um só tutor"¹³.

Art. 28. §4º. Os grupos de irmãos serão colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, ressalvada a comprovada existência de risco de abuso ou outra situação que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa,

¹¹Art.25. Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes (BRASIL, 1990).

¹²Incluída no art. 25 do ECA (BRASIL, 1990) e intitulada como nova forma de família, entende-se por este arranjo aquele que procura abarcar também “parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade. Poderá, evoluir para família substituta, com algumas ressalvas (adoção para irmãos e ascendentes), bem como a terceiros não parentes” (ROSSATO; LÉPORE; CUNHA, 2018, p. 157).

¹³(BRASIL, 2005).

procurando-se, em qualquer caso, evitar o rompimento definitivo dos vínculos fraternais (BRASIL, 2009).

Desse modo, a lei dá ênfase à preservação dos vínculos fraternais, não mais colocando os irmãos em famílias substitutas diversas e estabelece que, em situações excepcionais, quando os irmãos tenham que ser separados, devem-se prever atividades conjuntas entre eles de modo a manter e mesmo fortalecer esses vínculos, salvaguardadas as circunstâncias de risco de abuso ou outro fato que legitime um rompimento definitivo (DIGIÁCOMO; DIGIÁCOMO, 2017).

Entretanto, após a Lei 12010/2009, a manutenção ou devolução da criança e do adolescente ao convívio junto da família natural, formada pelos pais e irmãos, se fortalece como objetivo legal primário, tendo preferência em relação a qualquer outra providência, conforme acrescenta o parágrafo 3º do art.19 do Estatuto (BRASIL, 2009). Desse modo, os programas de acolhimento familiar e institucional ganham maior força haja vista a responsabilidade que têm de salvaguardar os direitos de uma pessoa em desenvolvimento, enquanto outras medidas de proteção e políticas públicas voltadas para a assistência às famílias naturais intentam deixá-las aptas para receber novamente seu(s) filho(s). Nesse sentido, o encaminhamento para a adoção acontece somente se as intervenções estatais dispostas à reestruturação da família natural não surtirem efeitos. Com isso, as dificuldades e os embaraços na aplicabilidade da lei acabaram tornando o procedimento de adoção mais rigoroso, fomentando, ademais, a infindável (e morosa) fila de espera que redundava em milhares de crianças “inadotáveis” (DIGIÁCOMO; DIGIÁCOMO, 2017; ROSSATO; LÉPORE; CUNHA, 2018).

Diante desse cenário, o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) se juntou à causa da adoção e, em outubro de 2017, lançou a proposta do anteprojeto de Lei do Estatuto da Adoção (BRASIL, 2017b) no XI Congresso Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões. O intuito é de reformular a ótica do sistema de adoção ao eliminar entraves burocráticos e emprestar celeridade aos processos de destituição do poder familiar, com a finalidade de tirar da invisibilidade milhares de crianças e adolescentes. Para tanto, o Projeto, que ainda se encontra em avaliação na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, ambiciona tornar-se um estatuto próprio e independente do ECA (IBDFAM, 2017b).

Ainda na tentativa de abreviar a trajetória da adoção, concomitantemente à tramitação do projeto mencionado, uma nova Lei da Adoção foi promulgada, em 22 de novembro de 2017, para consolidar entendimentos que vinham sendo pronunciados nas esferas judiciais a

respeito de encurtar prazos e agilizar os processos de adoção. A Lei nº 13.509/2017 (BRASIL, 2017a), denominada por alguns como a "Lei dos Prazos", é voltada também para a criação de alternativas àqueles cujo perfil é “não favorável”. Dessa maneira, marcaram-se novos tempos, novos ganhos e novas alterações no ECA e, também, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – o que garante estabilidade provisória ao funcionário adotante e licença à maternidade, inclusive na adoção de adolescentes - todas com o objetivo de estimular a adoção.

2.1 Lei 13.059/2017: novas mudanças e o desejo de se fazer valer

Propõe-se, aqui, conhecer as mudanças trazidas pela nova legislação dentro da perspectiva da trajetória da criança e do adolescente no decorrer de um processo de adoção. Conforme disposto nos arts. 98 a 101 do ECA (BRASIL, 1990), quando uma criança tem seus direitos ameaçados e violados, e sofre a aplicação das medidas de proteção¹⁴, pode ser acolhida em instituição ou programa de família acolhedora¹⁵. Imediatamente após o seu acolhimento, a entidade responsável pelo programa de acolhimento deverá elaborar o Plano Individual de Atendimento (PIA), visando à reintegração familiar ou a sua colocação em família substituta¹⁶. Incluído pela Lei nº 12.010 de 2009, parágrafos 4º, 5º e 6º do art.101 do ECA, consta, dentre outros itens, o seguinte:

[...] os resultados da avaliação interdisciplinar, os compromissos assumidos pelos pais ou responsável, a previsão das atividades a serem desenvolvidas com a criança ou com o adolescente acolhido e seus pais ou responsável, com vista na reintegração familiar ou, caso seja esta vedada por expressa e fundamentada determinação judicial, as providências a serem tomadas para sua colocação em família substituta, sob direta supervisão da autoridade judiciária (BRASIL, 2009).

Assim, a dimensão interdisciplinar desse documento legal contempla a história de vida, a trajetória familiar e a condição presente da criança ou do adolescente implicados em

¹⁴Define-se por medidas protetivas “ações ou programas de caráter assistencial, aplicadas isolada ou cumulativamente, quando a criança ou adolescente estiver em situação de risco, ou quando da prática de ato infracional” (ROSSATO; LÉPORE; CUNHA, 2018, p.333).

¹⁵Incluídos na redação da Lei 12.010 de 2009, art. 34, os programas de acolhimento familiar têm preferência ao acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o seu caráter temporário e excepcional, reconhecendo o papel do Estado o qual deverá estimular, incentivar e oferecer subsídios, bem como da União “a qual deve oferecer apoio a sua implementação como serviço de política pública, os quais deverão dispor de equipe que organize o acolhimento temporário de crianças e de adolescentes em residências de famílias selecionadas, capacitadas e acompanhadas que não estejam no cadastro de adoção (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)” (BRASIL, 1990). A família, por sua vez, deverá exercer a vocacionada função no intuito de oferecer o carinho e o cuidado especial ao assistido, sem entretanto recebê-lo como filho (ROSSATO; LÉPORE; CUNHA, 2018).

¹⁶Família substituta é uma das formas de família reconhecida nos arts. 28 a 31 do ECA (BRASIL, 1990) e simboliza aquela que, usualmente, sem qualquer vínculo de parentesco ou biológico, assume, seja por guarda, tutela ou adoção, a responsabilidade de oferecer à criança e ao adolescente negligenciados e impedidos de ter salvaguardados seus direitos à convivência familiar e a todas as garantias previstas em nossa constituição.

toda sua complexidade; sublinha o acompanhamento do desenvolvimento biopsicossocial e todo o processo de socialização e vinculação no âmbito de suas relações familiares, comunitárias e institucionais, comprometidos na formação educacional, profissional e cultural (BERNARDI; GUARÁ, 2018). O PIA instrumentaliza o profissional, traduzindo as indicações da avaliação interdisciplinar em ações reais e objetivas de atendimento, orientando-o em sua caminhada e legitimando as necessidades da criança e das famílias sob “as perspectivas que se colocam para sua proteção integral e os caminhos para se alcançar sua integração sócio-familiar” (BERNARDI; GUARÁ, 2018, p.7), e, como tal, deve ser reconhecido em sua importância.

A nova redação do §1º do art.19 propõe que a situação da criança e do adolescente deva ser reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses e não mais a cada 6 (seis) meses. Com a avaliação feita num intervalo menor de tempo, as informações e as sugestões técnicas, conjugadas e compartilhadas com o magistrado, que objetivam apreender aspectos singulares do caso essenciais à decisão judicial e auxiliar na construção de alternativas para as pessoas incluídas no estudo, poderão “apoiar a agilização do processo de decisão e aumentar a confiabilidade e responsabilidade de todos pelo sucesso no alcance das ações que levem as crianças a uma vida social e familiar protetora e segura” (BERNARDI; GUARÁ, 2018, p.7).

Durante o período de acolhimento, com o acréscimo dos parágrafos 5º e 6º ao art.19 do ECA (BRASIL, 2017a), passa-se a garantir à criança a convivência integral com a mãe, que deverá ser assistida por equipe multidisciplinar especializada¹⁷. Nos casos de adoção *Intuitu Personae*, no novo art.19-A (BRASIL, 2018), é garantida a oitiva interprofissional e o atendimento especializado à gestante ou mãe que manifestar interesse de entregar a criança. Nesse caso, o genitor ou membro representante da família extensa terá preferência pela criança¹⁸. No entanto, fica estipulado que a busca pela reintegração familiar não deve ultrapassar 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogável por igual período¹⁹. Quando não for possível a reintegração da criança, deve ser decretada a perda ou suspensão do poder familiar²⁰ e a criança deverá ser submetida à guarda provisória²¹ dos pretendentes que estejam

¹⁷Frente à realidade de diversas comarcas do Brasil onde não há essa equipe, ou não há equipe suficiente para a demanda desse trabalho, numa tentativa de suprir a ausência de equipe técnica a Lei 13.509/2017 prevê, em seu art. 151, Parágrafo único: “Na ausência ou insuficiência de servidores públicos integrantes do Poder Judiciário responsáveis pela realização dos estudos psicossociais ou de quaisquer outras espécies de avaliações técnicas exigidas por esta Lei ou por determinação judicial, a autoridade judiciária poderá proceder à nomeação de perito, nos termos do art. 156 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).” (BRASIL, 2017a).

¹⁸Art. 25 do ECA (BRASIL, 1990).

¹⁹Art. 19-A, §3º, Lei 13.509/2017 (BRASIL, 2017a).

²⁰Art.24 do ECA; Arts. 115 e seguintes (BRASIL, 2017a).

habilitados a adotá-la, ou, ainda, ser inserida em programas de acolhimento familiar ou institucional.

Da mesma forma, outra inovação apresentada refere-se à formalização dos programas de apadrinhamento como medida protetiva²². Os programas destinam-se, principalmente, àqueles cuja possibilidade de adoção é remota – inclui-se, neste caso, grupo de irmãos, crianças maiores de 10 anos e crianças portadoras de deficiência física ou doença não tratável. Tal medida visa “quebrar os muros” das instituições de acolhimento e promover, à criança ou ao adolescente, o estabelecimento de vínculos externos para fins de convivência familiar e comunitária, bem como para o seu desenvolvimento integral.

Fracassadas todas as possibilidades de reintegração familiar, dá-se início ao procedimento para perda ou suspensão do poder familiar. Depois de se receber a petição, é determinada a realização de “estudo social ou perícia por equipe interprofissional ou multiprofissional para comprovar a presença das causas que justificam o processo”²³. Recebido o relatório, o prazo para que o Ministério Público dê ingresso à ação de destituição do poder familiar diminui de 30 (trinta) para 15 (quinze) dias. Em tal situação, o Ministério Público pode ajuizar a destituição do poder familiar e, se necessário, solicitar a realização de “avaliações complementares ou demais providências que entender indispensáveis para o ajuizamento da demanda”²⁴. O prazo máximo para conclusão do procedimento estabelecido na nova lei é de 120 (cento e vinte) dias; após isto, constatada a inviabilidade da manutenção do poder familiar, caberá ao juiz “dirigir esforços para preparar a criança ou o adolescente com vistas à colocação em família substituta”²⁵.

Com a possibilidade de adoção, são chamados os pretendentes habilitados e devidamente inseridos no CNA²⁶, respeitando a ordem e o perfil, com vista a atender o melhor interesse da criança e não o dos pretendentes. Feita a escolha, e, principalmente, a exigida e

²¹ Arts. 34 a 36 do ECA (BRASIL, 2017a).

²² Art. 19 B da lei 13.509/2017 (BRASIL, 2017a).

²³ Novo §1º do art. 157, Lei 13.509/2017 (BRASIL, 2017a).

²⁴ Art. 101, §10 da Lei 13.509/2017 (BRASIL, 2017a).

²⁵ Art. 163, Lei 13.509 (BRASIL, 2017a).

²⁶ Previsto no art. 50 §5º do ECA, o Cadastro Nacional de Adoção (CNA) é um sistema de informações criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Esta sistemática permite que a adoção seja deferida somente a pessoas previamente cadastradas e habilitadas, devendo-se sempre observar e respeitar a ordem cronológica de inscrição no cadastro dos adotantes. Salvo em hipóteses excepcionais, como a acrescentada no §15 ao art. 50 do ECA. Implantado em 2008 foi reformulado em 2014 e agora em 2018 para sanar dificuldades encontradas na atualização e cruzamento de dados, permitindo assim, uma busca mais ampla e ágil de crianças e adolescentes em condição de serem adotados, bem como a respeito de pessoas ou casais habilitados à adoção em todo o Brasil. O novo sistema passará a se chamar Sistema Integrado, o qual unifica o CNA e o CNCA e almeja por meio desse mapeamento de informações reduzir a burocracia e auxiliar os juízes na condução dos processos. Ainda em fase de testes apresenta críticas e ressalvas sobre sua aplicabilidade e eficiência (BRASIL, 2017a; CNJ, 2019a; DIGIÁCOMO; DIGIÁCOMO, 2017; LABUTO, 2018).

adequada aproximação, será determinada a guarda provisória e a preparação de ambos os lados para que a efetiva adoção tenha início. O estágio de convivência “será acompanhado pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política de garantia do direito à convivência familiar”. Ao final do prazo determinado, apresentarão relatório minucioso acerca da convivência estabelecida contribuindo para o deferimento da medida²⁷.

Antes da lei 13.509/2017, “o estágio de convivência era fixado pela autoridade judiciária, observada a peculiaridade do caso concreto, chegando a estender-se, em alguns casos, por até 01 ano”, conforme ensina o professor de Direito e Juiz Federal do Distrito Federal, Márcio André Lopes Cavalcante (2017). Com a nova lei, a autoridade judiciária continua tendo “liberdade de fixar a duração do estágio de convivência”, porém levando em conta o “prazo máximo de 90 (noventa) dias, observadas a idade da criança ou do adolescente e as peculiaridades do caso”. Esse prazo, poderá, entretanto, “ser prorrogado por até igual período, mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária”.

De acordo com a nova lei, nos casos de adoção internacional os prazos estão fixados em um mínimo de 30 (trinta) dias e o máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, podendo ser, contudo, “prorrogável por até igual período, uma única vez, mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária”²⁸. Dessa forma, “os detentores da guarda possuem o prazo de 15 (quinze) dias para propor a ação de adoção contado do dia seguinte à data do término do estágio de convivência”²⁹.

Sucedee, assim, que o prazo máximo para a conclusão da ação de adoção é de 120 (cento e vinte) dias, “prorrogável uma única vez por igual período”, também “mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária”³⁰. Dessa forma, a nova Lei diminui também o tempo máximo de permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional, não devendo este se prolongar por mais de 18 (dezoito) meses, “salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária”³¹. No que concerne aos prazos, a Lei 13.509/2017 acrescenta um dispositivo polêmico que, diversamente do que preconiza o Código Civil³², prevê a alteração na contagem para dias corridos, em se tratando do ECA:

²⁷ Art. 46 §3º e 4º, Lei 13.509/2017 (BRASIL, 2017a).

²⁸ Art.46, §3º, Lei 13.590/2017 (BRASIL, 2017a).

²⁹ Art.19-A §7º, Lei 13.509 (BRASIL, 2017a).

³⁰ Art. 47, §10, Lei 13.509/2017 (BRASIL, 2017a).

³¹ Art. 19, §2º, Lei 13.509/2017 (BRASIL, 2017a).

³² Art. 132 e parágrafos (BRASIL, 2005).

Art. 152 §2º: Os prazos estabelecidos nesta Lei e aplicáveis aos seus procedimentos são contados em dias corridos, excluído o dia do começo e incluído o dia do vencimento, vedado o prazo em dobro para a Fazenda Pública e o Ministério Público (BRASIL, 2017a).

Na perspectiva dos pretendentes, vale destacar que o processo de habilitação tratado na seção VIII do ECA (BRASIL, 2017a) traz nova redação e inclusão de parágrafos que tratam da participação obrigatória em programas que incluam, por exemplo, “preparação psicológica, orientação e estímulo à adoção inter-racial, de crianças ou de adolescentes com deficiência, com doenças crônicas ou com necessidades específicas de saúde, e de grupos de irmãos”³³. Da mesma maneira preconiza que, nessa etapa obrigatória, sempre que possível e recomendável, o contato com as crianças e adolescentes acontecerão somente sob orientação, supervisão e avaliação da equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude, bem como dos grupos de apoio à adoção, com auxílio dos técnicos responsáveis pelo programa de acolhimento e pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.³⁴

A habilitação à adoção³⁵, conforme o Art.197-F da Lei 13.509/2017, passa a ter como prazo máximo para a sua conclusão 120 (cento e vinte) dias, que podem ser prorrogados por tempo semelhante, quando decidido por autoridade judiciária” (BRASIL, 2017a). Esta, “deverá ser renovada no mínimo trienalmente mediante avaliação por equipe interprofissional³⁶. Sucede, também, que, havendo novamente a candidatura à adoção, “será dispensável a renovação da habilitação, bastando a avaliação por equipe interprofissional”³⁷. Todavia, impõe-se, então, explícita limitação ao número de recursos injustificados. Assim, após três recusas à adoção de crianças que estejam dentro do perfil indicado pelo habilitado, “haverá reavaliação da habilitação concedida”³⁸. Por fim, atendendo ao princípio da

³³Art. 197-C, §1º, Lei 13.590/2017 (BRASIL, 2017a).

³⁴Art. 197-C, §2º, Lei 13.590/2017 (BRASIL, 2017a).

³⁵ O ECA dispõe, no art. 197-A-F, que todos os postulantes à adoção residentes no Brasil deverão apresentar “petição inicial” a qual consta de uma série de informações, documentos, atestados e certidões que validam as condições socioeconômicas bem como a idoneidade dos requerentes. Para mais, são submetidos a avaliação compulsória pela equipe interprofissional encarregada de elaborar o estudo técnico psicossocial tendo em vista aferir a capacidade e o preparo para o exercício parental responsável, à luz do que se preconiza a Lei. Ainda nesta etapa obrigatória da verificação da aptidão, é exigido a participação em programas de preparação psicológica, orientação e estímulo às adoções necessárias. Concluído todas as premissas, é certificado nos autos a conclusão da participação no programa referido, a autoridade judiciária abrirá vista dos autos ao Ministério Público. Uma vez deferida, o postulante é considerado “habilitado” e inserido na fila do Cadastro Nacional para a adoção (BRASIL, 2017a).

³⁶Art.197-E, §2º, Lei 13.509/2017 (BRASIL, 2017a).

³⁷Art.197-E, §3º, Lei 13.509/2017 (BRASIL, 2017a).

³⁸Art.197-E, §4º, Lei 13.509/2017 (BRASIL, 2017a).

prevalência dos interesses do adotando, expresso no §3º do art.39³⁹, em caso de desistência em relação à guarda ou para os casos de devolução, tais fatos implicarão a exclusão de cadastro⁴⁰ e demais sanções previstas na legislação vigente.

Logo, o que muda na adoção de irmãos? Para beneficiar àqueles que se enquadram nas denominadas adoções “necessárias”, a Lei 13.509/2017 acrescenta o §15 ao art. 50 do ECA, dando prioridade, no cadastro, para “pessoas interessadas em adotar crianças ou adolescentes com deficiência, com doença crônica ou com necessidades específicas de saúde, além de grupo de irmãos” (BRASIL, 2017a).

2.2 Discussão da lei

Com todas as mudanças na história, na legislação e na cultura da adoção relatadas até aqui, a priorização do modelo da adoção aberta desponta como possível solução para o problema da separação dos irmãos, quando se tem o foco no interesse da criança e do adolescente. Tal modelo prevê pretendentes dispostos a adotar grupos de irmãos e/ou pais adotantes que estabeleçam compromisso legal de que seja mantido o vínculo entre os irmãos.

Todavia, quando um casal, no Brasil, dava início a um projeto de adoção, imbuído de suas motivações, as exigências e restrições que estabelecia não condiziam com a realidade das crianças disponíveis para adoção. Ainda que o grande número de crianças possuísse irmãos e a constatação de que a separação dos irmãos constituiria um novo rompimento que deveria ser evitado a todo custo, a maioria dos pretendentes desejava adotar “somente” crianças sozinhas. Consequentemente, ter um irmão apresentava-se como um grande fator de restrição, para que uma criança fosse adotada (PACHÁ; NETO, 2008).

Como alento a este cenário, segundo o Conselho Nacional de Justiça, em janeiro de 2019 o CNA registrou 41.940 pretendentes disponíveis para 5.092 crianças e adolescentes aptos à adoção. O número de crianças acolhidas que possuem irmãos caiu de 74%, registradas em 2009, para 52,4%, em 2019, ou seja, à medida que aumenta o número de pretendentes que aceitam adotar irmãos, o número de irmãos acolhidos diminui. Em 2009, eram apenas 14%

³⁹ Art. 39 §3º, Em caso de conflito entre direitos e interesses do adotando e de outras pessoas, inclusive seus pais biológicos, devem prevalecer os direitos e os interesses do adotando – incluído pela Lei 13.509/2017 (BRASIL, 2017a).

⁴⁰ Art.197-E §5º A desistência do pretendente em relação à guarda para fins de adoção ou a devolução da criança ou do adolescente depois do trânsito em julgado da sentença de adoção importará na sua exclusão dos cadastros de adoção e na vedação de renovação da habilitação, salvo decisão judicial fundamentada, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação vigente – incluído pela Lei 13.509/2017 (BRASIL, 2017a).

dos pretendentes que mencionavam aceitar irmãos no momento de sua habilitação; em 2019 esse número subiu para 36% (CNJ, 2019b, 2019c).

Tais dados indicam que os pretendentes à adoção têm mudado, gradativamente, com relação ao perfil da criança desejada. Isto pode ser percebido no início do processo, quando do preenchimento dos formulários, nos itens correspondentes às exigências e restrições dos futuros pais adotivos. Contudo, apesar do significativo crescimento, a aceitação de grupo de irmãos ainda continua a fazer parte de uma nova cultura para a adoção.

Entretanto, acredita-se que o empenho em cumprir a exigência da Lei 12.010/2009 e em garantir às famílias a efetiva participação em cursos de preparação psicossocial e jurídica para a adoção, em consonância com a atuação dos Grupos de apoio à adoção espalhados por todo o Brasil, têm resultado no crescimento do número de adoções tardias e de grupos de irmãos. Nesse sentido, o supervisor da Seção de Colocação em Família Substituta da 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal, Walter Gomes de Sousa, atenta que “a qualidade de tais cursos têm gerado uma reflexão mais apurada em torno dos significados e das implicações da adoção, culminando na gestação de novas posturas e percepções acerca do perfil da criança desejada” (TJDFT, 2011).

Ainda assim, apesar das modestas, porém visíveis, ampliações de perfil, o grande número de crianças acolhidas em desacordo com o perfil desejado pelos pretendentes desperta o olhar bastante crítico às questões jurídicas que envolvem a desvalida (falida) regulamentação de adoção.

Com o fito de investigar a aplicabilidade da nova Lei Nacional da Adoção 12.010/2009 e as possíveis mudanças na prática dos profissionais, após sua implementação, realizou-se uma pesquisa nas bases de dados do Portal Capes, SCOPUS, *Web of Science*, *Scielo* e *Lilacs* com os termos “lei” e “adoção”, no período de 2009 a janeiro de 2018. Foram encontrados seis artigos referentes a quatro pesquisas (três na área da Psicologia e um na área do Direito), todas de caráter qualitativo, realizadas por universidades no estado do Rio Grande do Sul. Tais estudos utilizaram como métodos a pesquisa descritiva e exploratória, a partir de entrevistas semidirigidas com profissionais psicólogos e assistentes sociais das instituições de acolhimento, e, também, pesquisas bibliográfica e documental. Quanto a seus objetivos, esses estudos se concentraram em uma análise crítica da legislação brasileira e no impacto da Nova Lei na prática institucional referente à reinserção familiar, à garantia do direito à convivência familiar e comunitária, e à celeridade na concretização dos processos a partir de sua vigência.

Apesar de se referirem apenas a uma região do Brasil e terem pequena amostra qualitativa, as pesquisas demonstraram que, num período de quatros anos após sua

promulgação, a Lei 12.010/2009 trouxe alguns benefícios para os infantes. Além disso, foram constatadas boas iniciativas e aspectos significativos no movimento dos profissionais para se fazer valer a nova lei, resultando em novas práticas profissionais. Dentre os benefícios mencionados, além da agilidade no tempo de institucionalização e a proteção geral que a Lei 12.010/2009 ofereceu ao infante desde sua implementação, Oliveira e Pereira (2011, p. 121) apontaram, como principal achado, "a importância dos irmãos não serem separados no caso de adoção de um deles", uma vez que "ter alguém com quem tenham familiaridade e possam trocar afetos é fator determinante para que tenham seus problemas amenizados e também para que haja tranquilidade emocional". Os pesquisadores relataram, igualmente, a "perceptível" movimentação dos profissionais envolvidos para que as "famílias adotivas possam encontrar um filho e que uma criança desamparada possa encontrar um lar", em especial no que tange à colocação de grupos de irmãos em mesma família, seja por guarda, tutela ou adoção.

Por outro lado, a ineficácia da ferramenta do cadastro dos infantes aptos à adoção e dos habilitados a adotarem (CNA), aliada à preocupação com a longa permanência da criança dentro da instituição, indicam o que precisa ser revisto. Do mesmo modo, percebeu-se que ainda há uma permanência de concepções do passado, nas práticas dos profissionais, sobre os conceitos de institucionalização. Isso mostra que, para se construir uma nova história a partir das concepções políticas, jurídicas e sociais, é preciso refletir sobre seu novo papel no decorrer da medida, rompendo com práticas herdadas do passado (OLIVEIRA; PEREIRA, 2011; SILVA; ARPINI, 2013).

Maria Berenice Dias, vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM, escancara a existência de vestígios do antigo e perverso modelo de "depósito de crianças" e da cultura assistencialista brasileira por meio da qual muitas crianças que chegam para os cuidados do Estado aguardam a "reorganização familiar", principalmente em casos nos quais a família espera receber apoio financeiro em troca da entrega do filho, mantendo, por isso, visitas periódicas às crianças que ficam na expectativa de serem "alforriadas" pelos pais, mas não o são. Segundo ela, apesar do termo abrigo ter passado por várias atualizações de nomenclaturas, "instituição de acolhimento" não deixa de ser um nome hodierno para abrigos e orfanatos que ainda mantêm as crianças atrás de muros e afastadas do convívio social, restritas de oportunidades que despertem o amor em quem tanto almeja ser mãe ou pai, pois não podem obter a simpatia ou amor de cuidadores, família acolhedora, padrinhos afetivos ou frequentadores da instituição porque não estão habilitados. Em contrapartida, eles ficam inacessíveis a quem está apto e aguardando na fila do cadastro de adoção (DIAS, 2017a, 2017b).

Segundo as informações fornecidas pelos dados do Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA), o número de crianças e adolescentes acolhidos, hoje, no Brasil, é de 46.895 crianças⁴¹ (CNJ, 2019d). Porém, é uma pequena porcentagem, aproximadamente de apenas 20% delas, que estão aptas para entrar no Cadastro Nacional da Adoção (CNA). Isso se deve ao fato de que a maioria, por conta de pendências judiciais, encontra-se na árdua trajetória entre a medida de proteção e a espera pela reintegração familiar ou destituição do poder familiar dos pais biológicos. No entendimento dos legisladores e estudiosos do Direito, tal resultado deve-se a uma interpretação desacertada quanto ao que é previsto na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) acerca da convivência familiar, da reinserção na família de origem ou da guarda em família extensa, na medida em que as infrutíferas tentativas referem-se ao conceito de família como “filiação biológica”, limitando-se à existente relação de parentesco (DIAS, 2017a; 2017b).

Ainda que a filiação biológica seja “socialmente e também juridicamente supervalorizada, quando diante da inexistência do vínculo biológico e da herança genética” (CARVALHO *et al.*, 2017, p. 50), a liberdade de vinculação preenche com cores atuais a diversidade das famílias cujos alicerces se encontram na convivência e no vínculo de afetividade – e não no da consanguinidade. De acordo com Vilella (1999, p. 3), trata-se a família de um produto cultural o qual a evolução legislativa acompanha, pela “ordem do reconhecimento”, dando ênfase às profundas mudanças na estrutura familiar e na própria vivência e exercício da parentalidade experimentados pela sociedade brasileira. Assim também esclarece Amarilla (2014, p.218):

O caminho a ser percorrido para a compreensão da parentalidade contemporânea passa invariavelmente pela aceitação da família enquanto núcleo cultural (e não cultural), na qual homens, mulheres e prole se associam afetivamente, edificando um espaço, sobretudo, de ordem psíquica, em que cada um ocupa um lugar e exerce uma função, sem que, unindo-os, necessariamente exista um vínculo biológico. Ademais, demanda a parentalidade a percepção de que o desejo de ser filho somente poderá ser vivenciado em sua plenitude e assegurar sua dignidade, na medida em que a ele corresponder o desejo de ser pai ou mãe.

Tal discussão jurídico-social traz à tona a necessidade de um novo olhar e da criação de uma lei que seja realmente “nova” e traga mudanças efetivas em relação ao cadastro e à criação de mecanismos que agilizem a aproximação entre os dois polos desejantes: crianças e pretendentes, acompanhados de desapego à origem biológico-genética e da equivocada corrida da justiça atrás de parentes que não possuem relacionamento de convivência ou vínculo de afetividade. O conteúdo proposto pelo IBDFAM no anteprojeto de adoção PLS

⁴¹Desse total, 1.004 estão em Mato Grosso do Sul.

359/2017 apresenta-se a favor de uma lei independente do ECA e em favor da construção do vínculo socioafetivo, que leve em conta a prioridade absoluta da criança e do adolescente, com medidas necessárias que visem responsabilizar a ineficácia do Judiciário (DIAS, 2017b).

Entretanto, muitas entidades jurídicas não têm essa leitura da proposta do Estatuto da Adoção, o qual recebe muitas críticas por desafiar o ECA, quando flexibiliza e facilita a destituição do poder parental e desassocia a adoção de medidas de proteção e de investimentos em políticas sociais, tornando as crianças “meros objetos”. A presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Rio Grande do Sul, Lúcia Flush, frisa: “O ECA reconhece a família como lugar privilegiado de afeto e desenvolvimento humano. Em vez de mudanças legislativas, é preciso que políticas públicas fortaleçam isso e atuem para valorizar os vínculos afetivos” (ARNT; SCARDOELLI, 2018). O representante do Instituto Brasileiro do Direito da Criança e do Adolescente, juiz aposentado João Batista Saraiva, chama a atenção para o fato de que a proposta do anteprojeto subtrai do ECA a política de proteção e transforma a adoção em política de crianças. Todavia, as críticas ao anteprojeto não significam uma atitude contrária à adoção, mas a uma legislação que imponha uma “dupla penalização às crianças, representada pela vulnerabilidade e pelo rompimento de vínculos”, aponta Jeferson, presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos e pai adotivo (ARNT; SCARDOELLI, 2018).

Na mesma direção, Sandra Silvestre – juíza auxiliar do CNJ – atenta para os cuidados de não se criminalizar a pobreza impondo indiscriminadamente a destituição do poder familiar. A magistrada menciona casos de tribunais em estados brasileiros que vêm desenvolvendo projetos de referência na prevenção à institucionalização prolongada, e defende:

[...] retirar uma criança ou um adolescente de sua própria família não pode ser um procedimento rápido, feito às pressas. Vidas estão em jogo. E, muitas vezes, vidas que são consequência de um processo antigo de exclusão social, que leva as pessoas à marginalidade, ao uso e vício de substâncias entorpecentes, à pobreza extrema, dentre outras circunstâncias que caracterizam a miséria humana em um país como o nosso. (IBDFAM, 2017a, p. 09).

Em meio a essa discussão que requer total zelo e diligência, a Lei 13.059 foi aprovada em novembro de 2017 e introduziu mais uma “reforma” no Estatuto, com propostas de mudanças legislativas que contribuíssem para o processo de adoção no Brasil, visando, além disso, à desburocratização e maior agilidade nos impasses que vinham sendo encontrados. Entretanto, na repercussão inicial da divulgação da mencionada lei, observou-se que, apesar das novas regras se apresentarem assertivas em muitos aspectos, elas continham pontos controversos e questionamentos sobre os novos prazos estabelecidos, gerando discussões,

especialmente no que se refere à destituição do poder familiar. Segundo a juíza Katy Braun do Prado, responsável pela Coordenadoria da Infância e da Juventude de Mato Grosso do Sul (CIJ), “isso significa que o prazo concedido às famílias para que superem os motivos que deram causa ao afastamento da criança do lar também foi reduzido” (TJMS, 2017).

Do ponto de vista jurídico, a destituição do poder familiar disponibiliza a criança e o adolescente para inserção em nova família por adoção, os quais têm pressa de ter respeitado o direito constitucional à convivência familiar. Todavia, “o tempo psíquico para uma adoção é uma questão complexa que ultrapassa a dimensão do tempo cronológico” (PEITER, 2016, p. 78). Tanto Gomes e Levy (2017, p. 173) quanto Peiter (2016) destacam a distinção e a reflexão feita por Paiva (2014) entre o “tempo” jurídico, cronológico e psíquico. Segundo as autoras, todos os atores envolvidos, premidos pela passagem do tempo cronológico e pela angústia que denuncia a urgência pela definição da situação da criança acolhida, podem acabar enviesando a escolha mais adequada. Entretanto, é impossível seguir apenas o tempo psicológico, devendo-se considerar, também, as “premências externas e de caráter institucional” (LEVY; GOMES, 2017, p. 173).

Da mesma maneira, pelo lado da criança envolvida, o “tempo de espera” envolve um longo e doloroso percurso, desde a perda de sua família de origem e referências vinculares até a entrada na família adotiva, passando pelo tempo do abrigo (D’ANDREA, 2012; LEVY; GOMES, 2017). Infelizmente, essa trajetória não pode ser determinada ou datada.

E, em se tratando de grupo de irmãos, a questão temporal é fator extremamente relevante: “o longo tempo de institucionalização e a dificuldade de adoção da fratria colaboram para que o vínculo fraterno funcione como continente” (GOMES; LEVY, 2016, p. 111). Sem embargo, “a procura pela adoção conjunta deve estar sujeita a um tempo de busca razoável, para que não se eternize o impasse” (ROCHA, 2013, p. 8). Dessa forma, as necessidades da criança, suas relações de afinidade e afetividade e suas condições psicológicas e emocionais devem ser priorizadas, ao se determinar a preferência nas formas de família substituta. Amiúde, o ‘menos prejudicial’ poderá se apresentar aos operadores de direito como o melhor critério a ser adotado em nome do princípio do “melhor interesse da criança” no âmbito das relações familiares (PEREIRA, 2003, p. 216).

A realidade brasileira quantifica a aceitação de irmãos para apenas 37,7% das pessoas e casais registrados no CNA⁴² e, devido à complexidade e especificidade da questão, exige especial preparação e acompanhamento. Para tal objetivo, a necessária e criteriosa análise da

⁴²Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>. Acesso em: 2 abr. 2019.

motivação e do grau de preparo dos pretendentes à adoção em estudos psicossociais, elaborados pela equipe interprofissional, é assegurada no ECA – art.50, parágrafos 1º e 3º, e art.151 (BRASIL, 1990). Assim também é obrigatória a participação dos postulantes em programas oferecidos, preferencialmente com o apoio da equipe técnica ou “grupos de apoio à adoção devidamente habilitados perante a Justiça da Infância e da Juventude” que incluam a “preparação psicológica, orientação e estímulo à adoção inter-racial, de crianças ou de adolescentes com deficiência, com doenças crônicas ou com necessidades específicas de saúde, e de grupo de irmãos conforme nova redação da Lei 13.509/2017 no art. 197-C (BRASIL, 2017a). Tal preparação é, sobretudo importante, no momento da habilitação, no qual os postulantes têm a possibilidade de reconhecer seus próprios limites no exercício da paternidade e maternidade, esperando-se com isso a construção de um vínculo filiativo adequado para ambas as partes (pretendentes e crianças).

O “perfil” do filho desejado é um processo formativo e de amadurecimento. Por isso, o período de preparação psicossocial e jurídica procura “aproximar realidade e desejo, quebrar concepções idealizadas e preconceituosas sobre a adoção, prestando esclarecimentos mais realísticos quanto às dificuldades a serem enfrentadas e superadas nesse tipo de construção vincular e de laço filiativo” (CARVALHO *et al.*, 2017, p. 63). Nessa direção, inúmeras propostas interventivas de pré-adoção são desenvolvidas para proporcionar um espaço temporal intermediário em que os futuros pais adotivos possam adaptar e aproximar gradativamente o filho desejado e idealizado à “criança real que os espera” (LEVY; DIUANA; PINHO, 2009; OZOUX-TEFFAINE, 2004).

Assim, esse tempo servirá para que eles externalizem suas dificuldades na adoção, suas inseguranças, os desejos e os medos presentes na história pessoal de cada adotante, que podem, inclusive, interferir na história que começa a ser escrita. Para as autoras, “o que proporcionará elementos para uma dinâmica familiar mais saudável muito dependerá da posição assumida pelos pais adotivos e seus familiares” (LEVY; DIUANA; PINHO, 2009, p. 42).

No entanto, o sucesso de uma adoção depende tanto da parentalidade como da construção dos vínculos de filiação e, para que sejam bem-sucedidos esse tempo e espaço intermediários de preparação, é necessário que sejam “tanto de quem está adotando quanto de quem está sendo adotado” (CARVALHO *et al.*, 2017, p.52).

A preocupação com os cuidados para com a criança e o adolescente já se achava contemplada no ECA, em seu inciso VIII do art.92 - prevendo a devida preparação para o desligamento da instituição de acolhimento. Todavia, em relação à inserção em família

substituta, fica esclarecido que “será precedida de sua preparação gradativa e acompanhamento posterior” com a modificação feita pela Lei 12.010 de 2009, no parágrafo 5º do art.28 do ECA (BRASIL, 2009). Do mesmo modo, dirigido à habilitação de pretendentes para a adoção e à intervenção obrigatória da equipe interprofissional, a lei 13.509/2017 acrescenta um 3º parágrafo ao art. 197-C do ECA (BRASIL, 2017a), e faz clara recomendação à necessidade de prévia preparação das crianças e adolescentes, como já mencionado neste texto.

No que tange à preparação dos pretendentes à adoção, Gomes e Levy (2017, p.172) identificaram um “inestimável valor” nos trabalhos realizados com os grupos de pretendentes no que diz respeito aos aspectos informativos e no sentido de apoio e reflexão.

Ao proporem reflexões e questionamentos quanto ao desejo e aos limites do projeto de adoção, os coordenadores dos grupos confrontam os participantes com a realidade e buscam promover o amadurecimento da demanda. Enquanto um espaço de fala e de escuta, a participação nos grupos colabora para minimizar sentimentos de isolamento e o sofrimento presente no discurso dos candidatos, oferecendo suporte e dando margem a uma sensação de pertencimento. Visam, portanto, auxiliar os pretendentes à adoção a lidarem não só com as questões jurídicas do processo e a ansiedade do tempo de espera, mas também a refletirem sobre diversas situações que envolvem o acolhimento e a construção dos vínculos afetivos (GOMES; LEVY, 2017, p.163).

Em relação aos trabalhos de preparação com as crianças e adolescentes, as autoras reafirmam a importância de se inserir a criança nesse processo, passando-lhe informações necessárias e envolvendo-a na preparação para adoção, além de lhe oferecer um espaço para pensar e refletir sobre as expectativas, receios e desejos em relação à família adotiva já que, assim como para os pais pretendentes, as idealizações das crianças e adolescentes em adoção são fonte de dificuldades para a adaptação à nova situação (GOMES; LEVY, 2017, p.171). Entretanto, essas autoras deparam-se com os “limites do que se entende por preparação de uma criança com o objetivo de integrá-la em uma nova família” e fazem referência a Paiva (2014), quando explicitam que a escuta, nesse período de preparação, visa oferecer “algum suporte emocional, ajudá-la a elaborar as perdas que marcaram a sua história e minimizar os impactos diante dos novos vínculos a serem construídos”, já que a “superação das vivências traumáticas” far-se-á ou não “ao longo de toda a sua vida” (GOMES; LEVY, 2017, p.172).

Dessa maneira, tanto para Gomes e Levy (2017) como para Silva *et al.* (2014) e Contente *et al.* (2013), a inclusão de crianças e adolescentes no processo de preparação à adoção deveria, além de estimular reflexões sobre suas expectativas, receios e desejos em relação à família, fornecer-lhes informações sobre o processo de adoção.

Por tais razões, um olhar específico por parte dos profissionais envolvidos deve ser voltado para a adoção de irmãos, devido à exigência do grande preparo de todas as partes

integrantes do processo. De acordo com Ghirardi (2014), compreender a função e os papéis assumidos no grupo, bem como as diferenças entre as necessidades emocionais e individuais existentes pode ajudar na boa preparação e no acompanhamento tanto do grupo de irmãos quanto da família que aceita recebê-los ou manter o contato entre eles. A cuidadosa preparação não pode ser negligenciada, inclusive, quando diante de uma inevitável separação. Para a autora, “a compreensão e conhecimento da dinâmica afetiva entre eles ajudará a avaliar os significados intrínsecos contidos no laço fraterno que poderá servir de balizador para a inserção familiar” (GHIRARDI, 2014, p.134).

Para que isso aconteça, o papel de apoio aos operadores do Direito exercido pela equipe interprofissional⁴³ é fundamental e de extrema importância, posto que ela deverá fornecer subsídios que contribuam para a decisão judicial. Nessa direção, durante o estudo psicossocial, todo o trabalho deve ser em prol dos interesses do adotado – dentre eles o princípio da necessária integração do menor a uma família e o princípio da inseparabilidade dos irmãos. Além disso, deverão ser analisadas todas as possibilidades, retratando as condições das partes interessadas e quais serão as vantagens e benefícios proporcionados ao adotado. Sobretudo porque, uma vez compreendida sua complexidade, a adoção de irmãos ou de grupo de irmãos, bem como a manutenção dos vínculos fraternos são práticas exequíveis:

[...] O ECA prevê o rompimento dos vínculos com a família biológica, mas ressalva o direito de convivência entre os irmãos [...] Desse modo, não há impedimentos para que, em audiência e em comum acordo, diante da separação dos irmãos, o direito de convivência entre eles seja resguardado entre as famílias depois de concedida a adoção (PEREIRA, 2008, p. 8).

Desse modo, todo esforço para se fazer valer a lei que protege os vínculos fraternos deve passar pelo trabalho com pretendentes, crianças e equipe, na hora de avaliar e conduzir o grupo de irmãos.

⁴³O termo interprofissional foi escolhido em detrimento do termo multiprofissional, tendo como referência o termo utilizado na escrita da Lei 13.509/2017 (BRASIL, 2017a; GHIRARDI, 2014).

3 ADOÇÃO DE GRUPO IRMÃOS: O QUE É POSSÍVEL DESCOBRIR SOBRE ESSA PRÁTICA

Na busca de literatura que pudesse referendar a compreensão acerca da adoção de irmãos, realizou-se um levantamento bibliográfico em bases indexadoras nacionais e internacionais sobre a temática aqui estudada. De acordo com a investigação empreendida, pôde-se perceber que estudos sobre irmãos são muito encontrados nas áreas da medicina genética, da psicologia comportamental e sistêmica, e, também, da Assistência Social. Entretanto, apesar de terem sido identificados trabalhos, dentro da psicanálise, que tratam dos vínculos fraternos, nenhum deles aborda o conceito no contexto da adoção de grupo de irmãos.

Com frequência, veem-se estudos que tratam a questão dos laços sanguíneos e genéticos e sua interação com o ambiente com vistas à investigação da relação do comportamento social, emocional e cognitivo, incluindo o impacto para irmãos de uma criança autista, com esquizofrenia, com doenças graves (câncer) e deficiências físicas e cognitivas. Foi interessante observar que, com o objetivo de apontar o que pode ser influenciado pelo ambiente ou pode ser herdado geneticamente, especialmente no que diz respeito a estudos de comportamentos delinquentes, uso de drogas e álcool, muitas diferenças entre as famílias e a variação do comportamento humano são controlados e medidos pelo estudo dos irmãos, sejam eles gêmeos, adotivos e não adotivos ou até mesmo meio-irmãos.

Com base nos resultados, três temas se destacaram: os laços sanguíneos (considerando-se ou não herança genética) e sua interação com o ambiente (seja por influências materna, paterna ou fraterna) na relação com comportamentos sociais e cognitivos; o papel do irmão e dos laços e vínculos fraternos, bem como a manutenção ou a separação dos grupos de irmãos na adoção.

Em relação aos laços sanguíneos e sua interação com o ambiente, estudos foram desenvolvidos no esforço de verificar a interferência e influência dos irmãos na internalização e na externalização de comportamentos. A partir de conceitos do corpo teórico da literatura sobre sistemas familiares, tentou-se explicar os arranjos de abertura, o contato familiar com a família de origem, o papel da regulação da distância emocional e, de forma bem interessante, a “noção de contágio social ou emocional” (FARR; FLOOD; GROTEVANT, 2016, p. 3, tradução nossa) relacionado à proximidade entre irmãos.

Samek e Rueter (2011), em uma amostra de adolescentes incluindo irmãos adotivos e

biológicos, fundamentaram-se em estudos que demonstraram o efeito protetor da proximidade da família e do irmão no ajuste da criança e se debruçaram em investigar como tal proximidade é promovida dentro das famílias. Baseados na Teoria dos Padrões de Comunicação Familiar (FCPT), tentaram a associação entre a comunicação familiar e a proximidade emocional e comportamental entre irmãos e investigaram se o estado adotivo moderou esta relação. Como instrumento, utilizaram o Questionário de Relacionamento com o Irmão (SRQ), de Furman e Buhmester (1985a), no intuito de medir as percepções de proximidade emocional e comportamental do irmão e avaliar as interações com o outro irmão.

Em uma escala de 1 “quase nunca” a 5 “com grande frequência” a proximidade emocional foi avaliada como um fator latente e indicado por três questões: (A) “Quão forte é o sentimento de carinho (amor) entre você e este irmão?”; (B) “Alguns irmãos cuidam muito uns dos outros enquanto outros irmãos não se importam muito uns com os outros. Quanto você e este irmão se preocupam um com o outro?” e (C) “Quanto você e esse irmão amam um ao outro?”. Da mesma maneira, foi avaliada a proximidade comportamental: (A) “Alguns irmãos brincam e se divertem muito uns com os outros, enquanto outros irmãos brincam e se divertem pouco uns com os outros. O quanto você e este irmão brincam e se divertem um com o outro?”; (B) “O quanto você e esse irmão vão a lugares e fazem coisas juntos?” e (C) “Algumas crianças passam muito tempo com seus irmãos, enquanto outros não passam tanto tempo juntos. Quanto tempo livre você e este irmão passam juntos?” (SAMEK; RUETER, 2011, p.1020, tradução nossa).

Em geral, essa pesquisa sugere que a relação genética pode não afetar a proximidade emocional, uma vez que os irmãos biológicos e adotivos apresentaram-se indistinguíveis na percepção de amor, cuidado e confiança (proximidade emocional). Mas, possivelmente devido a tendências comportamentais herdadas, no que diz respeito à proximidade comportamental, os irmãos biológicos relataram maior frequência e qualidade do tempo gasto juntos, compartilhando atividades semelhantes. Apesar dos resultados demonstrarem que a proximidade emocional e comportamental foi associada diferencialmente com o *status* de idade e gênero do irmão, poucos efeitos moderadores do *status* de adoção foram encontrados. Além disso, ambos, independentemente do status adotivo, mostraram-se mais propensos a relatar maior proximidade (comportamental e emocional) quando eram de famílias com comunicação melhor e mais aberta.

Em outro estudo, assim como o de Samek e Rueter (2011), realizado na mesma região (Minnesota-Texas) e baseado na teoria dos sistemas familiares, especificamente na literatura sobre os sistemas familiares adotivos, Farr, Flood e Grotevant (2016) investigaram o papel

dos irmãos nos resultados e experiências da adoção desde a adolescência até a idade adulta. O estudo de *followup* longitudinal teve como sujeitos irmãos que estavam entrando na família por meio da adoção e irmãos que já estavam na família, sendo estes adotivos ou biológicos dos pais adotivos. Apesar de recente, a pesquisa apontou que poucos trabalhos sobre os sistemas de família adotiva se concentraram nas contribuições das relações de irmãos para os resultados dos adotados, examinando a influência dos irmãos na ausência de fatores biológicos. Segundo os pesquisadores, esta é uma área atraente para aprofundamento de estudos, uma vez que "descobrir associações significativas com ajustes individuais entre irmãos adotivos apoiaria a noção de que os irmãos são importantes para o desenvolvimento um do outro, não simplesmente com base na relação biológica" (FARR; FLOOD; GROTEVANT, 2016, p.387, tradução nossa).

Segundo esses autores, em estudos com amostras de irmãos adotivos e não-adotivos associadas, por exemplo, ao uso de substâncias, sugerem a hipótese de que irmãos não afetam ou interferem no comportamento uns dos outros simplesmente como resultado de estar no mesmo local físico. Em vez disso, tais efeitos estariam associados às influências emocionais que um irmão pode exercer sobre o outro as quais podem levar a prováveis mudanças comportamentais ou de escolhas individuais (FARR; FLOOD; GROTEVANT, 2016). Para os autores:

Uma questão ainda a ser explorada na literatura de pesquisa é como os efeitos de contágio emocional podem estar no trabalho entre os irmãos adotivos sobre suas experiências de adoção e contato familiar. A teoria dos sistemas familiares previa que quando um irmão se sente positivamente sobre sua adoção, é provável que outros irmãos adotados experimentem sentimentos semelhantes – especialmente se esses irmãos também relatam maior proximidade e envolvimento na vida de um outro (FARR; FLOOD; GROTEVANT, 2016, p.387, tradução nossa).

Nessa direção, sobre a importância da função e do papel dos irmãos, tem-se que os irmãos podem aprender muito na interação um com o outro e potencialmente contribuir – ou prejudicar – para a construção do vínculo no ambiente em que convivem, inclusive em relação aos demais membros da família. Entretanto, a existência de um irmão representa mais do que a simples presença física, não se limita a um espaço demográfico ou a laços consanguíneos. Ser irmão decorre dos vínculos emocionais que são estabelecidos entre os membros que formam a fratria, um sistema de aliança e parentesco dinâmico. Desse modo, dependendo do significado que os irmãos desejam perpetuar, a partilha relacional será mantida inclusive na idade adulta e até mesmo sem a presença do casal parental (VINAY; JAYLE, 2011).

Sendo assim, na ausência de pais e em casos de separação por orfandade ou adoção, quando se tem conhecimento da existência de um irmão biológico da criança, é essencial que

as famílias adotivas sejam informadas, inclusive nos casos em que o irmão ou irmãos foram adotados por famílias diferentes. Há a necessidade de ser falado, na família, sobre os irmãos, sobre sua realidade biológica e psicológica de modo que o "Fazer Irmãos"⁴⁴ possa ser elaborado. Em tais circunstâncias, a família adotiva deverá ter um ouvido mais atento sobre a questão dos irmãos da criança, para que esta seja inserida em uma família adotiva sem se privar da relação biológica anterior à adoção (VINAY; JAYLE, 2011).

Verifica-se que Vinay e Jayle (2011), assim como Samek e Rueter (2011) e Farr, Flood e Grotevant (2016), identificaram, em seus achados, a importância das adoções abertas e sugerem que adotantes e adotados podem (e devem) fugir do segredo; em vez de assim agir, devem conversar abertamente na família sobre a adoção, conhecer e, quando seguro e de acordo com o melhor interesse da criança, manter contato com os irmãos. Ainda assim, não se deve forçar o “artificial ou o biológico” (VINAY; JAYLE, 2011, p.157).

O gerenciamento do contato pós-adoção é que dará o tom na construção das relações de parentesco. Quando, por exemplo, as interações são muito formalizadas ou não se pode conversar fora dos “eventos de contato”, essas atitudes podem semear um “senso de artificialidade para os envolvidos” ao marcar diferenças entre o “conceito” de práticas familiares e a “realidade” do contato que é estabelecido (COSSAR; NEIL, 2013; JONES; HACKETT, 2012; NEIL, 2010). Opostamente, manter-se atento a esses cuidados, pode facilitar a aproximação emocional e contribuir para a satisfação no convívio, seja este qual for e, desta maneira, produzir, nos adotados e demais membros da família adotiva, resultados vantajosos, que podem durar ao longo de sua vida adulta (SAMEK; RUETER, 2011; FARR; FLOOD; GROTEVANT, 2016).

No que se refere à manutenção ou separação dos grupos de irmãos na adoção, as questões próprias do relacionamento de irmãos são bastante antigas, uma vez que, já em 1939-1940, no período de guerra, Isaacs, Brown e Thouless (1943) observaram que as crianças ficavam mais infelizes em lares onde não havia outras crianças. Para eles, a criança separada de seus pais ficava melhor se o vínculo familiar não fosse inteiramente quebrado, haja vista que, no estudo, as crianças adotadas que tiveram a presença de irmãos (biológicos ou adotivos) apresentaram melhor adaptação e felicidade – ainda que se verificassem casos, não frequentes, de irmãos que brigavam e se tornavam mais controláveis quando separados. Esses autores explicitaram que, exceto no caso de gêmeos, a criança com menos de dois anos raramente tinha qualquer ligação profunda com seus irmãos, uma vez que aos dois anos a

⁴⁴“Fazer irmãos” = tradução da autora de “*Faire Fratrie*”, termo utilizado por Vinay e Jayle (2011) para explicar que irmão não é apenas um estado, mas algo construído.

criança estava apenas iniciando sua socialização, porém, a aceleração desse processo pela presença de numerosos irmãos substitutos não era susceptível de ser prejudicial, a não ser para crianças com temperamento demasiadamente tímido. Entretanto, consideraram que as crianças acima de sete anos, em todas as culturas, têm a tendência a formar grupos, razão por que, então, encontravam segurança no novo grupo, tal como a oportunidade de criar novas afeições e firmar lealdade.

A partir da década de 1980, observou-se o quanto a literatura passou a refletir maior atenção e reconhecimento da importância, no desenvolvimento infantil, do relacionamento entre irmãos (BOER; DUNN, 1992; HEGAR, 1988a; LEATHERS, 2005; TUCKER; MCHALE; CROUTER, 2001). Mais especificamente na ausência dos liames parentais, as demandas recentes da legislação passaram a determinar a manutenção dos irmãos “até onde seja razoavelmente praticável e consistente com o bem-estar infantil da criança”⁴⁵. Longe disso, os estudos focados na adoção informavam que apesar do alto número de irmãos internados, uma maioria substancial de crianças estudadas ainda eram acolhidas ou adotadas sem os irmãos, e mais, sem que houvesse qualquer informação sobre as razões da separação. Tais situações fizeram emergir a urgência de se compreender a dinâmica da separação e, ao mesmo tempo, evidenciaram a necessidade de que aspectos gerais e específicos da relação entre irmãos sejam estudados. Além disso, serviram para ratificar a carência do conhecimento baseado em pesquisas como pontos relevantes para as decisões de interesse da criança sob a custódia do Estado (BARTH; BERRY, 1987; BOER; MICHEL WESTENBERG; VAN OUYEN-HOUBEN, 1995; BRODZINSKY; BRODZINSKY, 1992; HEGAR, 2005; HOLLOWAY, 1997; LEATHERS, 2005).

Hegar (2005), precursora na revisão de literatura sobre o tema na área social, em 1988, aponta, em sua segunda revisão, 17 estudos de vários países sobre as definições e descrições de grupos de irmãos em cuidado e características das colocações, conjunta ou separadamente. Embora as abordagens estatutárias estudadas variassem amplamente (ou mesmo considerando as limitações metodológicas reconhecidas), os resultados apresentados evidenciaram que a maior parte da literatura, concomitantemente com o apoio de diretrizes e legislação, considerou ser do interesse da criança permanecer junto de irmãos, especialmente quando isso significasse seu único elo com o passado (CICIRELLI, 1995; ELGAR; HEAD, 1999; HERRICK; PICCUS, 2005). Esses estudos corroboraram, assim, a preferência e o apoio para que os irmãos sejam mantidos juntos, ainda que em pares (HEGAR, 2005; STAFF; FEIN,

⁴⁵Children Act (1989), art. 23 (7).

1992), tendo em vista que a adoção de irmãos mostra-se tão ou mais estável do que as individuais, de filhos únicos ou crianças separadas de todos os seus irmãos (HEGAR, 2005).

Na mesma direção, e em resposta às ênfases contemporâneas do bem-estar infantil, os estudos começaram a examinar os resultados positivos da colocação conjunta. De acordo com as descobertas, as crianças quando separadas de sua família de origem eram tranquilizadas e se adaptavam melhor com a presença do irmão (HEGAR, 1988a), sendo, particularmente importante, em seu período inicial nas instituições ou famílias de acolhimento (HEGAR; ROSENTHAL, 2009), uma vez que o apoio mútuo em momentos de estresse e desarmonia poderia evitar reações patológicas e ajudá-las a se desenvolverem com menos problemas (HERRICK; PICCUS, 2005; JENKINS, 1992).

Constatou-se, também, que ter uma relação positiva e calorosa entre irmãos estava associada ao desenvolvimento do autoconceito e da resiliência (MOTA; MATOS, 2015), era utilizada como medida protetiva e mediadora dos efeitos do trauma e dos sintomas internalizantes⁴⁶ (WOJCIAK; MCWEY; HELFRICH, 2013; WOJCIAK; MCWEY; WAID, 2018), sendo, ainda, facilitadora na transição e na adaptação ao novo contexto (HERRICK; PICCUS, 2005). Desse modo, o predomínio das referências revela que a proximidade entre os irmãos é um possível amortecedor do risco individual de externalizar problemas (FARR, FLOOD; GROTEVANT, 2016) e, sobretudo, quando positiva, a relação entre irmãos “parece atuar como um colchão que suaviza os efeitos que parecem sofrer aqueles que ingressam sozinhos nas instituições de acolhimento.” (MARTÍN; MÁRQUEZ, 2015, p. 31).

Destarte, mesmo quando em grupos fragmentados ou com histórico de taxas mais elevadas de problemas psicológicos anteriores (HEGAR, 2005; SMITH, 1998), crianças que foram mantidas juntas com irmãos apresentaram respostas mais positivas. Elas se mostraram significativamente mais propensas a se integrarem, com forte senso de pertencimento em seus lares adotivos, melhor aproximação com o cuidador, melhor desempenho escolar e menos problemas emocionais e de comportamento. Esse padrão, quando comparado ao de colocações nas quais todas as crianças do grupo de irmãos haviam sido separadas, levou os autores a inferir um aumento da capacidade de se formar vínculos, o que contribui para acreditar que a presença de um irmão é facilitadora no processo de ajustamento e na ligação com os pais adotivos (HEGAR; ROSENTHAL, 2009, 2011; LEATHERS, 2005).

Por outro lado, os irmãos que foram inicialmente colocados separadamente ou que foram separados após uma colocação conjunta inicial mostraram-se mais propensos a ter

⁴⁶Como isolamento, queixas somáticas, ansiedade e depressão.

problemas de comportamento do que os irmãos que foram colocados juntos. Provavelmente, tal fato tenha acontecido porque a interrupção poderia parecer mais comum àqueles que experimentaram a separação de todos os irmãos enquanto acolhidos (ALDRIDGE; CAUTLEY, 1976; STAFF *et al.*, 1993).

Nessa linha de pensamento, Leathers (2005) descobriu que a integridade do grupo de irmãos – ou seja, a manutenção do seu tamanho e consistência durante a trajetória de movimentação, sem que haja separação dos irmãos; ainda que isso aconteça inicialmente, quando do acolhimento, a separação não mais acontece posteriormente a esse momento – está associada à estabilidade da colocação, com resultados favoráveis à transição e permanência da criança nas novas famílias por adoção ou tutela. Entretanto, devido ao fato dos sujeitos, nessa referida pesquisa, serem crianças de 12 e 13 anos, levantaram-se alguns questionamentos, como, por exemplo: elas expressariam maior interesse na adoção quando colocadas com irmãos? Isso poderia aumentar as chances de adoção de crianças mais velhas pelos pais adotivos? Considerariam, os pais adotivos e assistentes sociais, que uma família substituta para os grupos de irmãos era particularmente urgente, levando a maiores esforços para apoiar esse tipo de adoção? (LEATHERS, 2005).

Ressalta-se que, ademais, o estudo de Hegar e Rosenthal (2011) identificou uma significativa interação entre o *status* de colocação entre irmãos (juntos, separados, com pelo menos um irmão) e tipo de lar adotivo (com parentesco e sem parentesco).

Em uma revisão de literatura mais recente, Jones (2016), tendo por base a data e o estudo de Hegar (2005), procedeu a um novo mapeamento de artigos relevantes a respeito das relações de irmãos em situações de acolhimento ou em famílias adotivas. Os referidos achados deram consistência aos resultados sobre estabilidade de colocação, bem-estar e ajuste encontrados anteriormente por Hegar, Leathers e Tarren-Sweeney e Hazell, todos datados do ano de 2005. Outrossim, fazem alusão a estudos que tratam de uma série de condições⁴⁷ que parecem atuar no desenvolvimento, manutenção e qualidade⁴⁸ das relações de irmãos em sua pluralidade de arranjo⁴⁹ (COSSAR; NEIL, 2013; JAMES *et al.*, 2008; JONES, 2016; SAMEK; RUETER, 2011).

Com relação à variedade do processo de colocação de irmãos, esta gera uma ampla gama de relacionamentos derivados de emaranhadas combinações entre os laços biológicos (pais, irmãos, avós etc.) e os laços sociais (membros da família adotiva e às vezes as relações

⁴⁷Tais como: situação atual de vida, histórias de posicionamento, experiências dos cuidadores e da relação entre irmãos (JAMES *et al.*, 2008).

⁴⁸Samek e Rueter (2011).

⁴⁹Tipo de colocação, número de conexões, faixa etária, localização geográfica (COSSAR; NEIL, 2013).

de outros filhos adotivos dentro da família) implicados no amálgama da "rede de parentesco adotivo", ligando-os de maneira complexa a várias famílias. Desse modo, além de aprender a lidar com a estranheza do próprio evento, a “negociação de fronteiras familiares” (GROTEVANT, 2009) impõe grande desafio particular a cada membro na gestão destes arranjos:

[...] Onde os irmãos são separados, cada um tem um conjunto de cuidadores com suas próprias atitudes e variados graus de poder e controle sobre o conhecimento das crianças, e o contato, entre eles. As crianças podem ter visões diferentes sobre os relacionamentos familiares com os adultos e entre si (COSSAR; NEIL, 2013, p.71, tradução nossa).

[...] Pais adotivos e cuidadores adotivos envolvidos em contatos de grandes grupos de irmãos têm que negociar relacionamentos entre eles e entre seus filhos. É provavelmente irreal esperar que as visões de todas as partes de uma rede complexa coincidam. Isso destaca a necessidade de planejamento de contatos, suporte e revisão periódica, que está disponível para todas as partes e que pode ajudar diferentes membros da rede de contatos a negociar seus relacionamentos e limites. Onde houver uma mudança significativa na estrutura familiar, como o nascimento de outro irmão, todos os envolvidos no contato podem precisar de apoio adicional (COSSAR; NEIL, 2013, p.74, tradução nossa).

Assim, quando há diferenças nas percepções ou quando estas contradizem o modo como a família adotiva escolheu para abordar os problemas (OTTAWAY, 2012), sem dúvida a tarefa pode se tornar mais difícil. Nesse sentido, geralmente há aqueles pais adotivos que julgam o contato e a manutenção dos vínculos um recurso valioso e capaz de oferecer, a partir da visão compartilhada entre os irmãos, um olhar mais realístico e menos idealizado da família biológica, podendo um irmão mais velho atuar, inclusive, como a “memória” que ajudará seu filho a entender melhor sua vida (COSSAR; NEIL, 2013). Em contrapartida, há aqueles para os quais a perda do relacionamento entre irmãos não parece ser uma preocupação primária (JAMES *et al.*, 2008; JONES, 2016) e, diferentemente dos descritos anteriormente, consideram a transmissão de informações sobre a família biológica um problema que apresenta desconforto e preocupação, chegando a exercer um controle ativo para limitar o contato, a fim de proteger a si mesmos e à criança de influências negativas e/ou experiências dolorosas. É digno de nota que essa atitude, entretanto, representou, para alguns parentes biológicos e filhos adotivos entrevistados por Cossar e Neil (2013), a negação de importantes conexões de parentesco.

Consequentemente, o contato entre os irmãos pode variar, inclusive, dentro do mesmo grupo, pelo fato da família adotiva não permitir, não considerar igualmente importante ou, ainda, não possuir condições para negociar essas questões por conta própria, subentendendo a necessidade da continuidade do apoio profissional na pós-adoção, como neste exemplo:

[...] uma criança adotiva ficou chateada ao sair do contato, mas se sentiu muito

melhor quando foi **autorizada** a ligar para a irmã mais velha no caminho de casa para conversar sobre o dia. Os pais adotivos, a criança e o irmão mais velho foram capazes de decidir isso com base nos relacionamentos de confiança que haviam se desenvolvido. Em outras famílias, **a decisão de permitir** um telefonema extra pode ter sido **muito carregada emocionalmente** (COSSAR; NEIL, 2013, p. 73, tradução nossa, grifo nosso).

Situações em que as crianças mantiveram contato com alguns irmãos, mas não com outros, também aquelas em que alguns irmãos permaneceram dentro da família biológica, geraram questões particulares para as crianças, as quais se mostraram ansiosas por saber as razões que levaram àquelas situações de contato ou impedimento dele, ou, ainda, por que os outros viam a mãe biológica e elas não. Essa mudança de convívio, quando separadas, evidenciou que as crianças podem ficar confusas com relação a seus irmãos, pela falta de contato ou limitações, não levando em conta a existência de seus irmãos ou sem terem noção de onde estarão todos, haja vista “a mensagem implícita que o contato traz sobre quais relacionamentos são valorizados e quem conta como um membro da família.” (COSSAR; NEIL, 2013, p. 71, tradução nossa).

Desse modo, essas redes construídas a partir dos “efeitos da abertura estrutural sobre os relacionamentos de irmãos” (COSSAR; NEIL, 2013, p. 71) descortinam as duas faces dos laços familiares: a que envolve o vínculo e a pertença, e a que envolve a exclusão e as fronteiras que conectam alguns irmãos mas cortam vínculo com outros. A exemplo disso têm-se, geralmente, os irmãos mais velhos com narrativas sobre seu sentimento de perda por terem sido deixados de lado, em detrimento da adoção do irmão mais novo (COSSAR; NEIL, 2013; STRATHERN, 2005).

Ademais, a mesma pesquisa em referência salientou que todos os envolvidos demonstraram falta de preparação e requeriam apoio e ajuda. A criança adotada, para entender suas conexões de irmãos. Os pais adotivos, para refletir sobre as necessidades e reais possibilidades de contato entre seus filhos e sobre os próprios valores e limites a serem estabelecidos no complexo e dinâmico contato entre as famílias dos irmãos adotados. Os parentes biológicos, para gerenciar as mudanças nos laços de parentesco. E os irmãos que moravam em outro lugar (particularmente aqueles que permaneceram na família biológica), para se ajustar às alterações no relacionamento entre irmãos (COSSAR; NEIL, 2013).

A nebulosa definição de família e a multiplicidade de relacionamentos entre os irmãos ordena, por parte dos pais adotivos, o desempenho de um papel vital para a manutenção do contato entre os irmãos colocados separadamente. Obviamente, uma série de acordos individuais, esforços e recursos consideráveis são exigidos, os quais, infelizmente nem sempre estão disponíveis ou na melhor das hipóteses, encontram-se limitados (COSSAR;

NEIL, 2013; KOSONEN, 1996, 1999). Como exemplo disso, tem-se a experiência de alguns pais que encorajaram e facilitaram ativamente esse tipo de contato entre irmãos que haviam sido separados e, ao mesmo tempo, relatavam o quanto as crianças não pareciam receptivas, causando-lhes frustração no decorrer do processo e resultando num sentimento de “indiferença desamparada” (JAMES *et al.*, 2008, p. 99, tradução nossa).

A narrativa anterior lembra que a adoção aberta se distingue de outras práticas familiares e, até certo ponto, os envolvidos são precursores desse tipo de relacionamento, com todas as incertezas e a criatividade que isso acarreta (COSSAR; NEIL, 2013; GROTEVANT, 2009). Assim, quando as dificuldades parecem intransponíveis, a “finalidade do contato” pode precisar ser revisitada. Afinal, embora a manutenção do relacionamento entre irmãos venha sendo amplamente defendida e avaliados todos os seus efeitos e contribuições, é recomendado ajuizar, também, que, quando há preocupações com a segurança, nem todos devem manter o contato (BRASIL, 2017a; COSSAR; NEIL, 2013).

Cumprе ressaltar que o sentimento de preocupação foi referido, nas pesquisas estudadas, tanto por meio dos relatos dos pais adotivos, como já discutido neste texto, como também das crianças acolhidas, as quais manifestaram estar muito preocupadas em manter contato com os seus irmãos (MORGAN, 2006). Em mais de 60% dos casos elas se mostraram mais propensas a relatar sobre a insatisfação em relação à frequência do contato com os irmãos do que em relação a seus pais (FESTINGER, 1983). Tal fato decorre do valor intrínseco que atribuem à vivência uns com os outros e não ao tempo de vida que tiveram juntos (HARRISON, 1999a; HERRICK; PICCUS, 2005; LEATHERS, 2005). Assim, mesmo que não julgassem necessário viver juntos para serem irmãos, (HADFIELD; MAUTHNER; EDWARDS, 2005; JONES, 2016), quando separados, manifestavam o desejo de ter informações e contato frequente uns com os outros; do mesmo modo, desejavam o direito à manutenção do contato entre eles fosse considerado no momento da tomada de decisão (HERRICK; PICCUS, 2005; JONES, 2016; LUNDSTRÖM; SALLNÄS, 2012).

Desse modo, desde que entram para a instituição de acolhimento, as crianças, em diversas ocasiões, verbalizam e incluem preocupações sobre seus irmãos ou irmãs nas histórias detalhadas que giram em torno deles; o sentimento de tristeza por essa perda geralmente é agravado pela preocupação e culpa que sentem por serem separados. Muitos manifestam ter perdido uma parte de si mesmos. Quando o motivo do acolhimento justifica-se pelo histórico de abuso, a saída de um irmão para adoção, enquanto outros são deixados para trás ou retornam à família biológica, frequentemente suscita considerável culpa e aflição. Em outras circunstâncias, as crianças podem pensar em se afastar dos irmãos como merecida

punição e sentir que eles são responsáveis pela separação ou por acreditar que poderiam impedi-la. Esses sentimentos podem ser exacerbados pela solidão que algumas crianças sentem quando são colocadas em novas famílias (HARRISON, 1999a, 1999b; HERRICK; PICCUS, 2005; TIMBERLAKE; HAMLIN, 1982; TRISELIOTIS; RUSSELL, 1984; WEDGE; MANTLE, 1991; WHITING; LEE, 2003).

Tal sentimento de solidão também se manifestou em crianças que permaneceram no abrigo após a separação de um irmão, conforme apresentado por Missio (2017) em seu Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia. Nos estudos cuja base são vivências no contexto de vulnerabilidade e risco, a técnica de Desenhos-Estórias, de Walter Trinca, revelou que todos os participantes tinham em comum a separação de um irmão e que, para eles, esse afastamento configurou a dor de mais uma violência sofrida. Entretanto, apesar de inicialmente a pesquisadora não ter suscitado as relações fraternas, para sua surpresa, emergiu como resultado a figura do irmão no lugar de protagonista do vínculo de referência para os participantes nesse contexto.

Ainda na percepção de Missio (2017), os entraves familiares aliados à vivência de rua geraram o esvaziamento de referências adultas no sistema identitário levando, mesmo que às avessas, a figura fraterna a imperar sobre as outras relações familiares com significativa correspondência de proteção e afeto, permanecendo como a representação de configuração familiar para aquelas crianças. Destarte, ainda que separados, nutriam pelo irmão que partiu sentimentos muito positivos, preservavam suas histórias através das boas lembranças e, principalmente, alimentavam o desejo de legitimá-las na expectativa de um futuro juntos novamente.

No que tange aos grandes grupos de irmãos, embora a expectativa de que permaneçam juntos seja menor, alguns estudos constataram que estes deixaram de caracterizar um fator negativo, tendo em vista que quando há várias crianças envolvidas, a probabilidade de serem colocadas com pelos menos um dos irmãos aumenta (HEGAR, 2005; SHLONSKY; WEBSTER; NEEDELL, 2003). Entretanto, embora haja relatos de aparente relação entre tamanho do grupo e interrupção da adoção, no sentido de haver menor risco de interrupção para grupos que contenham mais de quatro irmãos (SMITH *et al.*, 2006), a colocação de grandes grupos não se mostrou necessária para que as crianças se beneficiassem. Nesses casos, acredita-se que a consistência⁵⁰ da colocação dos irmãos seja mais relevante para a

⁵⁰Leathers (2005) relaciona consistência com o histórico de movimentação do grupo e a inclui como uma variável que considera o fato da experimentação ou não da separação entre irmãos. Nesse sentido, a consistência

adaptação e tenha melhores resultados do que precisamente o número de irmãos colocados juntos (LEATHERS, 2005).

Nesse sentido, não se considere, porém, que a colocação de grandes grupos de irmãos não seja viável; ao contrário, o estudo de Saunders e Selwyn (2011) concentrou-se nas experiências de quem conseguiu a colocação de grupos com três a cinco crianças e mostrou que, a menos que haja claras contraindicações, a adoção de grandes grupos é perfeitamente praticável. Em tal contexto, as poucas famílias que passavam por problemas manifestaram estresse maior em relação ao número de irmãos com dificuldades do que propriamente com a gravidade das dificuldades de uma criança.

Assim, para Saunders e Selwyn (2011), tais adoções passam pela tenacidade, pela confiança, pela determinação, pelo otimismo e pela resistência dos adotantes e, justamente por isso, é de extrema importância receber, nutrir e capacitar potenciais adotantes. Para que sejam bem-sucedidas, as informações sobre as crianças devem ser compartilhadas com os adotantes, as preocupações e pedidos posteriores de ajuda devem ser levados a sério, a fim de que seja prestado apoio adequado e realista, incluindo auxílios financeiro e terapêutico (SAUNDERS; SELWYN, 2011). Além do mais, é essencial compreender que os problemas que aparecerem poderão parecer exacerbados diante da união de vários irmãos na mesma família. Com tais características, simplesmente aumentar o número de pais adotivos que aceitem grupos de irmãos não é suficiente; o treinamento direcionado a esse perfil de adoção passa a ser compulsório, tanto para as famílias como para os profissionais envolvidos (LEATHERS, 2005).

3.1 Avaliação e tomada de decisão

Com base nas pesquisas encontradas até o momento, ainda que existam observações aplicáveis e as variáveis de posicionamento tenham se tornado mais padronizadas ao longo do tempo, as constatações relacionadas às colocações de irmãos expressam divergências quando se pensa nas vantagens e desvantagens do reagrupamento de irmãos, conforme se exemplifica a seguir.

Embora se pressuponha que uma criança “parentificada”⁵¹ deva ser separada de seus

da colocação é a constante estabilidade proporcionada aos grupos que foram evitando outras separações durante a sua trajetória.

⁵¹O conceito de “parentificação” origina-se de orientações teóricas dentro da terapia familiar estrutural (MINUCHIN, 1967) e significa adoção do papel parental por um irmão com a troca de papéis no relacionamento pai-filho (WARD, 1984).

irmãos para retomar seu papel de criança e ser cuidada com o objetivo de evitar potenciais prejuízos ao seu desenvolvimento ou à sua adaptação a uma nova família adotiva, particularmente se ela contesta as decisões disciplinares parentais ou cria situações de lealdade com seus irmãos (ALDRIDGE; CAUTLEY, 1976; BANK; KAHN, 2003; HEGAR, 1988a; SMITH, 1996), sob outra perspectiva, entende-se que ela se beneficia da responsabilidade adicional de cuidar de um irmão mais novo (WARD, 1984) e, quando perde a função assumida, lamenta e sofre (HARRISON, 1999b; HERRICK; PICCUS, 2005). Isso acontece porque o papel de confiança estabelecido nessa relação “pode proporcionar à criança um senso de responsabilidade, um autoconceito claro, maior autoestima e servir como fonte de apoio social” (KAPLAN; HENNON; ADE-RIDDER, 1993, p. 137).

Do mesmo modo que grupos intactos e crianças acolhidas com qualquer irmão demonstraram aumentar significativamente a probabilidade de reintegração familiar e voltar para casa mais rapidamente (ALBERT; KING, 2008; SHLONSKY; WEBSTER; NEEDELL, 2003), de acordo com várias pesquisas, apenas a frequência materna de visitas aumentou as chances de reintegração familiar (FANSHEL, 1982; LEATHERS, 2003, 2005; MECH, 1985; MILNER, 1987).

Ainda assim, apesar das crianças colocadas juntas estarem propensas a uma maior fidelidade biológica (ALDRIDGE; CAUTLEY, 1976), em virtude da possibilidade de formar um subsistema resistente à integração em uma família adotiva, não obstante, tem-se que crianças colocadas sozinhas podem ter maior dificuldade em se integrar como membros da família adotiva (CUTLER, 1984). Possivelmente, isso acontece em virtude da continuidade do relacionamento entre irmãos, pelo conforto e pela segurança no processo de mudança que a adoção conjunta propicia, levando a um maior senso de pertencimento e a relacionamentos mais fortes com os pais adotivos (LEATHERS, 2005).

Todavia, mesmo que alguns estudiosos tenham associado os problemas de comportamento à colocação de crianças separadas de seus irmãos (BOER; MICHIEL WESTENBERG; VAN OUYEN-HOUBEN, 1995), tais dificuldades parecem não estar relacionadas, necessariamente, às decisões de separar a fratria, conforme sinaliza Drapeau (2000), ao estudar 150 grupos de irmãos.

Assim sendo, as tomadas de decisões sobre a colocação não podem subestimar o significado atribuído às relações entre irmãos pelas crianças e suas experiências particulares de relações familiares, de medo e de perda quando são separados (COSSAR; NEIL, 2013; HINDLE, 2007; JONES, 2016). As diferenças que cada criança apresenta nas relações entre si dentro de um grupo precisam ser avaliadas e compreendidas pelos profissionais para tentar

encontrar razões que legitimem a decisão sobre como e onde as crianças devem morar, e se juntas ou separadamente (SCHWENKE; HUDD; VICARY, 2006).

Entretanto, apesar das pesquisas relatarem a ausência do registro de dados descritivos que vinculem as características do grupo de irmãos e a separação entre eles, bem como a falta de justificativas precisas para a separação, quando se examina a maioria das decisões, na ampla literatura⁵², vários fatores foram conjecturados, dentre eles:

- Dificuldade para se aceitarem duas ou mais crianças e de encontrar famílias disponíveis para manter grupos de irmãos;
- Equipe técnica de profissionais altamente pessimistas para encontrar colocações conjuntas para grupo de irmãos;
- Múltiplas entradas nas instituições de acolhimento: entrar ou ser atendido em momentos diferentes e não gerar registros de seu relacionamento (meio-irmãos) no cuidado aumentam a chance de separação;
- Irmão benevolente: quando há tanto envolvimento que quase nenhuma individualidade é permitida;
- Intensificação da fidelidade com a família biológica;
- Grau de dificuldade de cuidar do grupo de irmãos ou relações conflituosas e atrito resultante com os pais adotivos como contraindicação para colocação conjunta;
- Solicitação de remoção de um dos irmãos por problemas de comportamento por parte dos adotantes, mas manutenção dos outros membros da fratria;
- Alguma necessidade individual de uma criança (diferentes necessidades comportamentais, de desenvolvimento ou de saúde física e mental) diverge daquelas dos irmãos e torna incompatível mantê-los juntos, prejudicando a sua colocação;
- Risco de comportamento sexualizado que um irmão representa para o outro;
- Permanência de um irmão na família biológica ou irmãos que nunca tenham vivido juntos.

Além de todos esses pressupostos, há que se considerar também as características dos grupos, a saber:

- Grandes diferenças de idade: quanto maior a lacuna de idade entre eles ou quanto mais velhos os irmãos, maior a probabilidade de serem separados, já que quando atingem a

⁵²(BOER; MICHIEL WESTENBERG; VAN OUYEN-HOUBEN, 1995; BOER; SPIERING, 1991; COHEN *et al.*, 1993; DRAPEAU *et al.*, 2000; HEGAR, 1988a, 1988b, 1993, 2005; JONES, 2016; KOSONEN, 1996; LEATHERS, 2005; LINARES, 2006; LINARES *et al.*, 2014; NEIL, 1999; RUSHTON, 2001; RYAN *et al.*, 2010; RYAN; GROZA, 2004; SHLONSKY; WEBSTER; NEEDELL, 2003; STAFF; FEIN, 1992; WARD, 1984; WULCZYN; ZIMMERMAN, 2005).

adolescência apresentam problemas maiores de comportamento;

- Divisão por gênero⁵³;
- Ocorrências de paternidade diferentes;

Por sua vez, o conflito entre irmãos também se apresentou como um critério de preocupação e como agente potencial de más colocações e precedente de eventuais rupturas (LINARES, 2006). No entanto, este não corroborou ser um resultado inevitável, posto que intervenções conduzidas por cuidadores, em instituição de acolhimento (LINARES *et al.*, 2014; JONES, 2016), assim como em famílias adotivas, mostraram-se capazes de reduzir o conflito entre irmãos. Sob esse prisma, Leathers (2005) pressupunha que os cuidadores de grupos de irmãos que apresentavam estabilidade poderiam conter características mais altruístas e motivações mais intensas para fornecer cuidados estáveis às crianças, o que poderia levá-los a trabalhar mais que outros pais adotivos para sustentação dos vínculos fraternos e manutenção da adoção. Tal hipótese espelha o importante papel modulador dos cuidadores para as mudanças positivas no relacionamento entre os membros da fratria, como revelou o relato desta mãe de irmãos que viviam juntos em família adotiva:

Ele fez progressos significativos em seu relacionamento com seu irmão. Eu me esforcei muito para isso. Eles não costumavam interagir, ou falar uns com os outros ou até mesmo olhar um para o outro, enquanto agora eles vão brincar devidamente, não apenas paralelamente e isso é muito legal (MEAKINGS; COFFEY; SHELTON, 2017, p. 1789, tradução nossa).

Outro fator ao qual não se pode ficar indiferente é o tipo de relacionamento fraterno que surge, quando da adoção, em famílias adotivas que já tinham filhos biológicos, um contexto no qual se verificam maiores taxas de interrupção. Isso significa que a existência prévia de uma criança na nova família pode representar uma complexidade a mais no contexto de colocação (WEDGE; MANTEL, 1991; MCROY, 1999; MEAKINGS; COFFEY; SHELTON, 2017). Tal fato pode ocorrer, inclusive, em casos de famílias adotantes com um filho morto ou natimorto, que, apesar de não estar presente, pode continuar “ocupando” um

⁵³Convém observar que referidas considerações de gênero foram encontradas em algumas pesquisas, ainda que em número reduzido. Mota e Matos (2015) descreveram, em Portugal, a especial preocupação no acolhimento conjunto de irmãos do mesmo gênero. No entanto, quando de gênero diferentes, conduziam-se esforços para garantir-lhes que permanecessem na mesma cidade e frequentassem a mesma escola. De modo geral, quando separados, as meninas apontaram-se mais insatisfeitas e com maior desejo de contato com os irmãos do que os meninos. Ademais, na Austrália, as colocações conjuntas de meninas evidenciaram ser mais estáveis do que quando desacompanhadas (TARREN-SWEENEY E HAZZELL, 2005). Entretanto, nos Estados Unidos, Hegar e Rosenthal (2009) descobriram que as meninas inferiram significativamente pior saúde mental e socialização quando separadas de todos os seus irmãos. Todavia, Smith (1998) mencionou que apesar das meninas serem colocadas juntas com mais frequência, seriam os meninos os mais beneficiados, supostamente separados por outras razões as quais não estavam relacionadas a problemas de comportamento (TARREN-SWEENEY E HAZZELL, 2005).

lugar na família e na fratria. Desse modo, podem surgir dificuldades em razão dos pais se manterem ligados a um filho que não está vivo e presente (LOEHLIN *et al.*, 2010) ou quando a criança adotada percebe que assim acontece (SELWYN *et al.*, 2015; MEAKINGS; COFFEY; SHELTON, 2017).

Diante desta diversidade de fatores, quando uma adoção em conjunto não é praticável, geralmente há um acordo no sentido de se manter o contato entre os irmãos, a fim de que tenham a oportunidade de se conhecer e desenvolver o relacionamento à medida que amadurecem (GUARDIAN FOR CHILDREN AND YOUNG PEOPLE, 2011; WHELAN, 2003). Independentemente do número de irmãos, os profissionais têm a complexa tarefa de identificar, de modo claro e evidente, qual deles mantém um elo mais significativo com a criança e, a partir dessa identificação, então, traçar um plano de contato e de colocação para esses irmãos (ARGENT, 2008; WARD, 1984).

Da mesma forma, essa avaliação deve incluir a escuta e a apreciação da criança, que será capaz de tecer opiniões e sugestões sobre o que “funcionaria” mediante um inevitável rompimento ou desmembramento do grupo. No caso de irmãos, a separação pode significar coisas diferentes para crianças diferentes (SHLONSKY; WEBSTER; NEEDELL, 2003). Por exemplo, “um bebê pode não ficar aborrecido ao ser separado do irmão mais velho, mas o irmão mais velho pode sofrer consideravelmente com a separação” (GUARDIAN FOR CHILDREN AND YOUNG PEOPLE, 2011, p. 15, tradução nossa), ou, ainda, um irmão que assumiu o papel de cuidador pode, na verdade, sentir-se em uma situação natural, saudável e considerado comum em muitas famílias e culturas (ARGENT, 2008; ELGAR; HEAD, 1999).

Desse modo, a avaliação das relações entre irmãos deve ser bastante criteriosa na observação daquilo que realmente está afetando negativamente a criança. É imperativo que se avalie com cuidado o impacto da adoção ao longo da vida (WHELAN, 2003). Isso significa ir além do “aqui e agora”, pensar e antecipar necessidades futuras, entender que muitas conseqüências só serão reveladas muito depois do momento em que a criança foi colocada em sua família adotiva. Isso também significa pensar, ainda, em como aqueles que cuidam de grupos de irmãos podem ser apoiados, não apenas inicialmente, mas a longo prazo (OTTAWAY, 2012; WHELAN, 2003).

Tendo em vista todas essas abordagens, os profissionais clínicos e de adoção que trabalham com famílias adotivas devem ter ciência do papel que os irmãos podem desempenhar nas experiências positivas de adoção. Compreender a contribuição e influência das relações entre irmãos nessas famílias pode apoiar significativamente a realização de um trabalho pautado no contexto de relacionamentos saudáveis e de alta qualidade entre os

irmãos (FARR; FLOOD; GROTEVANT, 2016).

Na prática do bem-estar infantil, a decisão de separar ou não os irmãos deve se basear nas necessidades e desejos das crianças, e não na conveniência administrativa ou em função da dificuldade em encontrar lares (WARD, 1984). Assim, é sempre apropriado um olhar equilibrado na avaliação cuidadosa das famílias individualmente, e maior atenção às necessidades especiais de cada criança, em particular no grupo de irmãos.

Questões práticas tão importantes como a colocação de irmãos em cuidados de guarda e adoção podem ser beneficiadas pelo conhecimento baseado em pesquisas e perspectivas multidisciplinares (FARR; FLOOD; GROTEVANT, 2016; SMITH, 2006). Em suma, toda diligência para se promover o melhor dentro do interesse da criança requer avaliações contínuas e planos individuais; portanto, a tomada de decisão deve ser analisada caso a caso.

3.2 Limitações e considerações metodológicas segundo o levantamento bibliográfico empreendido

A pesquisa nas bases indexadoras deu destaque para os trabalhos na área da Assistência Social, os quais discutiram, em um maior número de artigos, a manutenção ou separação dos irmãos frente à perda do contato com a família biológica, considerando a legislação e a experiência de vários estados americanos e também de países como Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Inglaterra, Holanda, Escócia, Portugal, Israel, Austrália, Espanha, entre outros (HEGAR, 2005; JONES, 2016).

Desse modo, alguns trabalhos de revisão de literatura registraram a evolução da caminhada e do desenvolvimento do tema e circunscreveram questões metodológicas significativas, face à grande diversidade e dificuldade encontradas no âmbito dessas pesquisas. Nesse sentido, inúmeras tentativas de modelar os padrões de colocação de irmãos em situações de acolhimento empreenderam esforços para abarcar as limitações metodológicas identificadas e desenvolver pesquisas baseadas em métodos mais rigorosos capazes de medir e de comparar apropriadamente os diferentes tipos de colocações possíveis. Um dos grandes desafios consistiu em verificar tais resultados levando em consideração a gama de medidas e desfechos empregados no estudo de irmãos (HEGAR; ROSENTHAL, 2011).

Observou-se, pelos resultados, que a importância dos relacionamentos entre irmãos e a falta de atenção dada a tais vínculos é amplamente reconhecida em inúmeros estudos. Porém, as suposições sobre a natureza das relações entre irmãos e os atuais entendimentos parecem

não ter encontrado referências e fundamentos teóricos, mantendo-se inexplorados, privilegiando-se ainda o parentesco genético e deixando mal conceituada a condição de irmão (JONES, 2016). Igualmente, a ideia de que os irmãos devem permanecer juntos quando são acolhidos apresentou-se bastante arraigada. Entretanto, a investigação sobre a influência desse fator para o desenvolvimento e adaptação das crianças e adolescentes, bem como sobre as potenciais consequências da separação ainda é escassa (HEGAR; ROSENTHAL, 2011).

Verificou-se, também, nesses estudos, o emprego das mais diversas metodologias, como estudos em banco de dados, entrevistas com pais adotivos, com assistentes sociais, com cuidadores. Mais recentemente, passou a ser considerada a percepção da criança e do adolescente, dando voz àqueles que vivenciaram o acolhimento e a separação da família de origem, haja vista que as relações entre irmãos podem ser mais bem compreendidas ao se falar diretamente com os próprios jovens, sempre que a idade e a capacidade de desenvolvimento permitirem isso.

Por conseguinte, foi numeroso o uso de instrumentos como variáveis de controle para avaliar qualidade de relacionamento entre irmãos⁵⁴, comportamentos, sintomas, habilidades escolares, resiliência, autoconceito, adaptação social e ajuste à adoção⁵⁵. O instrumento com maior recorrência, nos estudos, foi o Child Behavior Checklist (CBCL) de Achenbach e Edelbrock (1991), provavelmente por se tratar de um inventário que dinamiza e favorece a avaliação global e o diagnóstico clínico, ao verificar vários aspectos sobre o funcionamento adaptativo da criança ou adolescente a partir da perspectiva parental ou de cuidadores sobre os problemas comportamentais e emocionais dos filhos, comparando-os com os de outras crianças da mesma idade (BORDIN, 1992; DE CARVALHO *et al.*, 2009; GAUY; GUIMARÃES, 2006; WIELEWICKI; GALLO; GROSSI, 2011).

Entretanto, o tema da adoção de irmãos apresentou-se multifacetado e cheio de nuances, com múltiplas variáveis que incidiram sobre os resultados. Desse modo, cada um dos estudos reforçou suas limitações metodológicas e, principalmente, as restrições para a interpretação dos resultados – os quais não podem ser generalizados.

Cumpru, também, notar que apesar das experiências do grupo de irmãos serem o foco de interesse primário, isso se mostrou bastante complicado devido às possíveis modificações sofridas pelo grupo – irmãos que entraram em diferentes momentos; que foram colocados juntos e posteriormente separados; que nunca foram colocados juntos ou até mesmo nunca

⁵⁴Sibling Relationship Questionnaire (SRQ) de Furman e Buhrmester (1985b).

⁵⁵Medido por Escalas como a “Adoption Attitudes Scale” (AAS) de Brodzinsky (1983) e a “Adoption Beliefs Scale” (ABS) de Singer, Brodzinsky e Braff (1982), ambas sem referências no Brasil.

terem morado juntos, anteriormente, e terem se encontrando pela primeira vez no abrigo – conforme exemplificado por Leathers (2005). Tais implicações favoreceram as dificuldades frente a definição do termo irmão (biológicos? afetivos? meio-irmãos? co-irmãos? que coabitam?), bem como da própria separação (separar de todos? do par? quando subdivididos em grupos menores?) e levou os pesquisadores a escolherem as crianças dentro de um grupo e a estudarem os efeitos no par escolhido ou em apenas uma delas, uma vez que o efeito da experiência de separação seria examinado no contexto do significado individual da relação de irmãos.

Nessa direção, cada estudo forneceu um ponto de partida para pesquisas adicionais e apontou a grande necessidade de que estas sejam bem planejadas e executadas. Até o momento, a maioria deles utilizou métodos retrospectivos os quais contaram com as memórias dos participantes ou de bancos de dados. Embora tenham fornecido dados muito ricos, seria útil que se realizassem estudos prospectivos que acompanhassem as relações entre irmãos à medida que estas acontecessem, inclusive no pós-adoção (OTTAWAY, 2012). Sob a hipótese de descortinar as razões e a complexa dinâmica que teria levado à separação dos irmãos ao longo do tempo, tal método certamente viabilizaria seguir com uma coleta detalhada de informações a partir de sua entrada sob os cuidados do Estado até sua saída, detectando, dessa forma, as particularidades de cada idade (inclusive como esta particularidade pode influenciar as reações à separação), avaliando fatores em pontos diferentes com cada um dos irmãos e acompanhando a trajetória de estabilidade da colocação ao identificar casos em que um irmão deixou ou entrou no grupo durante o percurso (LEATHERS, 2005).

Sem embargo, as pesquisas sugeriram também possíveis estudos qualitativos⁵⁶, do ponto de vista dos participantes (GUARDIAN FOR CHILDREN AND YOUNG PEOPLE, 2011), que considerem as problemáticas, o tamanho familiar, ter ou não outros irmãos acolhidos, a quantidade e qualidade das redes de apoio (MARTÍN; MÁRQUEZ, 2015); que enfoquem a separação e não apenas a comparação entre os resultados da adoção conjunta ou individual (HEGAR, 2005). Apesar de grande parte dos estudos terem se baseado somente na dimensão de acolhimento, não levando em conta outras dimensões, algumas pesquisas posteriores começam a mostrar interesse na investigação dos relacionamentos entre irmãos no

⁵⁶ Isso devido à “complexidade subjacente do problema” (WULCZYN; ZIMMERMAN, 2005, p. 742), visto que a experiência humana é, muitas vezes, não passível do rigor científico, o que torna difícil atribuir significado a uma percepção tão individual, como por exemplo “um relacionamento entre irmãos significa ou pode potencialmente significar para qualquer criança em uma instituição de acolhimento tão diverso quanto as crianças que vivenciaram a vida em cuidados (HERRICK; PICCUS, 2005, p. 842).

pós-adoção (COSSAR; NEIL, 2013; MEAKINGS; COFFEY; SHELTON, 2017; OTTAWAY, 2012). Tal interesse pode levar a benefícios como a inclusão de características de perfil dos pais adotivos que desempenham função estável na adoção de irmãos (LEATHERS, 2005), as quais, aparentemente, ainda não foram mensuradas, mas podem ser variáveis relevantes a serem consideradas em estudos futuros.

Por outro lado, dentre as pesquisas que utilizaram o banco de dados como fonte, pouquíssimas adotaram amostras nacionais. Nos EUA, Hegar e Rosenthal (2011) apontaram um banco de dados que não foi projetado para o estudo de grupo de irmãos, o que constituiu um desafio para os pesquisadores estudarem a assistência social nos grupos de irmãos. Da mesma forma, outras pesquisas também mencionaram a importância de se registrar toda a documentação sobre os esforços empreendidos na colocação conjunta dos irmãos, sugerindo que, no caso de impossibilidade desta, deva-se incluir o registro de todos os irmãos identificados no caso, inclusive os irmãos que foram adotados por outra família ou, ainda, irmãos que ainda não tenham um relacionamento estabelecido. Isso inclui também o registro no arquivo, do caso da criança, de informações de contato, visitação ou compartilhamento de informações entre irmãos. Sobretudo, requer que as razões para as decisões sejam registradas claramente pelos profissionais, tratadas de forma sensível com as crianças e revisitadas, quando necessário, à medida que a criança se desenvolve (COSSAR; NEIL, 2013; LORD; BORTHWICK, 2009).

Por fim, mas não menos significativo, foi notório o reconhecimento do quanto questões importantes como colocação e adoções de irmãos se beneficiam das pesquisas e dos estudos de revisão de literatura, os quais informam sobre as políticas de bem-estar infantil e as decisões de prática individual. Esse tipo de pesquisa empresta apoio ao argumento de que os filhos adotivos devem ser colocados junto de seus irmãos, sempre que possível.

Todavia, a referida metodologia se beneficiaria ainda mais com perspectivas multidisciplinares e multinacionais a partir da inclusão de estudos em idiomas e formatos não capturados nas revisões apresentadas (HEGAR; ROSENTHAL, 2011), sob o ponto de vista de que traria benefícios efetivos, exequíveis e reais para os sujeitos envolvidos ou estudados, em prol do benefício maior para os principais interessados: as crianças e os adolescentes, cuja felicidade e maturidade – no sentido winnicotiano de saúde mental e desenvolvimento emocional – são o intuito supremo.

4 O FRATERO NA PSICANÁLISE

Durante muito tempo a Psicanálise esteve pautada, preferencialmente, nas ligações parentais, ponto nodal das neuroses e do psiquismo humano (BRUSSET, 1987; KAËS, 1994, 2005; KANCYPER, 2004) e só mais recentemente voltou-se para as relações fraternas, inicialmente, mais motivada à compreensão da competição e da rivalidade do que à sua contribuição para a formação do indivíduo e de seus laços sociais (GHIRARDI, 2014; GOLDSMID; FÉRES-CARNEIRO, 2011).

Não é possível abordar os vínculos fraternos dissociados das construções parentais e de filiação. Assim, para este capítulo propõe-se, em um primeiro momento, apresentar as mudanças na formação da família contemporânea a qual inicia uma nova era de compreensão na formação dos vínculos e também das fratrias. Dessa forma, para trazer luz sobre o fraterno na construção da filiação e da afiliação adotiva e sobre a importância que este ocupa quando há o rompimento com as figuras parentais, acompanhar-se-á, antes de tudo, como se dão os vínculos na dinâmica da família biológica, enfatizando os enlaces e desenlaces de que se constitui um vínculo fraterno e o que acontece na linhagem horizontal e na relação com os pais. A complexidade desse tema poderia direcionar a um aprofundamento psicanalítico sobre o funcionamento do complexo fraterno – o que, no entanto, não fará parte dos objetivos propostos na presente pesquisa. Porém, acredita-se que tomar conhecimento da existência dele, bem como das especificidades desse vínculo, pode inaugurar um espaço para se pensar numa interface que amplia a compreensão das relações intrafamiliares e ensejar uma escuta mais atenta e enriquecida acerca do longo trajeto dos irmãos separados de suas famílias por razões judiciais, conforme experiência de Jaitin (2006).

4.1 O vínculo na contemporaneidade: novas famílias, novas fratrias e o resgate da significação dos vínculos fraternos

Na época atual, falar sobre a família pode significar um profundo desafio o qual exige também a compreensão sobre a contínua transformação desse conceito tão alinhavado aos momentos sócio-histórico, político, econômico e cultural, e aos paradigmas de uma nova ordem psíquica que dão forma à nossa realidade contemporânea (CAMARGO; VALENTE, 2005; WEISSMANN; GOMES, 2014). As mudanças no cenário sociocultural configuraram transformações familiares significativas e, desse modo, famílias agrupadas ou recompostas

(mosaico), famílias simultâneas, homoparentais, uniparentais e afetivas, anaparentais⁵⁷ foram incorporadas aos novos padrões da cultura. Além disso, a evolução das relações biotecnológicas espelham a multiparentalidade por meio da possibilidade de se conceberem filhos independentemente do gênero ou do ato sexual, desconectando-se do amor romântico e conectando-se ao valor de moeda de troca no "contrato de geração de filhos" e da parentalidade estabelecida por "parcerias", no intuito de atender projetos individuais baseados nos valores de liberdade, autonomia e hedonismo.

Assim também, a pluralidade das relações e dos novos arranjos familiares imprime novos delineamentos nos espaços de convivência e nas formas de expressão da própria identidade e subjetividade, oferecendo alicerces para a constituição de um novo sujeito, de uma nova fratria, de uma nova família e de uma nova sociedade. Tal mudança, sinaliza famílias "marcadas não só pela genealogia" (WEISSMANN; GOMES, 2014, p. 59) mas, principalmente, pela escolha e pelo contrato mútuo no qual a qualidade das relações entre os membros, sublinhada pelo afeto, tornou-se mais apreciável do que a própria configuração do grupo familiar, cada vez mais singular e independente da consanguinidade ou da aliança do matrimônio.

Esses dois tipos de vínculo, os de sangue e os de aliança, circunscrevem a ideia de família. Os vínculos de sangue, por ligar pais e filhos, inscreve essa relação no parentesco biológico, à descendência e à transmissão genética. Os de aliança baseiam-se na relação e no contrato de compromisso recíproco entre eles (BERENSTEIN, 2007). A passagem do parentesco de sangue aos vínculos de aliança implica ir além da fantasia de ser um, de ser idêntico para uma relação entre duas partes, na qual certamente haverá a cumplicidade, mas também o conflito. Nessa relação com o outro e na explicação desse encontro é que a Psicanálise Vincular propõe olhar o vínculo como o inconsciente em sua maior densidade, como um fazer constante entre sujeitos – contínua e descontinuamente –, que cresce, fortalece-se, desvitaliza-se ou se rompe, acreditando que o que emerge é sempre renovado pela experiência vincular: "um vínculo faz outro se tornar outro, ambos se tornam outros dos

⁵⁷Família sem a presença de um ascendente, pai ou mãe, geralmente formada por irmãos. No entanto, não se restringe somente aos parentes, mas sim às relações socioafetivas que transformam a convivência em verdadeira entidade familiar. Tem-se como um exemplo de família anaparental o caso julgado de uma adoção póstuma, em que dois irmãos de sexos opostos, ao agirem como família e constatados os vínculos subjetivos que remetem à família, puderam adotar um menor que consideravam como um filho. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/24393/modalidades-de-arranjos-familiares-na-actualidade/3>. Acesso em: 12 mar. 2019.

outros que eram antes daquele vínculo e os lugares adquirirão outros sentidos mais móveis, mais mutáveis” (BERENSTEIN, 2007, p. 27).

A família é um conjunto de sujeitos que se relacionam e se sentem efetivamente relacionados e têm consequências para o processo de subjetivação. Tem a peculiaridade de ocupar lugares de parentesco, cujos nomes se transferem a pessoa: o lugar de pai denomina o sujeito que se chama pai, precisamente por cumprir ou não com as funções que resultam de estar neste lugar [...] (BERENSTEIN, 2007, p. 87 tradução nossa).

Hodiernamente, assim como os vínculos, as funções familiares encontram-se distribuídas de maneira mais fluida e diferenciada daquelas marcadas pelos lugares clássicos do vínculo familiar intergeracional ou de sua origem legal e social conferida. As novas formas de se pensar o “Fazer Família” (BENGHOZI, 2010) têm trazido à luz os vínculos horizontais e de afiliação, em virtude das novas formas de se estabelecer os laços ou de situações que, amiúde, levam as crianças a viverem simultânea e sucessivamente uma sequência de vínculos com parentalidades e fratrias múltiplas.

Em razão disso, Kaës (2005) compreende que o estudo das relações fraternas nas famílias adotivas ou nas modalidades das famílias contemporâneas resgata as significações contidas no vínculo fraterno – sua importância na estruturação familiar, na construção do sujeito, na formação dos laços sociais – e clarifica a complexidade das mudanças introduzidas pelas novas configurações do casal, da família e da fratria. Nesse sentido, não só alega que o fraterno deve ser examinado em sua especificidade, mas que deve também ser considerado sob o ângulo da intersubjetividade, uma vez que a compreensão da sua realidade psíquica não se reduz aos membros da fratria. Os irmãos e irmãs são sujeitos inconscientes em todas as suas relações – seja com cada um de seus pais separadamente, seja com o casal que eles formam – incluindo desta forma, uma compreensão da função da criança no projeto parental e familiar.

[...] falar da adoção de grupos de irmãos comporta o risco de generalizações perigosas. Cada família trará um projeto, e cada mulher ou homem traz seu próprio projeto pessoal, absolutamente singular com relação a ter ou não filhos e ao modo como se relacionará com eles. Assim também cada grupo de irmãos tem sua peculiaridade e cada indivíduo do grupo traz uma história singular. É importante demarcar que um grupo de irmãos se compõe de indivíduos com características subjetivas especiais, com necessidades específicas muitas vezes difíceis de serem apreendidas, e que correm o risco de ser desconsideradas em função de um grupo maior (PEITER, 2017, p. 93-94).

4.2 Os enlaces e desenlaces do fraterno no ciclo vital da família biológica

Qual seja o projeto para uma família, biológica ou adotiva, ele se inicia com um casal ou uma pessoa que escolhe ter filhos e se engaja na parentalidade, imaginando e “idealizando” a criança que está por chegar. Esse trabalho ocorre por meio da sua história pessoal e dos aspectos tanto conscientes quanto inconscientes, de pais para filhos, pela via da transmissão psíquica, indo além dos fatores biológicos ou genéticos. Nessa perspectiva, Rodriguez e Gomes (2012) afirmam que, independentemente da filiação biológica, o vínculo parental liga-se diretamente à filiação psíquica caracterizada por um desenvolvimento gradativo da relação estabelecida entre pais e filhos, a partir do desejo e da convivência, movimento no qual os aspectos afetivos e subjetivos da parentalidade serão construídos (CARVALHO, 2017; HOUZEL, 2006, p. 47).

De modo semelhante, isso parece acontecer nas relações entre irmãos, no sentido de que elas também são construídas. Assim como Benghozi (2010) propôs a idéia de “Fazer família”, Vinay e Jayle (2011) propuseram uma reflexão sobre o significado de irmãos usando a expressão “Fazer Irmãos”, na acepção de que irmão não consiste meramente em um fator demográfico ou biológico, mas em algo construído e que começa a fazer sentido por meio do compartilhamento de espaço e situações. Nessa linha de pensamento, a parentalidade e o vínculo de filiação, tal como as relações que unem os irmãos, são, desse modo, o resultado de uma grande intimidade edificada pelos pais (DUCATTI, 2003; RUFO, 2003).

De acordo com Kaës (2011), reconhecer-se irmão ou irmã supõe identificar-se como membro de um conjunto, processo resultante da especificidade do grupo fraterno e também da relação com o casal de pais, de modo que a possibilidade de enlace e convivência harmoniosa entre irmãos será influenciada de acordo com o espaço de verbalização dos afetos permitidos pelo casal parental e, em grande parte, daquilo que será transmitido (KAËS, 2001, p. 19).

Uns procedem do investimento de desejo dos pais sobre seus filhos, de seu discurso sobre eles e da maneira pela qual eles os identificam entre si como irmãos e irmãs. Esta identificação os inscreve nas representações imaginárias do romance da família, nos termos do contrato narcísico e das alianças simbólicas. Irmãos e irmãs têm em comum um laço de geração; eles estão ligados por uma herança partilhada. Identificar-se como irmão e irmã é, então, por um lado, o resultado de serem identificados como tais pelo efeito do investimento do *infans* pelo desejo parental (KAËS, 2011, p. 196).

Nesse contexto, o bebê que vem ao mundo torna-se representante da forte aliança de interesses inconscientes derivados das identificações e dos pactos e contratos narcísicos estabelecidos, que o colocam como depositário e herdeiro dos desejos e sonhos irrealizados (FREUD, 1914; KAËS, 2014). Consequentemente, os sentimentos e as atitudes dos pais em relação aos seus filhos se diferem pela forma ímpar, dependendo do lugar e da função que

cada criança vem a ocupar em suas vidas, tanto pelas distinções genéticas como por aquelas determinadas pelo desenvolvimento emocional alicerçado no “modo pelo qual a criança se encaixa, ou não, no contexto da fantasia dos pais” (WINNICOTT, 2001a, p. 64). Tais características estas particularmente evidenciadas nas expectativas dos casais sem filhos, os quais, muitas vezes, depositam na criança a esperança de que ela venha a preencher os hiatos em suas necessidades imaginativas originadas do casamento, da tentativa de constituírem uma família, dos traumas impensáveis ou da busca de uma substituição para a perda de um filho, ou até mesmo de um irmão, em seus lutos não elaborados.

Sob o ponto de vista vincular, o resultado da combinação formada pelo encontro e pela união de cada um dos sujeitos que forma o casal parental “colabora fortemente na construção do aparelho psíquico ou do mundo interno do recém-nascido, cuja subjetividade se constitui da conjunção de suas próprias disposições e a oferta identificatória que atravessa este vínculo” (BERENSTEIN, 2007, p. 95). Logo, no que tange aos vínculos fraternos, cada um é portador de seu próprio modelo relacionado às suas experiências e vivências com os próprios irmãos e com a maneira pela qual estes acontecimentos foram “processados e representados em seus respectivos psiquismos” (LOSSO; SILVANI, 2002, p. 741).

Destarte, tal modelo determina o legado que cada pai terá para transmitir: se as experiências e vivências tiverem sido boas, possivelmente serão reproduzidas com os filhos; se tiverem sido traumáticas, serão evitadas, seja na esperança preventiva de não repetir trauma semelhante (BANK; KAHN, 1988; LOSSO; SILVANI, 2002), seja por meio da violenta ruptura causada por uma rivalidade induzida pelos pais (KAËS, 2011). É possível, então, pontuar que os pais, quando “suficientemente bons”⁵⁸, ajudarão seus filhos na sua individuação, deixando-os livres para imaginar, com seus próprios recursos, a relação fraterna (BANK; KAHN, 1988; LOSSO; SILVANI, 2002).

Para a criança, é comum que o advento de um novo membro na família venha reavivar, no filho já existente, “o reconhecimento da posição de terceira pessoa em relação aos pais” (WINNICOTT, 2001b, p. 105) e, não raro, tal percepção é sucedida por sintomas que evidenciam “um certo colapso dos mecanismos normais de manejo das dificuldades” (WINNICOTT, 2001b, p. 106) relativas às vivências e ao desenvolvimento da criança. As condições dessa experiência, na qual há o rompimento de um equilíbrio vigente no momento em que a criança se reconhece entre irmãos, variam de acordo com as culturas e a extensão que estas possam ter no grupo familiar, bem como em concordância com as

⁵⁸Expressão utilizada por Losso e Silvani (2002, p. 741), em paráfrase ao pensamento e conceito de Winnicott.

contingências individuais e o lugar que lhe será atribuído, em relação à ordem de chegada à família – ocupando, antes de qualquer conflito, a posição de privilégio ou de intrusão (LACAN, 2002).

Kaës (1994) explica que esse efeito de posição no conjunto igualitário dos irmãos diferencia a dinâmica própria do fraterno em relação ao Complexo de Édipo, em decorrência de estarem numa mesma linha geracional a qual comporta distâncias de precessão, sucessão e igualdade (no caso de gêmeos). Em tal configuração, os mais velhos, os mais novos ou os caçulas “estão designados a lugares que estruturam rivalidades, os alívios, as submissões sadomasoquistas” (KAËS, 1994, p. 216), bastando, para isso, a existência de uma diferença significativa de idade entre um irmão e outro, não serem filhos dos mesmos pais ou, ainda, a combinação de ambos os fatores.

Por tratar-se de uma mesma geração, os irmãos mantêm relações mais próximas e de igualdade, facilitando os relacionamentos e a transmissão da herança. Assim, entre eles, as relações são mais lúdicas e menos coercitivas, e isso favorece a exploração de domínios desconhecidos do mundo, da linguagem e inclusive da sexualidade. Em compensação, como em uma contracultura (EIGUER, 2001) ou cultura alternativa (LOSSO; SILVANI, 2002), mais ou menos fechada à compreensão dos adultos, os irmãos criam dentro da família seus próprios signos e valores. Como consequência, a dinâmica do grupo fraterno pode tornar-se impenetrável e alicerçada em pactos de silêncio e de segredos, os quais também desempenham um papel importante.

São os segredos que, a serviço da vida e da estruturação do aparelho psíquico, como os pequenos segredos infantis, permitem à criança sentir que possui um psiquismo próprio a que os adultos não podem acessar, protegem o eu das intrusões do meio e lhe dão a possibilidade de pensar por si mesma e para si mesma (LOSSO; SILVANI, 2002, p. 741, tradução nossa).

Igualmente, os aspectos narcisistas do vínculo são capazes de favorecer uma rápida e notável intimidade entre os irmãos, auxiliando-os na prevenção do desamparo por efeito da intensa semelhança entre eles (MOGUILANSKI; VORCHHEIMER, 2001). Por conseguinte, a função fraterna pode ser estruturante e de excelente auxílio “na construção de si, na formação do pensamento, do sentimento de identidade e da criação do laço social”, conforme realça Ghirardi (2014, p. 131). Entretanto, o excesso dos aspectos narcisistas no investimento fraterno, caracterizado pela ausência de diferença e de reconhecimento do irmão como um outro, pode embaraçar o desenvolvimento de uma vincularidade intersubjetiva adequada, implicando sérias dificuldades na vida dos sujeitos e pode levar o vínculo fraterno a se transmutar em um vínculo de exclusão (LOSSO; SILVANI, 2002).

Desse modo, o subgrupo fraterno fundado deve ser considerado um espaço privilegiado, e particularmente de permissão, para as trocas de experiências entre os irmãos, para as vivências de aprendizagens cognitivas e sociais, tanto quanto para a contingência de manifestação dos mais diversos sentimentos. Do ponto de vista do desenvolvimento, a criança que tem a presença de um irmão⁵⁹ no interior do lar se prevalece imensamente por ter com quem compartilhar os problemas. Logo,

[...] quando a família permanece intacta e há unidade entre os irmãos, cada indivíduo tem diante de si a melhor das oportunidades de iniciar-se na vida social. Isso ocorre sobretudo porque, no centro de tudo, reside a relação de todos e de cada um com o pai e com a mãe e, por mais que isso faça os irmãos odiarem-se uns aos outros, a ação aglutinadora é maior, e o próprio ódio tem a oportunidade de fluir e manifestar-se com segurança (WINNICOTT, 2001c, p. 133).

Tal afirmação destaca a função que a fratria pode exercer na formação do laço social, mas também remete ao caráter ambivalente que contorna as relações fraternas, pois apesar do amor, da cumplicidade e do apoio que podem exercer uns nos outros nas adversidades, a existência de um irmão constitui, por si só, “um obstáculo, uma limitação na relação que se pretende ser exclusiva com a mãe, com o pai ou com ambos ao mesmo tempo” (BRUSSET, 1987, p.316, tradução nossa). Nesse caso, a rivalidade é instaurada e regida por atitudes e sentimentos de inveja, ciúme e competição os quais cimentam a ênfase na compreensão das relações fraternais pela via das vivências negativas e das dificuldades que estas podem suscitar no seio de uma família.

Freud, ao escrever sobre o Romance Familiar, explicita que a criança, ao ser (ou sentir-se) negligenciada e não correspondida em sua afeição, acreditando “não receber todo o amor de seus pais” e, particularmente, lastimando-se por “ter que compartilhar esse amor com seus irmãos e irmãs” (FREUD, 1976, p. 219), passa a desidealizar seus pais, colocando em dúvida as qualidades de admiração e estima que outrora lhes conferira. Descontente, ela passa a criticá-los, muitas vezes motivada por intensos impulsos da rivalidade sexual. Tal sentimento e percepção vão encontrar amparo na fantasia de sua ilegitimidade filial e na crença de ser uma criança adotada, impulsionando o processo de reconhecimento na sua inscrição de filiação e consentindo à criança re-inventar-se em uma nova filiação.

⁵⁹Winnicott (2001b), assim como Losso (2002) acreditam que primos e amigos que venham a desempenhar uma função fraterna também podem ser uma vantagem para a criança, do ponto de vista do filho único ou de crianças colocadas em instituições, por estabelecer-se como modelo intersubjetivo com características de vínculo fraterno.

As fantasias resultantes são movidas pelo desejo de vingança e retaliação a seus pais, manifestando-se, num primeiro estágio, pela ambição de substituí-los por outros de linhagem ou posição social mais elevada. Por outro lado, num estágio seguinte no qual a criança já conhece os processos sexuais, é possível que essas histórias imaginativas originem uma ampla variedade de romances familiares que terão seu curso determinado de acordo com os interesses em operação. Tome-se, como exemplo, a criança mais nova que, em particular, anseia despojar os irmãos mais velhos de suas prerrogativas e, frequentemente, “não hesita em atribuir à mãe tantos casos de amor fictícios quantos são os seus competidores”. Outra variação pode ser um que se considera legítimo enquanto seus “seus irmãos e irmãs são declarados bastardos”, como também o de um “jovem construtor de fantasias que elimina o grau proibitório de parentesco que o une a uma irmã por quem se sente sexualmente atraído” (FREUD, 1976, p. 221).

Sob a ótica de Jaitin (2005, 2008), a potencialidade incestuosa contida nos vínculos fraternos tem seu curso sujeito às condições pessoais e familiares, podendo ter sua passagem ao ato facilitada pela falta de diferenciação geracional (nível transobjetivo), de continência ou do envelope familiar como recipiente do negativo (nível intersubjetivo), assim como pela falta de indiferenciação do irmão como um terceiro (nível intrapsíquico). Ou seja, os atos fraternos do incesto não são todos semelhantes entre si, diferenciando-se de acordo com o nível atingido (JAITIN, 2003). Todavia, essa mesma autora exemplifica que enquanto a concretização do ato incestuoso destrói o vínculo, a presença do fantasma do incesto fraterno representa a negatividade radical (denegação do excesso pulsional) e permite a inscrição filial, possibilitando, assim, a elaboração do vazio parental e o acesso à representação do irmão como um terceiro.

A proibição do incesto e as alianças estabelecidas entre os irmãos regem os vínculos de afiliação e de filiação que articulam as relações entre os diferentes membros e gerações na formação e no desenvolvimento natural da família. Como já mencionado, a construção de todo vínculo passa primeiramente pelo reconhecimento e pela alteridade de um outro e esta experiência de relação entre os irmãos oferece modelos identificatórios diferentes daqueles dos pais, e permite a ajuda, o ensino e aprendizado recíprocos, tanto quanto comporta a expressão e descarga moderada da agressividade (LOSSO *et al.*, 1998). Desse modo, o ser ou ter irmãos adquire, ao longo da vida, funções e valores conflitivos diferentes, imprimindo sua marca no espaço intrapsíquico de cada um (LOSSO; SILVANI, 2002). A capacidade de “exercer estas funções, com o conseguinte desenvolvimento de representações vinculares, conscientes e inconscientes, implicará uma possibilidade de estabelecer relações

‘suficientemente boas’ com pares” e os modelos vinculares provenientes da dita vivência tendem a se repetir na vida adulta, inclusive no vínculo de casal (LOSSO *et al.*, 1998, p.297, tradução nossa).

4.3 As especificidades do fraterno: o Complexo e o Vínculo

Considerar o fraterno implica ampliar a compreensão da constituição intrapsíquica para a intersubjetividade, incluindo o social mais amplo e aspectos da cultura (BARANGER; BARANGER, 1969; BERENSTEIN, 1990; BERENSTEIN; PUGET, 1997; CASTORIADIS-AULAGNIER, 1977; FAIMBERG, 1992; KAËS *et al.*, 1996; MOGUILANSKI; VORCHHEIMER, 2001; TOROK; ABRAHAM, 1987). Nessa perspectiva, Kaës (2005) apresentou, na França, o conceito de Complexo Fraterno e o diferenciou do laço fraterno e das relações na fratria. Para esse autor, o complexo fraterno trata-se de um dos organizadores psíquicos inconscientes do laço fraterno. Este, por sua vez, inscrito em um outro nível de análise, coloca em jogo as relações entre os diferentes complexos dos irmãos e irmãs quando estão em relação, ou seja, “o laço implica fundamentalmente as diversas alianças, conscientes e inconscientes, que fazem os sujeitos manterem-se juntos, harmonizarem-se” (KAËS, 2005, p. 46); por seu turno, a estrutura psicossocial que contém esses laços é a fratria (KAËS, 2011, p. 17). Com esse esclarecimento, o autor coloca o complexo e o laço em dois níveis diferentes de análise do fraterno, devendo, estes, ser articulados, haja vista que cada um deles possui existência e consistência específicas.

Desse modo, o autor adverte sobre a especificidade do conceito do Complexo Fraterno o qual, segundo ele, não se limita a ser apenas um deslocamento das questões edípicas para as relações fraternas, e sim um verdadeiro complexo na sua estrutura e função, imputando-lhe uma consistência e dinâmica próprias.

[...] trata-se, sim, de um complexo, ou seja, de um conjunto organizado de representações e de investimentos inconscientes, constituído a partir de fantasmas e de relações intersubjetivas nas quais a pessoa toma seu lugar de sujeito desejante. Mais precisamente, o complexo fraterno designa uma organização fundamental dos desejos amorosos, narcísicos e objetais, do ódio e da agressividade face a este outro que o sujeito reconhece como irmão ou irmã; este complexo se inscreve na estrutura das relações intersubjetivas organizadas pela representação inconsciente dos lugares correlativos que ocupam o sujeito, o irmão e a irmã, em relação ao objeto de desejo da mãe e/ou do pai (KAËS, 1994, p. 186-187).

Sendo assim, Kaës (1994) defende que o Complexo Fraterno é uma experiência fundamental do psiquismo humano o qual qualifica para todo sujeito, seja ele filho único ou membro de uma fratria. No entanto, enfatiza:

O fraterno não pode definir-se como um em si: ele é necessariamente mantido numa relação dialética com o que o constitui, ele se origina no parental e se abre na filiação [...] funções e subjetividades que foram transformadas no curso da história, como cada vez que opera uma mutação na ordem social (KAËS, 2005, p. 13).

Kancyper (2004, p.11), igualmente, reconhece o fraterno como um complexo e não apenas como “um mero desvio do complexo de Édipo para outras figuras substitutas como irmãos, primos ou amigos”, uma vez que a rivalidade não se reduz à edípica, mas também inclui rivalidade fraterna, cada uma com seu próprio psicodinamismo. O psicanalista argentino segue o pensamento de Brusset (1987, p. 329, tradução nossa) quando ela afirma que “na lógica das relações fraternas, desejar compreender o irmão é tentar compreender-se a si mesmo, definir-se em negativo” – como numa imagem fotográfica obtida pela inversão de cores de sua imagem normal –, o que, muitas vezes, põe em dúvida a certeza de não ser o próprio irmão.

Como exemplo, esses autores fazem referência a gêmeos imaginários⁶⁰ e os “vasos comunicantes”⁶¹ como formas de representar partes mais indiscriminadas da personalidade associadas à fantasia do irmão morto-vivo e do funcionamento mental simbiótico em suas relações de casal e de família. Esse tipo de funcionamento agracia a nivelação e condena a diferença, conforme explicita Kancyper (2004, p. 49, tradução nossa):

A aplicação deste funcionamento à fantasia fisiológica da consangüinidade configura a representação dos irmãos como se fossem tubos comunicantes, relacionados entre si por laços de sangue e unidos ao tubo de comunicação parental que opera como uma fonte inesgotável que nutre e ao mesmo tempo distribui a todos os integrantes do sistema de um modo unitário, para que finalmente tudo se mantenha em um perfeito equilíbrio.

Entretanto, essa fantasia dos vasos comunicantes e o princípio de nivelação tampouco representam a solidariedade, tratando-se, na realidade, da negação de uma alteridade, desencadeando demasiados sentimentos de culpa⁶² e necessidade de castigo mediante a quebra da homeostase quando não dá abertura para o confronto que marca a diferença geracional pais-filhos (KANCYPER, 2004). Assim, as fantasias inerentes à fratria geralmente estão relacionadas às fantasias de fratricídio, furtiva e excomunhão, gemelaridade,

⁶⁰Descrito por Bion (1950) ao explicar a capacidade simbólica e representativa de partes dissociadas da personalidade e personificadas desta forma (KANCYPER, 2004).

⁶¹A fantasia dos vasos comunicantes é baseada no modelo físico de um sistema hidrostático composto por mais de dois recipientes comunicados por sua parte inferior. Nos vasos comunicantes, pode-se verificar experimentalmente o fato de que, em cada um dos tubos de formas distintas, a água e o líquido são derramados no mesmo nível em todos os vasos, já que na realidade os vasos e o tubo de comunicação formam um só recipiente cheio de líquido (KANCYPER, 2004, p. 48, tradução nossa).

⁶²Segundo Kancyper (2004, p.97, tradução nossa), “resulta necessário diferenciar, dentro da onipresença desta culpa, os componentes das culpas narcisista, fraterna, edípica e transgeracional, assim como distinguir também os sentimentos de vergonha e de culpa toleráveis e intoleráveis com a capacidade de perdoar”.

bissexualidade, confraternidade e complementaridade na aliança. Todavia, estas irão se articular em diferentes níveis com a dinâmica parental na fantasia dos vasos comunicantes, conforme já mencionado. Com isso, a importância das introjeções fraternas juntamente com as introjeções parentais é realçada na estruturação do super Eu, o que “possibilita um entendimento mais abrangente e dinâmico dos processos identificatórios e dos diferentes sentimentos de culpa e de necessidade de castigo conscientes e inconscientes” (KANCYPER, 2004, p. 78, tradução nossa).

Ademais, Kancyper (2004) compreende que a particularidade na determinação do complexo fraterno se dá, em cada sujeito, pela fantasmática singular que advém do entrelaçamento entre “os diferentes pontos de ligação estabelecidos a partir da dinâmica narcisista com interação ou independência da dinâmica edípica” (KANCYPER, 2004, p. 86, tradução nossa), deixando evidente que, apesar do Complexo de Édipo ser considerado tema central na Psicanálise, isso não significa que seja único e exclusivo.

Por sua vez, o vínculo fraterno é um modelo identificatório, articulador e motor de transformação da família. Corresponde a um modo de organização da grupalidade psíquica que é edificada como a herança e como a construção psíquica própria aos membros de uma mesma geração, consanguínea ou não, que comportam o reconhecimento de uma filiação comum, condição necessária, mas não suficiente, uma vez que não basta ser filho dos mesmos pais; é necessário, também, haver um sentimento de afiliação que supõe assumir ativamente a pertença ao grupo filiativo – “é o vínculo de pertencimento que permite à fratria reconhecer-se ou não como irmãos (JAITIN, 2008, p.6, tradução nossa).

De acordo com a conceituação dada pela autora citada, o referido vínculo caracteriza-se pela constituição da relação recíproca de um grupo interno organizado pela história familiar e social, e se inscreve por meio das alianças inconscientes:

O vínculo fraterno seria então um cenário de projeções dos primeiros modelos de relação com os pares, representantes da semelhança geracional, um modelo de passagem entre o vínculo narcisista e o vínculo objetal. Sua função seria assegurar a mediação, o intercâmbio, a transmissão e a transformação entre as diferentes gerações e o grupo social. É um espaço de exercício da posição rivalitária com o semelhante para poder emergir como sujeito (JAITIN, 2008, p.3, tradução nossa).

Nesse sentido, este vínculo possui funções de mediação na trajetória entre o grupo familiar e o grupo de pares, não se apoiando apenas na mãe, mas também se valendo dos diversos grupos, quais sejam o grupo fraterno, social, cultural e político, e de transformação da estrutura dos vínculos fraternais no âmbito intra, inter e transsubjetivos (JAITIN, 2008). A esse respeito, a autora explica:

Como mediador entre o eu familiar e o grupo social, constitui um espaço potencial de sustentação, de complementariedade, mas muitas vezes põe em evidência as rupturas. Todavia, quando o grupo familiar apresenta falhas, a fratria pode vir a ser um espaço de sofrimento. Porém, em todos os casos é o pivô central na construção psíquica do sujeito. Toma em cada família uma modalidade particular (JAITIN, 2008, p.03, tradução nossa).

No nível psíquico, ele se organiza através de dois vetores formais, um considerado recipiente e outro, conteúdos fantasmáticos. Tais eixos, quando entrelaçados, estabelecem as alianças fraternas inconscientes que organizam a modalidade de representação e transmissão do enlace. No nível de organização grupal, são os vetores formais temporais e espaciais que organizam a grupalidade e facilitam o vínculo. Outro aspecto importante é que, devido às suas características, o vínculo fraterno é o mais jovem e mais maleável da instituição familiar e, portanto, o motor transformacional da família como conjunto, o qual sofrerá transformações por toda a vida, de acordo com as vicissitudes que se vê confrontado, nas palavras da autora: “ele se transforma a si mesmo e por este feito, transforma a família que o transforma” (JAITIN, 2005, p.3, tradução nossa).

4.4 Ruptura familiar e a construção da filiação adotiva de uma fratria

Não haveria nada de novo em afirmar que a família é um dado essencial de nossa civilização. O modo pelo qual organizamos nossas famílias demonstra na prática o que é a nossa cultura, assim como uma imagem do rosto é suficiente para retratar o indivíduo. A família nunca deixa de ser importante, e é responsável por muitas de nossas viagens. Nós escapamos, emigramos, trocamos o sul pelo norte e o leste pelo oeste devido à necessidade de nos libertarmos; e depois viajamos periodicamente de volta para a casa para renovar o contato com a família. Passamos boa parte do tempo escrevendo [...] telefonando e ouvindo histórias sobre nossos parentes; e, em épocas de tensão, a maior parte das pessoas permanece leal às famílias e desconfiada dos estranhos (WINNICOTT, 2001a, p. 59).

A família configura-se com um papel de segurança, estabilidade e proteção de suma importância para que a criança estabeleça a confiança necessária em um ambiente que assegure sua saúde e o bom desenvolvimento individual (WINNICOTT, 2001c). Pressupõe-se, então, que “os pais que conseguem manter um lar unido, na verdade estão prestando aos seus filhos um serviço de inestimável importância” (WINNICOTT, 2001d, p. 43), considerando o sofrimento e as distorções no desenvolvimento pessoal da criança que a implosão de um lar pode ocasionar (WINNICOTT, 2001d).

Mas, e quando não se pode contar com esse porto seguro e não se pode mais retornar ao lar que se rompeu ou, ainda, que nunca chegou a existir? Segundo Gomes (2014, p. 23),

[...] a perda parental desorganiza o laço familiar, o continente de segurança, principalmente quando os filhos são crianças e presenciam o fato traumático que deu origem ao esfacelamento do grupo. É de maior gravidade e sofrimento para todos os envolvidos se vítima e algoz fazem parte da mesma família, caracterizando a(s) violência(s) nos vínculos intrafamiliares.

A mesma autora explica a dimensão dessa perda parental dentro do universo infantil e do grupo familiar, e afirma que frente à ausência ou impossibilidade de pais que possam parentalizar seus filhos – seja por situações traumáticas ou por atribulações familiares as quais envolvem apenas um de seus membros – todo o grupo será afetado, especialmente quando as questões da orfandade são trazidas à tona juntamente com a necessidade de se construírem novos vínculos a fim de fomentar uma “força e coesão para o enfrentamento e elaboração do trauma” (GOMES, 2014, p. 26).

Jaitin (2008), em sua experiência de trabalho com irmãos retirados do enquadre familiar, descreve que na instituição “o vínculo fraterno é particularmente investido porque o acolhimento obriga a fratria a constituir-se em urgência e reconhecer-se como grupo” (JAITIN, 2008, p.4, tradução nossa). Desse modo, o grupo de irmãos recorre aos mecanismos primitivos da grupalidade psíquica para lutar contra a desintegração familiar e a perda de identidade individual. Ao reagrupar-se, a identidade fraternal compensa a desintegração identitária sofrida (JAITIN, 2008).

Assim, é possível inferir que, diante de acontecimentos traumáticos, de situações emergenciais que provocam rupturas ou fragilização dos vínculos de filiação e de desorganização das funções parentais e da própria família, o poder e a influência do vínculo fraternal emergem como um recurso, ao prever que nos irmãos existe uma função de apoio e de preservação da unidade familiar (ARNAUD, 2003; BRUSSET, 1987; GOMES; LEVY, 2016; VINAY; JAYLE, 2011). De acordo com Berenstein (2007), a estabilidade dos sistemas de parentesco, do idioma e do tempo – entre um presente e um passado que remetem à uma noção de origem – atribui sentido estruturante e atua como garantidor dos vínculos que auxiliarão na adaptação, sustentando o que resta da ligação primária e tornando-se um referencial continente (BENGHOZI; FÉRES-CARNEIRO, 2001; GOMES; LEVY, 2016).

Ainda nessa perspectiva, Féres-Carneiro e Benghozi (2001) conceberam a fratria com uma função continente, no sentido Bioniano, como um organizador do vínculo genealógico. Sob a perspectiva dos autores, o vínculo fraterno é modulado como uma trama genealógica em função da necessidade de pertencimento e do referencial da organização do parentesco. À vista disso, acreditam que mesmo mediante a implosão psíquica da família, a não separação de irmãos e irmãs permite que progressivamente eles se tornem novamente membros de um

conjunto, fundando uma fratria e, principalmente, um “continente fratria”⁶³ (BENGHOZI, P.; FÉRES-CARNEIRO, 2001, p.112).

Em um período de desconstrução identitária da família, a interação entre irmãos constitui um meio de se trabalhar aspectos muito importantes na recuperação da malhagem afiliativa do novo continente familiar. De acordo com Benghozi (2010), o grupo de irmãos e irmãs compartilha a herança do patrimônio psíquico familiar e a fratria passa a ser, então, o grupo herdeiro da transmissão psíquica por difração das lealdades genealógicas – expressão da identidade de pertencimento do sujeito ao grupo familiar. Assim, cada filho atua como marca identitária de pertencimento, como parte e como todo do grupo familiar e descendente da dupla parental (BENGHOZI, 2010). Significa, então, dizer que o fato de pertencer liga-se, ao mesmo tempo, ao grupo fraterno e ao grupo familiar que o abriga, e participa da sua constituição (BENGHOZI, P.; FÉRES-CARNEIRO, 2001).

Em contrapartida, o caráter sustentador do vínculo horizontal tem demonstrado que os filhos, privados de seus pais, aderem-se entre eles em uma espécie de aglutinação (FREUD; DANN, 1951) o que, sob a ótica de Brusset (1987), representa o fraterno em sua máxima expressão de “fidelidade absoluta a qualquer custo, [...] até o fim dos objetos e leis do ‘espaço familiar’, a seus laços primitivos” que, muitas vezes, colocam-se a serviço da fantasia de “salvar os pais”, e em outras oportunidades, de “salvar-se dos pais” (BRUSSET, 1987, p.310-311, tradução nossa).

Complementando, Peiter (2017), em suas colocações a respeito da caracterização do fraterno aponta observações de Ana Freud e Sophie Dann (1951) e de Trindade-Salavert (2010) sobre a força dessa ligação horizontal, que se protege e repele a ligação com o adulto ao ponto de negar a verticalidade e a inserção de figuras representativas dessa função nas suas estruturas psíquicas e sociais, o que pode resultar numa impraticável nova inserção familiar.

4.5 Como se dá a construção da filiação adotiva

No contexto da adoção e com relação a famílias reconstituídas, de acordo com o entendimento de Benghozi (2010), a especificidade do vínculo que constitui a família não é o de filiação, mas de uma afiliação secundária – aqueles que correspondem, no plano horizontal e sincrônico, a qualquer vínculo que determine o pertencimento a um grupo. Desse modo, o

⁶³Analogia atribuída à importância da fratria “como entidade psíquica grupal sincrônica, com um aparelho psíquico do grupo fratria” (BENGHOZI; FÉRES-CARNEIRO, 2001, p. 112).

vínculo adotivo se faz pelo restabelecimento da tessitura afiliativa entre os continentes: da família de origem e da família que adota. Esse tipo de recomposição leva à construção de uma nova configuração familiar por meio da remalhagem dos continentes genealógicos das duas famílias.

Nesse cenário, o processo de adoção psíquica põe em jogo um duplo reconhecimento entre o filiativo e o afiliativo. Todavia, reduzir a adoção apenas ao vínculo filiativo pode dividir as crianças devido a conflitos entre “a lealdade de filiação a sua família de origem e o que sentem a respeito de sua lealdade de afiliação com a família adotiva”. Tal paradoxo implica uma confusão do “duplo vínculo”, fonte de conflito não gerenciável no ciclo vital da criança⁶⁴, principalmente quando a lei da adoção ou uma das famílias levanta a questão da exclusão da outra e opta em funcionar por meio de uma denegação e de uma clivagem, em vez de “uma leitura aberta para os conflitos de lealdades” (BENGHOZI, 2010, p.163).

Nos casos de adoção plena, como ocorre na França, Benghozhi (2010) explica que esse tipo de Lei favorece o espaço em branco, como uma forclusão, a qual apaga o vínculo de filiação com a família de origem da criança e confere à adoção, apenas do ponto de vista jurídico, a noção de filiação. Sobre a questão, Benghozi (2010) alerta que não deixa de haver consequências no nível psíquico, e declara:

A existência de **segredos familiares inconfessáveis não é patogênica**, eles são sempre encontrados, são notadamente partilhados no não dito familiar e têm mesmo uma função estruturante dos limites do ego grupal, familiar e comunitário. **Patogênico é o trabalho de desligamento psíquico que se manifesta como um vírus de informática**; ele apaga a textura da escritura simbólica e se traduz em um ataque do sentido, na transmissão, por buracos nos continentes genealógicos. O que é transmitido é a não representabilidade inconsciente, como antissentido. Ela provoca angústias catastróficas e de anulação com uma destruição dos continentes genealógicos grupais familiares e comunitários [...] (BENGHOZI, 2010, p. 134, grifo nosso).

Assim, o duplo reconhecimento da adoção como afiliação permite que a criança gerencie os dois níveis genealógicos de pertencimento, passando do duplo vínculo para um vínculo duplo: “sua inscrição afiliativa como filho na genealogia das duas famílias de origem de seus pais adotivos e sua inscrição filiativa como filho na genealogia das duas famílias de origem de seus pais naturais” (BENGHOZI, 2010, p.163). O autor prossegue mostrando a diferença entre duplo vínculo e vínculo duplo por meio dos seguintes exemplos:

- **Duplo vínculo:** “Sou o filho de meus pais de origem!”; “Sou o filho dos meus pais adotivos!”.

⁶⁴ Referente à Lei francesa.

- **Vínculo duplo:** “Sou uma criança adotada, logo, tenho uma filiação: o vínculo com minha família de origem.” e “Por outro lado, tenho uma afiliação: o vínculo com minha família de adoção.” (BENGHOZI, 2010, p.163).

Portanto, a clareza e o reconhecimento de um vínculo duplo podem ser “fonte de enriquecimento excepcional na construção de uma identidade mestiçada pela complexidade dessa rede de vínculos filiativa e afiliativa” (BENGHOZI, 2010, p. 164), ao passo que o duplo vínculo torna-se fonte de conflito e não gerenciável pela criança. Assim, o vínculo é compreendido pelo autor como suporte e vetor da transmissão psíquica e, diferentemente da relação que está vinculada unicamente à comunicação e harmonização intrafamiliar, o vínculo pode ser atacado ou rompido em problemáticas sucedidas pelo enigma acerca de suas origens.

Por essa razão, o autor explica que “a transmissão está para o vínculo assim como a comunicação está para a relação” (BENGHOZI, 2010, p.23) e ilustra que o vínculo pode ser claro, ao passo que a relação pode ser conflitual:

[...] pode haver relações difíceis entre um pai e seu filho sem que haja dúvida a respeito do vínculo de filiação [...] Podem existir variáveis de relação para o vínculo pai-filho [...] Em compensação, numa família, quando um segredo é mantido a respeito da adoção, uma criança pode não ter problemas de relação com aquele que acredita ser pai. Há realmente um problema de vínculo e de continente familiar. Essa problemática se expressa muitas vezes por relações conflituosas, com condutas levando à ação auto e heteroagressiva, por crises de identidade que surpreendem e parecem incompreensíveis na adolescência (BENGHOZI, 2010, p. 11).

Winnicott (2001), por sua vez, ressaltou que muitos problemas poderiam ser evitados se a criança é informada, ainda nos primeiros anos de idade, sobre a sua origem – reinvidicação que aparece com toda a força na pré-adolescência, fazendo com que muitos pais adotivos enfrentem problemas especiais com seus filhos. Dessa forma, na adoção, a verdade seria a possibilidade da criança re-inventar-se, sob um romance genealógico, dentro de uma nova filiação, ratificando a importância de seu percurso na construção do nascimento psíquico incluindo toda a história que precedeu à adoção, tanto para os pais quanto para a criança.

Entretanto, aparentemente, mais do que a verdade factual a criança deseja principalmente alguém que esteja do seu lado, que a compreenda e a acompanhe nesse trajeto de mudança da sua família de origem para a nova família adotiva, uma vez que tal processo pode se configurar em um “ritual caótico” (BENGHOZI, 2010, p.171). De acordo com esse autor, ainda, a família afiliativa aumentada é reinscrita no cenário genealógico da adoção. Isso permite reconstruir, com a criança, uma memória partilhada. É o “afresco familiar genealógico da epopeia da adoção”, tendo em vista que o não dito da adoção pode induzir a situações de confusão e até a configurações incestuosas (BENGHOZI, 2010, p.172).

Nessa perspectiva, em situações de continente familiar enfraquecido, a possibilidade de interação por meio do continente narrativo e da história compartilhada inclui e delimita o lugar de cada um na reconstrução de uma nova família (BENGHOZI, 2018). De fato, a possibilidade de se instituir um “verdadeiro diálogo familiar” (GOMES, 2009, p. 37) poderá interferir no modo como a criança, quando adotada, tratará o vínculo fraterno, a fim de que alguns irmãos e irmãs consigam se sentir no direito de investir e se apropriar do “Fazer irmãos”, independentemente de estar inseridos na mesma família ou residindo no mesmo espaço, como afirmou Vinay e Jayle (2011), ao passo que, em contraste, em outros sistemas familiares os irmãos sentirão o vínculo fraterno como um fardo (SCELLES, 2003).

Por sua vez, Peiter (2008), ao tratar dos aspectos da passagem da separação à filiação, discorre a respeito das descobertas de Ozoux-Teffaine (1987; 2004), que estudou a transição do processo de separação da família guardiã à filiação na família adotiva; ela observou alguns aspectos relacionados ao fraterno, frente aos quais, revelou sua preferência por pretendentes sem filhos para a adoção de crianças maiores. A autora entende os primeiros momentos que sucedem à adoção de forma análoga a um nascimento e o denomina de período de inscrição familiar, o qual, mesmo com o desejo da criança de esquecer ou apagar sua história anterior de abandono, esta, juntamente com seus traços, não deixará de emergir, seja na nova história, seja na elaboração do luto dos pais originários.

Diante disso, a presença de outros filhos, tanto um irmão biológico quanto um irmão adotivo advindo da inserção numa fratria preexistente, intensifica a rivalidade fraterna, resultando em um acúmulo de tensões que exigirão dos pais/requerentes grande solicitude. A adoção de uma fratria pode complicar-se ou tornar-se mais difícil tanto quanto a vida anterior do *infans* for marcada por abandono e maus-tratos, isso porque a expectativa de amor e exclusividade será exponencialmente aumentada. Dessa maneira, multiplicam-se as necessidades no entorno e superpõem-se obstáculos complicadores para a realização da maternagem (OZOUX-TEFFAINE, 2004; PEITER, 2008).

Outro aspecto significativo envolve as relações intermediárias estabelecidas com as famílias acolhedoras. O reconhecimento do valor dessas relações levou os adultos a insistirem em abrir oportunidades de reencontros, com o intuito de evitar um rompimento radical entre as famílias. No entanto, as crianças não demonstraram vontade de revê-los, revelando que, pelo menos naquele momento, não havia essa necessidade, já que elas estariam mais voltadas para o desejo de serem “o bebezinho” de seus novos pais adotivos. Compreende-se, contudo, que “no decorrer de suas vidas as crianças poderão querer viver esse reencontro quando uma busca pelas origens lhes fizer sentido” (PEITER, 2008, p.109).

Nessa direção, Winnicott deixou registrado em sua obra a preocupação que alguém deve ter de reunir todo o material histórico e as informações particulares que possa encontrar, a respeito da história passada da criança, sejam registros de documentos, um nome de amigo – ou alguém importante – que a criança teve por onde passou. De preferência, deve-se organizar um contato com a própria criança, recuperar um registro que contenha dados de sua vida até aquele momento, tendo em mente, também, que é possível que a criança não queira saber nada nessa hora, mas o queira depois e que, “ao menos no caso de crianças entregue a pais adotivos, o objetivo final é, de fato, a plena recuperação da saúde do indivíduo (WINNICOTT, 2001, p. 208).

De acordo com Benghozi (2010, p.176), “há uma temporalidade psíquica no trabalho de adoção psíquica que não se superpõe à adoção administrativa”, uma vez que a adoção se dá, também, pela expressão de um processo inconsciente no qual a criança “adota-se, ela própria, à família”, e que, primeiramente, “a criança faz família no sentido de identificação grupal com o grupo familiar, antes de se reconhecer como filha de ‘sua’ família” (BENGHOZI, 2010, p. 166). Essa noção de filialidade, qual seja, “tornar-se filho com o reconhecimento de ser-filho para esses pais”, envolve duas formas de se criarem vínculos psíquicos que são construídos na reciprocidade intersubjetiva, num processo que ocorre tanto na concepção de um filho como na adoção (BENGHOZI, 2010, p.160). Desse modo, independe da autoridade parental legítima (que tem origem no vínculo de filiação) ou da autoridade parental legal (que pode evoluir conforme a decisão de um juiz) (BENGHOZI, 2010, p.161).

Outrossim, as transformações em distintas dimensões jurídicas, psíquicas e socioculturais pelas quais passam os aspectos da filiação na adoção podem torná-la uma tarefa difícil, tanto para a criança, quanto para os pretendentes. Do mesmo modo que isto acontece quando se trata de apenas um filho, tais dificuldades podem ser multiplicadas quando somadas às especificidades de uma adoção conjunta de irmãos. Rufo (2003, p. 185) explica:

[...] não é um grupo que está sendo adotado, mas seres únicos que têm suas próprias exigências [...] cada um deve encontrar um lugar e estabelecer relações particulares com os pais adotivos. A demanda afetiva é enorme e difícil de repartir entre os filhos. A maioria deles atravessa, ao longo do processo de integração, uma fase de regressão que exprime de maneira diferente conforme a idade e a personalidade. Os pais devem enfrentar, aceitar e acompanhar. A tarefa é tão pesada que eles, com frequência, precisam ser ajudados.

Entretanto, “a falta de informação do que vem a ser a especificidade da construção da filiação adotiva de uma fratria, muitas vezes, expõe crianças e adultos a conflitos e

frustrações” (GHIRARDI, 2014, p. 134). Adotar irmãos é diferente. Questionamentos de como se dará a reinserção familiar, se pode o contato com o irmão interferir na construção da parentalidade e nos vínculos familiares afetando o processo de adaptação, ou que lugar esse irmão vai ocupar e qual será o lugar dos novos pais, tudo isso precisa ser falado. Por essa razão, é importante lembrar que “uma fratria se qualifica mais pelos laços emocionais e afetivos, morais e sociais que unem irmãos e irmãs” (KAËS, 2011, p.18). Desse modo, a problemática da separação dos irmãos aparece mediante a “quebra dos laços simbólicos e afetivos entre os irmãos que tenham vínculo afetivo fraterno entre si e não no vínculo sanguíneo, o que pode levar a alguns enganos” (PEITER, 2017, p.79).

5 OBJETIVOS

5.1 Objetivo geral

Analisar a trajetória de irmãos frente aos processos de medida protetiva, destituição do poder familiar e adoção.

5.2 Objetivo específico

Refletir sobre as decisões constantes dos autos e correlaciona-las às leis vigentes sobre adoção de grupo de irmãos.

6 METODOLOGIA

Esta dissertação descreve a pesquisa de cunho documental, que consiste em um profuso e intenso exame de documentos originais ainda não utilizados em nenhum tratamento de análise. Os registros oficiais de acontecimentos servem como evidências de um passado distante ou recente e constituem preciosa fonte de estudos em ciências sociais e humanas, pois deles se extraem informações inéditas, com o objetivo de compreender um fenômeno (CELLARD; OTHERS, 2008; HELDER, 2006; KRIPKA; SCHELLER, 2015).

Neste estudo, utilizou-se como fonte de dados os processos de adoção de grupo de irmãos realizados na última década, na Vara da Infância e Juventude do estado de Mato Grosso do Sul. Por se tratar de processos de justiça, todas as informações consultadas e colhidas guardarão em sigilo a identidade dos sujeitos. Os dados obtidos foram tratados por meio da análise de conteúdo, buscando identificar, entre os elementos, um grau de homogeneidade e de repetição entre eles. O método permitiu a discussão e inferências a partir dos dados procedidos das etapas de pré-análise (leituras flutuantes), categorização e subcategorização (destacamento de assuntos por relevância), validação externa e apresentação dos resultados de forma descritiva preparando-os para a interpretação do material (TURATO, 2008), neste caso, com base no referencial teórico psicanalítico.

Por se tratar de pesquisa qualitativa, o objetivo principal não foi obter dados estatísticos, mas realizar uma caracterização da Vara estudada, buscando certo aprofundamento na compreensão do processo como um todo. Ressalta-se, porém, que uma das maiores implicações e limitações da pesquisa documental concentra-se na coleta de informações registradas por terceiros, o que torna o estudo vulnerável, na medida em que as informações são fruto de produção humana e social, sem garantias a respeito da fidedignidade dos dados, mesmo em se tratando de documentos judiciais. Ademais, os documentos constantes dos autos não são padronizados, pois são produzidos por pessoas diferentes e advindos de olhares multiprofissionais (Promotores de Justiça, Juízes, Advogados, Psicólogos e Assistentes Sociais técnicos do Judiciário, Coordenadoras e profissionais das Instituições de Acolhimento, Peritos, Conselhos Tutelares, entre outros), demonstrando grande complexidade na codificação das informações neles contidos (GODOY, 1995; KRIPKA; SCHELLER, 2015).

6.1 Procedimentos e aspectos éticos

Inicialmente foi feito um levantamento científico em bases indexadoras sobre as produções que versavam a respeito dos vínculos fraternos no contexto da adoção e sob o referencial psicanalítico. A consulta aos documentos que promoveu a caracterização da Vara em questão, por se tratar de pesquisa de processos em segredo de justiça que envolviam crianças e adolescentes, teve a aprovação do comitê de ética e autorização da Juíza responsável.

Os dados coletados relacionaram-se aos processos de adoção de grupo de irmãos realizados na última década na Vara da Infância e Juventude em estudo. O período de 10 anos foi previamente definido pela pesquisadora, ficando determinado, juntamente com a juíza, que seria de 01.01.2007 a 31.12.2016, período em que se identificaram 569 processos.

A partir da lista de processos cedida, iniciaram-se a seleção e a construção do material a ser pesquisado. O estudo de cada grupo de irmãos deu-se por meio da leitura flutuante. Nesse momento, buscou-se registrar todas as passagens com o termo “irmãos” que fizessem menção à relação ou ao vínculo fraterno, ou, ainda, que indicassem como a equipe técnica avaliava o vínculo existente entre eles, como se posicionava frente aos processos de adoção de grupo de irmãos e, quando possível, quais os critérios utilizados para o desmembramento ou não do grupo. Outro aspecto registrado foi aquele que permitiu verificar se em adoções separadas havia (ou não) manutenção dos vínculos fraternos após a inserção da criança em família substituta.

Algumas dificuldades foram encontradas, como a falta de computadores e espaço físico para a realização da pesquisa previamente autorizada na própria Vara, a não identificação dos processos que envolviam irmãos ou grupos de irmãos, somadas ao grande número de informações colhidas e o exíguo tempo disponível para a conclusão do mestrado, fatores que exigiram a priorização dos processos já digitalizados e a exclusão dos processos físicos.

7 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

7.1 Criação do Banco de Dados

Os dados da pesquisa foram organizados a partir da lista cedida pela Vara da Infância e Juventude do estado de Mato Grosso do Sul, com base na qual se identificaram e separaram os processos que envolviam irmãos. Como não estavam categorizados, foi necessário olhar um por um e, a partir do nome da criança, investigar, nos processos de medida de proteção ou perda do poder familiar, quais se tratavam de grupos de irmãos. Vale ressaltar que a triagem tornou-se difícil e demandou mais tempo do que o previsto no cronograma inicial.

Dos 569 processos investigados, 188 envolviam 416 irmãos. Com base nesse levantamento, construiu-se uma tabela para agrupar os irmãos; organizaram-se, então 111 grupos. Dois critérios foram estabelecidos para a formação da base de dados: que se delimitasse aos processos digitalizados e que os irmãos tivessem passado juntos pela institucionalização, em algum momento. Dessa maneira, chegou-se a 64 grupos incluindo 227 crianças, categorizados conforme se apresenta na Tabela 1:

Tabela 1 - Categorização dos grupos de irmãos

NÚMERO DE CRIANÇAS POR GRUPO	QUANTIDADE DE GRUPOS	QUANTIDADE DE CRIANÇAS ESTUDADAS
2	27	54
3	08	24
4	10	40
5	10	50
6	5	30
7	3	21
8	1	8
Total	64	227

Fonte: Dados da pesquisa

Os relatórios e documentos, escritos por vários profissionais, mostraram-se, em alguns momentos, confusos e com informações que se repetiam em avanços e retrocessos, tornando difícil que se acompanhasse a trajetória cronológica da história(s) da(s) criança(s). Um

trabalho de equiparação de datas fez-se requisito relevante para compreender o “tempo” jurídico e o “tempo” psicológico. Além disso, os documentos se mostraram passíveis de trocas ou alterações no prenome das crianças e dos vínculos existentes entre elas, muitas vezes em razão da ausência de qualquer registro de identificação concedido pela família biológica, ou, ainda, pelo fato da mudança para o nome afetivo não vir acompanhada do nome anterior ou dos esclarecimentos dessa transição. Esses fatores acabaram por trazer dúvidas quanto a se tratar ou não da mesma criança, ou do tipo de vínculo de parentesco existente (avós ou genitores, primos ou irmãos, irmãos ou mãe e filho).

Do mesmo modo, seguir a trajetória de cada irmão com base nos processos de medida protetiva em direção à adoção tornou-se enigmático quando contava apenas com as iniciais dos pais adotivos não acompanhadas pelo número do processo de adoção da criança. Para aqueles que foram adotados separados, em geral, a menção de que estes possuíam irmãos limitou-se à cópia de sentença da ação de destituição do poder familiar anexada.

Constou-se que, mesmo quando se tratava de grupos menores, a maioria das crianças provinha de um conjunto maior de irmãos que variava entre 5 a 18 crianças as quais, muitas vezes, também já haviam sido institucionalizadas em momentos anteriores e os pais, sofrido a perda do poder familiar. Essa realidade, em relação a algumas famílias, levava a um prolongado e repetitivo processo, uma vez que, quando se conseguia a colocação da criança em família substituta, uma nova criança surgia; assim, os processos de medida protetiva se estendiam por períodos de até 10 anos. Essas mulheres/mães eram consideradas como “máquinas de fazer filhos”, pelo fato de já serem conhecidas dentro da Vara pelo seu potencial de ter filhos, mas não de criá-los, pois haviam perdido o poder familiar sobre todos eles. Para mais, a análise qualitativa da trajetória dos infantes revelou a chegada de 41 recém-nascidos, sendo 38 novos irmãos e 3 filhos das próprias crianças/adolescentes, ocorrência que se confundia dentro do contexto de irmãos.

No que diz respeito ao uso dos registros documentais como fonte de informações dos irmãos que passaram pelos cuidados do Estado, Hegar e Rosenthal (2011), conforme já mencionado anteriormente, fazem referência ao desafio que isso representou para os pesquisadores, uma vez que, os bancos de dados não são projetados com o estudo de irmãos em mente e tampouco para registrar a genealogia das fratrias. Para esses autores, as informações sobre as crianças, assim como sobre os esforços empreendidos em uma colocação conjunta, ou, ainda, sobre as razões que levaram à decisão pela separação devem ser claramente registradas pelos profissionais, os quais não devem deixar de incluir, nos arquivos, o nome de todos os irmãos que tenham sido mencionados ou lembrados, assim

como as referências de contato e histórico de visitação ou não a irmãos adotados por outra família.

Nesse sentido, incluído pela Lei 12.010 de 2009, parágrafos 4º a 6º do art.101 do ECA, a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) a cada três meses (BRASIL, 2017) apresentou-se como importante instrumento de registro detalhado e contínuo da avaliação interdisciplinar em aspectos como estes: breve histórico da criança e do adolescente em seu percurso no acolhimento; síntese da situação atual com seus aspectos biopsicossociais; perspectivas de reintegração com a família biológica bem como as interações e capacidades de vinculação com seus irmãos, com os padrinhos afetivos, com as famílias acolhedoras ou com pretendentes à adoção; registro dos compromissos assumidos pelos genitores ou responsáveis e também a previsão das atividades previstas com o fito de reintegrá-los à família natural. De igual modo, quando reconhecida a impossibilidade de regresso ao grupo familiar de origem, o Plano especificou as providências para sua colocação em família substituta.

Por tais motivos, esse tipo de registro mostrou-se bastante relevante na coleta dos dados sobre os irmãos, principalmente quando bem elaborado, escrito de forma clara e com informações objetivas sobre o processo da criança e do adolescente. No entanto, é pertinente destacar as diversas formas de construção e elaboração do já mencionado Plano Individual de Atendimento, considerando-se menos útil aquele no qual o instrumento foi utilizado apenas para informar simples registro dos cronogramas de atividades diárias/semanais/mensais, carteira de saúde ou excesso de informações consideradas irrelevantes para o seu objetivo.

De acordo com Bernardi e Guará (2018), o PIA tem como alvo acompanhar melhor todo o processo de socialização e vinculação das crianças e dos adolescentes em instituição de acolhimento, no âmbito de suas relações familiares, comunitárias e institucionais comprometidos com sua atenção e formação integrais. Além do mais, esse documento instrumentaliza o profissional traduzindo indicações e necessárias ações reais e sugestões técnicas, as quais, articuladas e compartilhadas com os magistrados, tencionam apreender aspectos singulares e essenciais do caso, auxiliando, desta forma, na construção de alternativas que apoiam as tomadas de decisões judiciais na agilização do processo e no sucesso de sua integração sociofamiliar.

Sob a ótica psicanalítica de Winnicott (2005), é significativo o valor do cuidado que se tem ao reunir todo o material e as informações particulares a respeito da vida passada e atual da criança, sejam eles registro de documentos ou de pessoas que foram importantes para a criança por onde ela tenha passado e que possam servir de meio de informação ou com quem,

eventualmente, possam vir a estabelecer relações de confiança. Ainda que a criança ou o adolescente não manifestem o desejo de conhecer algo sobre essas informações, tais dados devem ser organizados de forma que possam ser recuperados a qualquer momento, visando ao objetivo final da plena recuperação da saúde do indivíduo.

7.2 Da medida protetiva à reinserção familiar ou à destituição do poder familiar

No decorrer da leitura dos processos foi possível conhecer as diversas causas de risco ligadas à negligência e ao abandono de um ou de quase todos os filhos. Nos casos estudados, a desestruturação das famílias de origem estavam relacionadas, na sua maior parte, com problemas gerados pelo envolvimento com substâncias ilícitas (uso e tráfico de drogas) e por consequências ocasionadas pelo repetido contato com violência, abuso e maus-tratos dentro do grupo familiar.

As denúncias de ameaça e violação aos direitos da criança e do adolescente se apresentavam datadas, em média, de um a três anos antes do início do processo de medida protetiva, o que leva à inferência de que os irmãos vinham sendo acompanhados há anos pelo Conselho Tutelar ou outros órgãos de defesa dos direitos infanto-juvenis, os quais atenderam as famílias em programas de caráter assistencial com ações aplicadas isolada ou cumulativamente, para tentar tirar as crianças daquela atual situação de risco.

Observou-se que, já naquele momento, devido à vulnerabilidade das funções parentais ou à ausência de um adulto, um ou mais irmãos, geralmente os mais velhos, passavam a se responsabilizar por tarefas como cozinhar, levar e buscar na escola, auxiliar nas tarefas escolares, acolher o irmão que chora à noite, ajudando uns aos outros nos cuidados e na proteção contra os riscos dentro ou fora de casa. No entanto, o contrário também acontecia, com irmãos que se agrediam, incitação ao crime ou atos sexuais com terceiros ou, até mesmo, a prática de incesto e exposição dos irmãos a outras situações de risco.

Concomitantemente, era também nesse momento que o grupo de irmãos começava a se dividir, como que num processo de seleção natural, quando as famílias tentavam se reorganizar por conta própria entregando as crianças para terceiros ou distribuindo-os entre os diferentes genitores, pois dificilmente permaneciam todos inseridos num mesmo núcleo familiar.

Sendo assim, a chegada da criança à instituição de acolhimento – prevista no inciso VII dos nove que tratam das medidas de proteção a serem adotadas nos termos do art.101 do ECA – significava que todas as alternativas anteriores não haviam obtido efeito. Desse modo,

restavam duas opções: a inclusão em acolhimento familiar (inciso VIII) o qual, assim como o acolhimento institucional, possui caráter transitório até que a situação de risco vivenciada pela criança cesse e ela tenha condições de retornar ao convívio de sua família natural, ou, como derradeira opção, a colocação da criança em família substituta (inciso IX).

Sob tal perspectiva, os resultados desta pesquisa mostram que na busca de atender à Lei 12.010/2009, qualificada como a verdadeira “Lei da Convivência Familiar” por instituir a família extensa ou ampliada como possibilidade de reinserção da criança e por fortalecer, dessa forma, a manutenção ou devolução daqueles ao convívio da família natural, declarando preferência em relação a qualquer outra providência⁶⁵, as crianças passaram por um grande número de tentativas de reinserção familiar. Os registros indicam que foram 150 tentativas (70 frustradas) que resultaram em quase 50% de retornos à instituição de acolhimento.

Figura 1 - Reinserção familiar e Reacolhimento

Fonte: Dados da pesquisa

Como demonstrado na Figura 1, a maior incidência de êxito nas reinserções aconteceu nos grupos compostos de cinco crianças, com 41 tentativas e apenas 12 retornos (29,27%). De forma diferente aconteceu nos grupos formados por pares de irmãos, que apresentaram 68,57% de tentativas mal sucedidas com o retorno das crianças para o acolhimento e também com os grupos de 4, 6 e 7 crianças, os quais apresentaram variações entre 46 a 50%. Com

⁶⁵Conforme acrescentou o parágrafo 3º do art. 19 do ECA (Brasil, 2009).

exceção do grupo 4, que mostrou um número bem equilibrado, nos demais grupos as reinserções foram diluídas com maior predominância dos genitores e da família paterna.

7.2.1 O apego ao vínculo biológico

O apego ao vínculo biológico transpareceu, por parte das famílias de origem e também das crianças e adolescentes, em expressões como: “não admito, em hipótese alguma, que sejam colocados em família substituta”, “a questão dos laços de consanguinidade é importante e não gostaria que as crianças fossem ‘criadas’ por estranhos”, “com quem as crianças possuem laço consanguíneo, no entanto realiza visitas de aproximação a fim de desenvolver vínculo afetivo com as crianças, uma vez que não as conhecia”, “(a criança) denota medo de ser adotada por desconhecidos, vindo a ser separada da sua família de origem, apesar de ter sofrido agressões enquanto morava com esta”. Da mesma maneira, tal apego foi constatado em relatórios das equipes interdisciplinares, manifestações do Ministério Público, Tribunal de Justiça e Defensoria Pública:

[...] a mãe foi até a Defensoria Pública e lá foi esclarecida da **necessidade de indicar ‘familiares consanguíneos’** para se responsabilizar pelas crianças [...] afirmou que pediu para sua filha mais velha de 19 anos que ficasse com os irmãos [...] na impossibilidade de encontrar [...] somos favoráveis de que a criança e seus irmãos permaneçam acolhidos **até que possam encontrar familiares consanguíneos** para se responsabilizar e garantir-lhes o direito de crescer em ambiente saudável e com qualidade de vida (Relatório PIA, Caso G65-7, grifo nosso).

[...] no sentido de evitar a institucionalização dos menores, bem como é condizente com o direito fundamental à convivência familiar insculpido no art.4º do ECA conquanto não haja possibilidade de integrá-los a sua família natural (art.25 - formado por seus pais ou qualquer deles e seus descendentes), deve-se, ao menos, **buscar manter os infantes junto a parentes com quem mantêm vínculos consanguíneos, o que é fundamental para o desenvolvimento de suas personalidades**, mormente em atenção ao direito de convivência familiar. Nesse sentido é a dicção do art.19 do ECA (Manifestação do Ministério Público, Caso G108-3, grifo nosso).

[...] a alternativa que se apresenta é a entrega das adolescentes para o **pai**, mas esse **está destituído do poder familiar. Ocorre que o direito à convivência familiar no âmbito da família natural deve sempre prevalecer**, de modo que, estando em andamento a ação de restituição do poder familiar, deve ser oportunizada essa reintegração, até para auxiliar na decisão daquela ação (Manifestação da juíza, Caso G77-4, grifo nosso).

Todas essas citações foram extraídas de casos que, por terem como alvo principal a preservação dos laços consanguíneos, restaram mal sucedidos. Outrossim, foi perceptível a incessante dedicação na busca ativa da família extensa e a “insistência” para a saída da criança do abrigo em direção à reinserção familiar. Entretanto, boa parte desses esforços sucederam entregas que comprometeram o desenvolvimento psíquico, decorrendo, até

mesmo, no prolongamento de situações de violência e negligência, as quais foram extremamente traumáticas e danosas para a criança ou adolescente integrante do grupo de irmãos.

Casos como esses, em um primeiro momento, apresentaram muitas promessas dos familiares aparentemente desejosos em acolher “todos os irmãos”, o que de fato não se concretizou. As tentativas de manutenção de visitas entre os genitores/parentes consanguíneos – com ou sem vínculos estabelecidos – e as crianças acolhidas também se revelaram infrutíferas quando, por falta de regularidade e estabilidade, ausências não comunicadas ou justificadas, não conseguiram atender o objetivo de restabelecer o vínculo afetivo e familiar. E, ao contrário do que se esperava, geraram mau comportamento pós-visitas, provocando, nos irmãos, aumento da ansiedade, rivalidade, inseguranças e novas frustrações pelo fato de alimentarem dúvidas e falsas expectativas de retornar a morar com sua família biológica, prejudicando o desenvolvimento saudável da prole e ocasionando a suspensão do direito de visitas dos genitores ou parentes.

Além disso, nos processos em que ocorreu a reintegração familiar, as relações entre os genitores e os guardiões elegidos na família extensa – que demonstraram ser conflituosas e permeadas por brigas, ameaças de morte, perda da autonomia para exercer a guarda e o papel assumido, disputas, obsessão e preferência por um dos irmãos – justificaram o afastamento dos familiares e a desistência de se responsabilizarem pela criança. Ademais, as tentativas de restituição do poder familiar dificilmente terminaram exitosas.

7.2.2 A escuta dos profissionais

O valor e relevância da escuta dos profissionais sobressaiu-se, não só para avaliar as reais possibilidades da reintegração, mas também frente a qualquer tentativa de inserção familiar e tomada de decisão referente aos irmãos. É pertinente ressaltar que nessas ocasiões os profissionais precisam estar atentos tanto para os conteúdos manifestos como para aqueles latentes nas falas e nos comportamentos dos envolvidos, dando o devido reconhecimento aos seus antecedentes, bem como desejos e limitações. Observe-se, como exemplo, o desencontro de interpretações em algumas situações:

Exemplo 1: [...] a tia disse que **não teria condições de criar os dois menores**, mas a **psicóloga disse que seria bom tentar** [...] após audiência [...] havendo **grandes dificuldades** de adaptação, tanto por parte dos menores quanto por parte dos requerentes [...] solicitam **acolhimento urgente** (Caso G50-4, grifo nosso).

Exemplo 2: [...] Sra A. declarou-se ciente de que seria melhor se todos os quatro irmãos ficassem juntos, **mas afirma não ter condições financeiras** e prefere dividir a guarda com a irmã B. que nos informou que após atraso menstrual ocorrido mês passado **confirmou estar grávida e isso altera de forma significativa suas aspirações de ter sob sua guarda as duas crianças** pretendidas R e JP (recém-nascido).

Análise conclusiva da equipe: [...] **somos favoráveis à reintegração na família extensa** dos irmãos A e I à sra A.; R à sra B e que JP seja colocada para adoção.

Desfecho: [...] **Sra A. desiste** de obter a guarda dos sobrinhos A. e I. porque **está reformando sua residência e consequentemente a parte financeira será comprometida. Sra B. também desistiu** porque está em "**crise conjugal**" podendo haver possível separação, o que dificultaria na manutenção "dos filhos" (os quais não têm nenhuma relação consanguínea com ela, pois ambos são irmãos biológicos do sobrinho).

Posicionamento da Assistente Social: [...] foi-lhes concedido **tempo necessário para planejar a reintegração das crianças, inclusive a não ruptura dos vínculos afetivos entre os irmãos** (Caso G 86-4, grifo nosso).

Desse modo, durante a leitura da trajetória das crianças por meio da análise dos processos, foi perceptível que a vontade associada à necessidade de reinserção da criança e do adolescente fez com que, em determinados momentos, passassem despercebidas discrepâncias entre o desejo de um e as expectativas do outro, atravessando a escuta e a devida avaliação do perfil da família, dos laços de afinidade e das possibilidades de convívio expressados em pareceres favoráveis às famílias que, na verdade estavam indisponíveis. Em alguns casos, o sentimento era de que a reintegração desejava ser feita "a qualquer custo", em razão de não mais se saber o que fazer com crianças e adolescentes, uma vez que não se vislumbravam outras opções. Isso acarretava muitas idas e vindas, visto que o fato de possuírem laços de sangue não significava que as famílias biológicas, ou aqueles que possuíam laços de parentesco, às vezes muito distantes e sem nenhum contato ou vínculo afetivo, estavam "preparados" para recebê-los.

Assim, os novos prazos estabelecidos para a conclusão do procedimento de destituição do poder familiar é considerado um dos pontos controversos da referida lei e que suscita grande discussão, uma vez que a destituição do poder familiar se trata de um processo que não pode ser feito às pressas e indiscriminadamente, e a redução do prazo expressa, consequentemente, a redução também do tempo concedido às famílias para que superem os motivos que deram causa ao afastamento da criança do lar, conforme afirma a juíza Katy Braun do Prado (TJJMS, 2017).

7.2.3 A destituição do poder familiar

O que viabiliza que uma criança seja inserida em nova família por adoção é a destituição do poder familiar; no entanto, tal decisão não pode ser tão prolongada ao ponto de

prejudicar o direito à convivência familiar da criança. Ao discutir tal medida, Dias (2017a; 2017b) adverte sobre a existência de vestígios de uma cultura assistencialista brasileira que mantém crianças e adolescentes acolhidos, restritos do convívio social e “aguardando” a “reorganização familiar”, mantendo visitas periódicas às crianças que ficam na expectativa de serem resgatadas pelos pais e retomarem aos seus lares, mas não o são. Essa dinâmica, na visão de Oliveira e Pereira (2011) e Silva e Arpini (2013) denota, ainda, a permanência de concepções do passado nas práticas dos profissionais sobre os conceitos de institucionalização.

Também para os legisladores e estudiosos do Direito, a demora no processo de destituição do poder familiar é atribuída às infrutíferas tentativas de reinserção familiar relacionadas à limitação do conceito de família como filiação biológica e presença de laços de parentesco, assim como da equivocada corrida da justiça atrás de parentes que não possuem relacionamento de convivência ou vínculo de afetividade – o que demonstra uma interpretação errônea quanto ao que é previsto na Constituição Federal e no ECA (DIAS, 2017b; BRASIL, 1988; 1990; 2009; 2017). Ainda que a filiação biológica seja social e juridicamente supervalorizada, trata-se a família de um produto cultural o qual a evolução legislativa acompanha pela “ordem do reconhecimento” (VILELA, 1999, p.3), e que hoje tem como ênfase o exercício da parentalidade alicerçado na convivência e no vínculo de afetividade – e não no da consanguinidade.

Entretanto, esse tema, além de representar uma atual discussão jurídico-social, divide claramente as opiniões entre os juristas brasileiros que, de um lado, trazem à tona a necessidade de uma nova lei independente do ECA e a favor da construção do vínculo socioafetivo (BRASIL, 2017b), oferecendo maior agilidade aos processos de adoção; de outro lado estão os juristas que pedem maior cautela e expressam preocupação a respeito dos cuidados que se deve ter com a destituição, de modo que esta não penalize duplamente a criança. Esses juristas consideram que, em vez de mudanças legislativas, são necessárias políticas públicas que fortaleçam essa ideia e atuem para valorizar os vínculos afetivos, visto que o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) reconhece a família como lugar privilegiado de afeto e desenvolvimento humano (ARNT; SCARDOELLI, 2018).

Sem embargo, nesses posicionamentos, o ponto em comum e indiscutível é que não são os laços consanguíneos – mesmo se tratando de irmãos – que se tornam fundamentais para o bom desenvolvimento da criança e do adolescente, bem como de sua personalidade, e que determinam o maior interesse da criança, mas os vínculos de afeto e o oferecimento de cuidado e proteção, conforme demonstrado na decisão judicial que indeferiu o pedido de

guarda, feito por uma irmã em relação aos seus três irmãos acolhidos, uma vez que o estudo social apontou sua inaptidão para tal:

[...] a sentença judicial consigna que para o exercício da guarda, **além do parentesco, deve-se considerar o carinho, o afeto, o amor, o meio social, o local de residência, a educação, a escola e, evidentemente, também condições econômicas**, contudo, não é fator preponderante, mas todos **devem ser levados em consideração pelo magistrado que se vale dos profissionais auxiliares para ter diante de si um quadro claro da situação do lar em que será inserida a criança** (Caso G65-7, grifo nosso).

A interlocução entre o Direito e a Psicologia/Psicanálise resulta em contribuições efetivas e articuladas, dando à justiça olhar e escuta sensíveis à interrelação com a subjetividade humana e com a intersubjetividade, em torno do afeto peculiar aos vínculos familiares circunscritos a um determinado contexto familiar, as quais o campo jurídico não pode mais desconsiderar no entendimento de cada caso em particular e na interpretação quanto ao “princípio do melhor interesse da criança” (GROENINGA; PEREIRA, 2003; SECRETAS, 2009; AMARILLA, 2014).

7.2.4 Projeto de apadrinhamento afetivo e família acolhedora

Sob a perspectiva de alcançar o melhor interesse da criança, em meio às tentativas de manutenção do parentesco natural observou-se efetiva atuação do Projeto de apadrinhamento afetivo e também de famílias acolhedoras. Esses formatos apareceram como grande porta de entrada para a aproximação gradativa entre pretendentes e crianças, abrindo possibilidades para os irmãos sem expectativas de colocação em família substituta ou durante a longa espera entre o esgotamento das possibilidades de reinserção familiar e o encaminhamento para família adotiva. Apesar desse projeto haver, por consequência, gerado muitas adoções bem sucedidas, houve, por parte de alguns padrinhos e madrinhas afetivas, despreparo, principalmente quando se progredia para a efetivação da guarda ou adoção, apontando falta de condições psicológicas e motivação assim como a necessidade de amadurecer a ideia da adoção mediante participação em curso preparatório.

No que é atribuível às crianças e aos adolescentes, as dificuldades encontradas se caracterizaram pela confusão dos papéis e a esperança nutrida de ter uma nova família e serem adotadas por seus padrinhos/madrinhas, pelo fato de não conseguirem compreender o modelo de apadrinhamento. Por outro lado, por não se sentirem confiantes com a aproximação de uma vivência em família, houve certa insegurança em separar-se dos irmãos biológicos e, dessa forma, não responderem bem ao apadrinhamento afetivo.

A preferência por esses tipos de acolhimento familiar em detrimento da cultura de institucionalização assegura o cuidado e o amparo individualizado provenientes da família acolhedora ou dos programas de apadrinhamento afetivo, os quais atendem à necessidade de se garantirem os direitos fundamentais constantes no artigo 227 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). No que se refere ao apadrinhamento afetivo, formalizado pelo art. 19B da Lei de Adoção 13.509/2017, é destinado, principalmente, àqueles com remota possibilidade de adoção, o que inclui os casos de irmãos, crianças maiores de 10 ou portadoras de necessidades especiais. Cabe aqui ressaltar que ambas as modalidades, de caráter provisório e excepcional, exigem funções vocacionadas, que, todavia, demonstraram não dispensar preparo especial.

7.3 Tentativas de adoção de grupo de irmãos: conjunta, fragmentada ou separada

No que se refere às tentativas de adoção de grupos de irmãos, primeiramente faz-se necessário esclarecer sobre o que caracteriza cada uma delas, conforme adotadas aqui – separada, conjunta e fragmentada. Compreende-se por adoção separada aquela na qual a criança foi colocada sozinha em família substituta, com ou sem contato com algum de seus irmãos. Por outro lado, considera-se adoção conjunta os pares de irmãos que foram inseridos na mesma família, e fragmentada, aquela em que a criança foi colocada juntamente com pelo menos um de seus irmãos. Essas categorias foram estabelecidas com base nos resultados coletados, uma vez que 80% das adoções identificadas ocorreram em pares de irmãos (71% fragmentadas e apenas 9% conjuntas), em 12% as crianças foram colocadas em grupos de três e apenas um grupo tinha mais de quatro crianças. Ressalva-se que nenhum grupo foi adotado integralmente, o que significa que, à exceção de algumas duplas, os irmãos aqui estudados, de uma maneira ou de outra, passaram pela separação.

É importante também esclarecer que, para esta pesquisa, embora se tenha definido como “irmãos” e sujeitos aqueles que tenham passado juntos pelo abrigo em algum momento, a complexidade decorrente das modificações sofridas pelo grupo (LEATHERS, 2005) é grande. Por exemplo, terem entrado na instituição em momentos diferentes, terem sido colocados juntos e posteriormente separados ou até mesmo nunca terem morado juntos ou terem tido contato antes do abrigo, mas que foram “por coincidência acolhidos na mesma instituição” (fala da instituição de acolhimento) exigiu definir, também, o que consideraríamos como “separação” na análise dos resultados. Assim, com base nas considerações metodológicas apreendidas no levantamento bibliográfico, elegeu-se, para

verificação dos efeitos da separação, a criança que foi separada de todo o grupo e colocada sozinha para adoção, pois, de acordo com Leathers (2005), o efeito dessa experiência é examinado no contexto individual da relação entre irmãos.

Assim, foram registradas 197 tentativas de colocação, sendo 97 (49,24%) de forma separada (47 sem contato e 50 com contato) e 100 conjunta/fragmentada⁶⁶ (50,76% das adoções), representando uma diferença de apenas 1,5% entre as duas modalidades. Sublinha-se o uso da palavra “tentativas”, considerando-se que dentre as 197 tentativas de adoção houve 50 retornos à instituição de acolhimento (23,58%). Entretanto, verificaram-se algumas situações nas quais aquele que foi adotado separadamente e, após retornar à instituição de acolhimento por tentativa frustrada, foi recebido nas modalidades de apadrinhamento afetivo, tutela ou adoção pela família adotiva de seus irmãos biológicos.

Figura 2 – Caracterização da Vara

Fonte: Dados da pesquisa

Como é possível observar na figura 2, as tentativas de adoção excederam o número de crianças nos grupos de 2 e de 6 irmãos, o que significa que a mesma criança passou por mais de uma tentativa. Em relação aos pares de irmãos, o número de crianças separadas e sem possibilidade de contato evidenciou ser o maior: das 34 separadas, 28 foram sem contato, correspondendo a 82,35% das adoções separadas realizadas dentro desse grupo, sendo

⁶⁶Haja vista o reduzido número de adoções conjuntas, elas foram computadas juntamente com as fragmentadas.

14,21% das adoções em geral. Outrossim, apesar dos grupos compostos por 6 irmãos apresentarem um resultado mais equilibrado de crianças entre as duas modalidades de adoção, eles representaram o segundo maior número de colocações separadas sem contato – 12 das 23 tentativas de adoção (52,17%) – o que totalizou 6,09% dentro das tentativas de adoções avaliadas.

Dentre os aspectos considerados, ainda que os grupos 3, 4 e 5 apresentassem uma variação de 42,8% a 61,9% de adoções separadas, quando comparadas em seus respectivos grupos, com a média de 6 a 6,6% no geral, o número adoções separadas que ocorreram sem contato foi relativamente baixo, 0,5% a 1,2% no geral, indicando ter havido abertura para o contato entre os irmãos. Além disso, à exceção do grupo 6, os grupos acima de quatro crianças apresentaram porcentagens superiores de adoção conjunta/fragmentada em relação às separadas. No entanto, tendo em vista que das 100 adoções conjuntas/fragmentadas realizadas 80 corresponderam a 40 “pares” de irmãos, infere-se que grupos maiores podem representar um fator positivo, na medida em que, embora tenham menor expectativa de permanecer unidos, a probabilidade da criança ser colocada juntamente com pelo menos um de seus irmãos aumenta significativamente, conforme constatado por Hegar (2005) e Shlonsky, Webster e Needell (2003).

Ademais, os grupos com 2 ou 6 irmãos mostram, também, maior número de retorno de crianças à instituição de acolhimento após tentativas mal sucedidas de colocação em família substituta. Nos grupos com 2 crianças foram 14 devoluções, sendo 10 por tentativas de adoção separada (8 com contato e 2 sem contato) e 2 por tentativas de adoção conjunta (4 crianças), enquanto no grupo composto por 6 irmãos constaram 16 devoluções das quais 8 foram por tentativas de adoções separadas (1 com contato e 7 sem contato) e 4 por tentativas de adoções fragmentadas (8 crianças).

Ainda sobre as devoluções, com base no número total de 50 ocorrências de retorno à instituição de acolhimento, 24 referiam-se a tentativas de colocação separadas (16 sem contato e 8 com contato) e 16 por tentativas conjuntas/fragmentadas, que corresponderam ao retorno de 26 crianças. Percebe-se, dessa forma, com base nos resultados quantitativos, que as adoções separadas sem contato mostram uma diferença de 50% a mais de adoções frustradas, quando comparadas com as adoções separadas com contato; contudo, comparadas às adoções conjuntas/fragmentadas, não apresentam diferença significativa.

Tendo por objetivo um maior aprofundamento dos resultados encontrados, construiu-se uma análise qualitativa por meio de categorias de conteúdo agrupadas pelas semelhanças e divergências apresentadas nas adoções conjunta e separada, bem sucedidas ou inexitasas.

Com base nessa análise, surgiram quatro eixos principais: o vínculo entre os irmãos; a figura do irmão mais velho; a presença de um filho já existente (adotivo ou biológico) na família adotante e as características dos pretendentes.

7.3.1 Adoções conjuntas/fragmentadas bem sucedidas

Verificou-se, pelos dados obtidos, que, enquanto acolhidos, os irmãos apresentaram vínculos estabelecidos, relacionamento harmonioso e saudável, representando ponto de referência válido um para o outro e demonstravam afeto, carinho e atenção. Eram companheiros, havia cumplicidade, cuidado e proteção mútua. Bem unidos, passavam muito tempo juntos, demonstravam sentimento de apego muito forte e manifestavam o desejo de permanecer juntos – o que implicaria dificuldade em separá-los. Em família adotiva, houve relatos de se apresentarem com um vínculo “indissolúvel” entre eles, “igualmente gêmeos”, considerando-os inseparáveis.

Durante o estágio de convivência e adaptação, embora tenham ocorrido dinâmicas conflituosas, brigas, reações de birra e rivalidade entre os irmãos decorrentes da busca por atenções exclusivas dos pais, isso não diminuiu o afeto que os unia, dado que se desentendiam com facilidade, mas, em pouco tempo, já estavam brincando novamente, conforme relatado nas experiências dos adotantes. No curso do período, tais comportamentos foram compreendidos, pelos adotantes, como comuns ao contexto de integração das crianças às novas figuras parentais.

É importante lembrar que apesar de se tratar de adoção conjunta/fragmentada, ou melhor, acompanhada por pelo menos um dos irmãos, a maioria das crianças, principalmente as integrantes dos grupos maiores, não deixaram de vivenciar a separação, porém a vivenciaram ao lado de um ou mais irmãos. Estes, aos poucos foram capazes de demonstrar seus sentimentos, dúvidas e medos quanto à separação dos demais e revelaram lidar bem com a situação, confiantes na manutenção do contato e do vínculo. Diante desse aspecto, Oliveira e Pereira (2011) apontaram o valor da não separação dos irmãos no caso de adoção de um deles devido à importância de se ter alguém com familiaridade para trocar afetos, como fator determinante para a tranquilidade emocional e atenuação de problemas.

Dessa forma, os benefícios de se ter uma relação calorosa e positiva entre os irmãos estão relacionados ao desenvolvimento do autoconceito e da resiliência (MOTA; MATOS, 2015), à capacidade protetiva e mediadora do trauma e dos sintomas internalizantes (WOJCIAK; MCWEY; HELFRICH, 2013; WOJCIAK; MCWEY; Waid, 2018), à

capacidade de suavizar o sofrimento e o risco de externalizar problemas (FARR, FLOOD, GROTEVANT, 2016) aos que ingressam sozinhos nas instituições ou adoções (MARTIN; MARQUEZ, 2015). Esses benefícios remetem a respostas mais positivas para aqueles que são colocados com irmãos, bem como apontam para a priorização e apoio às colocações conjuntas de irmãos, ainda que em pares, tendo em vista que a adoção conjunta de irmãos é tão ou mais estável do que as individuais, de filhos únicos ou irmãos totalmente separados (HEGAR, 2005; STAFF; FEIN, 1992).

Concomitantemente, a legislação da Adoção (Lei 12.010/2009, art.28, §4º) também apoia a não separação dos irmãos, proclama essa proposta como verdadeiro princípio e dá ênfase à preservação dos vínculos fraternais, sugerindo que os irmãos não mais sejam colocados em família substitutas diversas. Assim, na mesma direção, a Lei 13.509/2017 acrescentou, em seu art.50, o parágrafo 15, com o intuito de fomentar a prática da adoção conjunta, na qual se priorizem na fila do cadastro pessoas interessadas em adotar crianças que fazem parte das denominadas adoções “necessárias”, o que inclui grupo de irmãos.

No entanto, encontrar pretendentes disponíveis a aceitar esse tipo de perfil pareceu difícil; diante de situações excepcionais em que a adoção conjunta apresentava-se inviável, observou-se o cuidado da equipe com relação à avaliação da separação e a preparação para que o desmembramento fosse feito de forma menos traumática possível. Dessa maneira, a equipe iniciava as buscas por pretendentes habilitados que aceitassem manter os vínculos entre os irmãos e com o compromisso de prever atividades conjuntas entre os mesmos, quando em famílias separadas. Assim, pretendia-se manter e fortalecer os vínculos, uma vez que o ECA ressalva o direito de convivência entre os irmãos, não havendo, deste modo, impedimentos para que, em audiência e de comum acordo, diante da separação dos irmãos, esse direito seja resguardado entre as famílias após concedida a adoção.

As crianças eram divididas em grupos menores, de três membros ou, mais comumente, de dois, que permaneciam juntos por critério de afinidade entre os irmãos. Esse critério, saliente-se, acarretava, para os profissionais, uma situação complexa, pois, conforme assinalado por Argent (2008) e Ward (1984), independentemente do número de irmãos que a criança tenha, cabe à equipe identificar, de modo claro e evidente, qual é o irmão mais significativo para ela e, a partir disso, traçar um plano de contato e de colocação para esses irmãos.

No caso desta pesquisa, constatou-se que aqueles que conseguiram manter um contato frequente, que moravam na mesma cidade ou em locais próximos e as famílias adotivas haviam estabelecido bom relacionamento, não vivenciaram a separação de maneira difícil, já

que se sentiam livres para manterem contato. Esses casos bem sucedidos foram especialmente relatados nos processos de Adoção Internacional, os quais continham relatórios de “pós-adoção” referentes ao período de 24 meses. Quando isso não era possível, o contato mantinha-se por eventuais ligações telefônicas ou encontros de grupos e Associações de Adoção ou Igrejas, descritos como momentos de alegria, de brincadeiras em conjunto e conversas sobre experiências vivenciadas.

No que diz respeito às adoções conjuntas/fragmentadas bem sucedidas, o papel e as funções exercidos pelo contato com o irmão mais velho, bem como os comportamentos e sentimentos provenientes deste vínculo apareceram, com certa frequência, como figura de apego seguro, regulador das emoções e facilitador no processo de adoção. Os relatos informam que, desde o acolhimento, as crianças mais novas não faziam menção à genitora, nunca choravam pela mãe ou questionavam sua presença, não relatavam saudades ou manifestavam qualquer outra reação que a envolvesse, o que poderia estar associado ao afeto que nutriam pelos irmãos e a relação de cumplicidade existente entre eles.

Por outro lado, essa ligação expressava, da parte do irmão mais velho, um forte senso de moral e responsabilidade em cuidar, demonstrando maturidade diante do histórico de vida dele e dos irmãos, convicção acerca da necessidade de se manterem como família e a tendência de agir como pai ou mãe. Em contrapartida, o excesso de proteção e cuidado gerava – principalmente nas adoções conjuntas – dependência, como, por exemplo, em situações na família adotiva em que o irmão mais novo não conseguia responder a nenhuma pergunta sem olhar para o mais velho, ou do irmão com dificuldades no desenvolvimento da linguagem devido às “traduções” da irmã que se sentia responsável por “traduzir” as falas do irmãozinho. Além disso, havia comportamentos de manipulação do mais velho sobre o mais novo (ou vice-versa), que no desejo de manter o vínculo submetia-se com paciência aos desejos do outro.

O sentimento de preocupação também foi muito observado em relação àqueles que haviam cuidado de seus irmãos antes e durante o acolhimento e sustentavam o sonho de ter uma família ao lado deles, quando completassem 18 anos. Outros casos, ainda, revelaram a preocupação de um irmão com relação ao mau comportamento do outro na família adotiva, temendo que este viesse a causar a desistência dos pretendentes; sob outra perspectiva, foram identificadas manifestações de preocupação por parte de alguns irmãos que acreditavam que a sua presença pudesse estar dificultando ou criando obstáculos à convivência na nova família e, por essa razão, manifestavam o desejo de voltar para o abrigo, a fim de não interferir na felicidade dos irmãos.

Apesar do fato de estarem juntos ter suscitado expectativas saudáveis quanto ao desejo de participar de uma família, os casos de adoção conjunta também revelaram o outro lado da relação fraterna: o sentimento de ciúme, a dificuldade de dividir e deixar espaço de intimidade entre mãe e pai com o outro irmão, a comparação do tempo de atenção e afeto que os pais dispendiam com cada um deles, gerando rivalidades. Em alguns casos, os pretendentes relataram que as dificuldades iniciais na adaptação se concentraram no filho mais velho, quando este possuía característica de enfrentamento com os pais. Outro fator significativo foi o fato de, aos poucos, os irmãos mais velhos irem abandonando a função parental assumida e tornarem-se o irmão/irmã maior; embora mantivessem a atenção para com o irmão, manifestavam também o desejo de espaço e autonomia, permitindo-se serem maternados – característica principal das crianças que passaram pelas adoções conjuntas/fragmentadas bem sucedidas.

Ainda que as pesquisas estudadas apontem a possibilidade de complicação adicional e taxa de interrupção maior nos casos em que já existia, na família adotiva, um filho biológico (WEDGE; MANTEL, 1991; MCROY, 1999, MEAKINGS; COFFEY; SHELTON, 2017), nesta pesquisa, evidenciou-se que as crianças com idades entre 7 e 13 anos aceitaram a chegada dos irmãos (adotivos ou biológicos) e demonstraram condições e capacidade de construir vínculos positivos e estabelecer bom relacionamento com esses novos irmãos.

Pela descrição dos casos, observou-se que a convivência ocorreu de forma espontânea, já que eles ajudavam os pais no cuidado com os irmãos, principalmente quando estes chegaram doentes e fragilizados. Também se constatou a tendência de haver aproximação maior com irmãos do mesmo sexo e idade próxima, para cuidar de um irmão mais novo, ou ainda, maior identificação do mais novo com o irmão adolescente que o recebia no novo lar. Nas situações em que os irmãos eram desejados e os filhos biológicos haviam participado na sua “busca”, juntamente com os pais, eles verbalizaram não se incomodar com os comportamentos manifestados, inicialmente, pelos irmãos adotivos; em vez disso, auxiliavam os pais no processo de adaptação e integração dos novos membros da família.

O trabalho de Vinay e Jayle (2011) mostra o conceito de irmãos como decorrente dos vínculos emocionais tecidos entre os membros que formam a fratria, um sistema de aliança e parentesco afirmando que a presença ou não de um irmão tampouco se limita aos laços consanguíneos. Nesse mesmo sentido, Samek e Rueter (2011) demonstraram o efeito protetor que a proximidade com o irmão promove no ajuste da criança, independentemente do *status* adotivo ou biológico, apresentando-se indistinguíveis em relação ao amor, cuidado e confiança, porém, mostrando-se mais propensos a ter maior proximidade comportamental e

emocional quando inseridos em famílias com comunicação melhor e mais aberta.

Da mesma maneira que a pesquisa propiciou que fossem constatadas algumas características referentes aos irmãos, permitiu também identificar as características dos pais que conseguiram sucesso nesse tipo de adoção conjunta/fragmentada. Observou-se que estes compartilhavam espontaneamente do desejo e da disposição para o estabelecimento de uma nova forma de filiação e possuíam, no momento, uma adequada capacidade parental, demonstrando energia para o enfrentamento dos desafios que se colocavam em seu cotidiano. Alguns se prontificando, inclusive, em acolher de imediato o irmão biológico do adotado ao tomar conhecimento de sua existência. A princípio, os registros apontam que tiveram dificuldades as quais julgaram ser esperadas: as crianças emburravam quando contrariadas, mexiam em tudo, jogavam as coisas no chão, gritavam, brigavam entre si, cuspiam no chão e xingavam. Além disso, apresentavam comportamentos de birra, crises de ciúmes e rivalidade em busca de atenção.

Contudo, os pais adotantes mostraram-se abertos e seguros para compreender e acolher os infantes nas diferentes fases do estágio de convivência (regressão, teste, negação) e, da mesma maneira, as características de personalidade diferenciadas de cada um, bem como os comportamentos típicos de cada faixa etária, os quais foram respeitados e manejados de forma adequada pelos adotantes, sempre buscando o equilíbrio e, em alguns momentos, dando espaço para os irmãos se resolverem sozinhos. O fato de cada um deles apresentarem necessidades, comportamentos diferentes e, muitas vezes, ciúme uns dos outros, revelou-se como a maior dificuldade para os pais, no período de adaptação, na medida em que algumas crianças os acionavam o tempo todo, chegando ao ponto de acharem que não dariam conta de adotar os irmãos.

Deve-se salientar, entretanto, que, frente às dificuldades encontradas, os pretendentes, em momento algum, hesitaram em buscar informações, orientações técnicas e ajuda profissional para auxiliar no processo de adoção. Com isso, conseguiram manejar as situações a partir das orientações recebidas pela equipe técnica, tentando garantir a cada um dos filhos momentos de atenção exclusiva, mostrando-se flexíveis no trato com as crianças e conseguindo lidar de forma saudável com a educação, o limite e ir gradativamente se familiarizando com elas. Como resultado dessa dedicação e resiliência, num caso específico, chegaram a mencionar uma melhora de 70% nos comportamentos apresentados em um período de 5 meses de estágio de convivência.

Para Saunders e Selwyn (2001), as adoções mais complexas, como as que envolvem irmãos, passam por tenacidade, confiança, determinação, otimismo e resistência dos pais

adotivos. Assim, também, Leathers (2005) ressalva que nas adoções conjuntas é essencial compreender que os problemas apresentados poderão ser exacerbados quando se reúne, numa mesma família, vários irmãos e, por tal motivo, acredita que características mais altruístas e motivações mais intensas para fornecer cuidados estáveis às crianças estejam presentes nos pais adotivos de irmãos, o que poderia levá-los a trabalhar mais que outros para sustentação da adoção e efetivação dos vínculos filiativos.

Outra característica em comum, nos pretendentes, foi o clima familiar caloroso e tranquilizador, com pais receptivos a acolher as vivências passadas dos irmãos por meio da comunicação e abertura para falar das origens, história e lembranças, inclusive da mãe biológica ou relacionadas ao período vivido na instituição e na família de origem. Os pais contavam que deixavam os filhos expor as referidas vivências e, em seguida, explicavam: “hoje é um novo momento, estamos construindo uma nova família”. Assim, essas atitudes permitiram aos pais reconstruir a história das crianças trazendo-lhes alguns elementos reais de suas vidas; desse modo, tornaram-se capazes de desempenhar as responsabilidades parentais de forma favorável, assim como lhes garantir a possibilidade de cultivar a relação com os irmãos, o que, segundo eles, contribuía para a serenidade e o pertencimento ao núcleo familiar.

A descrição dos casos em que foi possível acompanhar, ao menos um pouco, do período de pós-adoção, observou-se um núcleo familiar com membros muito ligados entre si; as crianças/adolescentes pareciam ter criado profundo e sólido vínculo afetivo com ambos os pais, mantendo relações de entendimento, cumplicidade e confiança, assim como havia manifestações constantes de afeto, respeito à autoridade parental e reconhecimento dos pais por adoção como grande ponto de referência.

7.3.2 Adoções conjuntas/fragmentadas mal sucedidas

O principal diferencial encontrado entre as adoções conjuntas/fragmentadas bem sucedidas e as fracassadas, de acordo com os dados coletados, está no desejo manifesto de pelo menos um dos irmãos do grupo ficar com a mãe biológica e aguardar o retorno desta, ao ponto de não conseguir se imaginar em outra família. Durante o acolhimento, a permanência das visitas dos genitores ou familiares para as crianças traziam dúvidas e inseguranças, pois alimentavam ainda mais as expectativas de voltarem a residir com eles. Alguns até mesmo verbalizavam com frequência a ânsia de fugir para a casa de seus pais e, quando em processo

de inserção em família substituta juntamente dos irmãos, não aceitavam os pais adotivos, afirmando que eles “não faziam parte da sua família”.

Consequentemente, apresentaram resistência em obedecer aos pais, fato seguido por condutas inadequadas, mentiras, comportamentos agressivos e impetuosos, rejeição dos limites e de qualquer aproximação ou convivência com o casal, dificultando, dessa forma, a criação de novos vínculos. Não foi incomum tais comportamentos, posteriormente, revelarem-se associados ao contato mantido, em segredo e, geralmente, por redes sociais, entre um dos irmãos e a genitora ou membros da família de origem e extensa, como irmãos, tios e avós. Manter esses contatos, provavelmente estaria interferindo na adaptação da criança e dos irmãos frente ao desejo particular de voltar a morar com a mãe biológica, como pode ser constatado no seguinte trecho:

A ideia do apadrinhamento, bem como a possibilidade de separação do grupo de irmãos vem sendo trabalhada com os infantes durante as sessões de psicoterapia, porém os **genitores permanecem visitando as crianças, trazendo dúvidas e inseguranças**, pois alimentam expectativas de que os mesmos voltem a residir com eles (07.2015). Durante o estágio de convivência, V. sente-se confusa com essa nova realidade, especialmente no que se refere a sua separação do irmão mais velho que permaneceu acolhido. Em audiência, desejava saber se, em caso de insucesso no estágio de convivência, seria recepcionada de volta nesta comarca onde se sente segura e protegida (07.2016). Mais tarde, na família adotiva, houve dificuldades de convivência porque não aceitava os requerentes como seus pais e nem de seus irmãos, apresentava comportamento agressivo, rejeitava limites, aproximação ou convivência com o casal (01.2017) que descobriu que V. mantinha conversas em segredo com a genitora via *Facebook* passando a manifestar o desejo de voltar a morar com ela. Frente ao insucesso da adoção e logo que retornou à instituição, V. diz: **“a mãe teve um bebê, e ele mora com ela”**, verbalizando compreender não serem os pais adotivos culpados por ela não estar com sua mãe, mas que não consegue se vincular a eles como filha e nem deixar seus irmãos manterem uma boa convivência com os requerentes (Caso G81-7, grifo nosso).

De acordo com Ward (1984), uma criança “parentificada” é reconhecida como aquela que assume o papel parental por um irmão com a troca de papéis no relacionamento pai-filho e pressupõe, dentre outras características, a fidelidade biológica e o comportamento contestador das decisões disciplinares parentais criando situações de lealdade com seus irmãos (ALDRIDGE; CAUTLEY, 1976; BANK; KAHN, 2003; HEGAR, 1988a; SMITH, 1996). Entretanto, apesar das crianças que são colocadas juntas ficarem propensas a uma maior fidelidade biológica (ALDRIDGE; CAUTLEY, 1976), em virtude da possibilidade de formar um subsistema resistente a se integrar a uma família adotiva (CUTLER, 1984), algumas pesquisas apontaram que apenas a frequência de visitas maternas aumentou as chances de reintegração familiar (FANSHEL, 1982; LEATHERS, 2003, 2005; MECH, 1985; MILNER, 1987). Assim sendo, sob essa perspectiva, é possível inferir que o mesmo

aconteceu quando em família adotiva o contato entre a genitora e um dos membros do grupo dos irmãos manteve vivo os desejos e expectativas dos filhos em relação à fantasia de retornar para os genitores ou para a família de origem.

Assim, sob esse ângulo, a presença do irmão mais velho mostrou-se desfavorável, dado que a sua não adaptação à família mostrou-se, muitas vezes, motivada pela ligação afetiva com a família biológica ou por ciúme fraterno trazido desde a família de origem, pela ideia de ser ele o “preterido” da mãe biológica. Essas circunstâncias refletiram no processo de integração à nova família, deixando-o insatisfeito com a adoção, causando tumulto, sobretudo aos seus irmãos, e levando-os a manter expectativas irreais e frustrantes. Nesse contexto, também apresentava agressividade, praticava furtos na escola e despertava nos pais adotivos preocupações com comportamentos sexualizados dirigidos aos seus filhos biológicos ou, ainda, quando o irmão mais velho assumia o papel de autoridade e o mais novo o obedecia, em detrimento da obediência aos adotantes.

Além disso, verificaram-se casos em que houve dificuldade na separação do irmão mais velho, que não acompanhou os demais irmãos e permaneceu no abrigo, gerando confusão frente à nova realidade na família adotiva. Outro aspecto que também dificultou a adaptação dos irmãos diz respeito à prévia existência de um filho na família adotiva, cujas relações entre eles não foram boas, caracterizando-se por brigas e a não possibilidade de se estabelecer vínculos positivos entre os irmãos, biológicos ou adotivos.

Outro fator ligado aos resultados inexitosos de adoção conjunta/fragmentada foi que, desde o início do processo, nem a criança nem os pais preenchiam os requisitos idealizados para adoção uns dos outros o que, somado às dificuldades geradas pela presença de um filho já existentes no núcleo familiar adotivo, gerou grave problemática familiar conforme ilustra o relato a seguir:

R. foi adotada pela cuidadora do abrigo (mãe de meninos gêmeos, com idade bem próxima aos filhos pretendidos e esposo com diagnóstico de Transtorno Bipolar). **A mãe tinha o sonho em ter uma menina, mas essa menina tinha um irmão** e por sugestão do marido que passou essa situação em sua vida em razão da separação dos pais ficando na casa dos outros, sem convívio dos irmãos, resolveram adotar os dois. **O menino não gosta da família, sua irmã faz coisas que ele não aprova, R. está mais alegre e adaptada do que ele, aceita a família pela irmã** porque a mãe o impede de fazer o que gosta e apesar de gostar mais do pai ele é igual “morto-vivo”, já que só dorme por conta da medicação. Por conseguinte, há muitos conflitos com os gêmeos, um deles se rebela e apresenta inclusive comportamento de auto-mutilação. Frente às dificuldades que emergiam entre os irmãos, a família encaminha os filhos biológico para um internato em cidade distante. Neste ínterim, a menina deseja ver a mãe biológica, o que não lhe é permitido, fica agressiva inclusive com **o irmão biológico, que permanece fiel a ela e diz que só volta para o abrigo acompanhado da irmã, pois “ela é a única pessoa que sobrou de sua família e não deseja se separar dela”**. [...] não foram construídos vínculos de pais e filhos entre adotantes e adotandos, as crianças, notadamente R., demonstra grave sofrimento psíquico e estão

confusas diante da aparente reorganização de vida da genitora, com quem passaram a ter contato [...] solicita-se o acolhimento dos irmãos (Caso G107-4).

No que refere-se às experiências dos pretendentes, observou-se que estes vivenciaram o período de adaptação com mais angústia, questionamentos e passaram por ele com mais dificuldade, às vezes com desespero, principalmente quando assombrados pela possibilidade futura de contato com a genitora ou de influência do irmão biológico. Essa situação levou a que esses pretendentes respondessem mal às tentativas de contato entre os irmãos e impedissem qualquer contato com membros da família biológica. As narrativas das histórias de adoção escritas em relatórios psicossociais e decisão judicial os descreveram como pessoas com dificuldades relativas às funções parentais que, de outro lado, justificaram-se alegando negligência e falta da verdade por parte da equipe, referindo-se à quebra do vínculo de confiança com a justiça. Ademais, indicaram falta de condições psicológicas e motivação inicial para adotar dois ou mais filhos, que acabavam reveladas posteriormente pelas “dificuldades” dirigidas ao filho não desejado e na intenção de ficar com apenas um dos irmãos.

Algumas situações em que a falta de adaptação entre pais e filhos há muito davam sinais de falência, chegaram a se prolongar até as últimas consequências, prosseguindo até o esgotamento emocional e despersonalização das mães adotivas, as quais alegaram falta de saúde para continuar. Nesse sentido, chamam a atenção alguns processos cujos períodos de “estágio de convivência” foram demasiadamente prolongados, chegando a durar até dois anos. Tal fato revelou que as crianças que passavam a acreditar na “opção” de retornar à instituição e tinham na cabeça que “se não der certo vou embora” apresentaram dificuldades para realizar a inscrição filiativa e acabaram manifestando o desejo de romper a convivência com os adotantes, ainda que, de igual forma, se afastassem fisicamente do irmão que junto com elas fora inserido.

De alguma maneira, indicadores de possíveis dificuldades de adaptação ou parecer desfavorável a tal colocação familiar já haviam sido percebidos, ou até mesmo corroborados em parecer técnico negativo dirigido aos requerentes, alegando que os mesmos não demonstravam estar em plenas condições para a adoção. No entanto, em reavaliações posteriores por outros profissionais e em curto espaço de tempo foram considerados prontos para o percurso adotivo, com afirmações como estas: “o luto pela falta de parentalidade biológica pareceu elaborado”; “o casal parece ciente dos próprios limites e recursos”; “flexível e disponível”. Contudo, ao contrário do que se esperava, durante o estágio de convivência a relação do casal com as crianças foi conflituosa, com problemas relacionados à

desobediência, o casal passou a enfatizar as “diferenças” de comportamento entre os irmãos, queixando-se de comportamentos sexualizados e com alegação de que as crianças não se vinculavam a eles, resultando em colocação inexitosa.

Por fim, após as tentativas frustradas, os irmãos que retornaram à instituição apresentaram comportamentos que apontavam a vivência do luto da adoção que não ocorreu, somada à história já vivida em sua família biológica, o que demandou, por parte da equipe, que as dores fossem acalantadas e trabalhadas. Alguns dos irmãos que reagiram negativamente à primeira tentativa de inserção familiar conjunta fizeram novas tentativas que resultaram exitosas. Outros, ainda, tiveram resultados em inserções separadas supondo-se que, na nova tentativa, o trabalho da equipe possibilitou representar a despedida dos irmãos que já estavam adotados ou do amigo que permanecia no abrigo, favorecendo, desta maneira a consciência de uma nova integração familiar e abertura para o processo de construção de laços afetivos.

É válido ressaltar que estes últimos encontraram, na nova composição familiar, conforto e acolhimento, assim como espaço e permissão para falar de suas origens e de seu passado, de expressarem fatos de sua vida anterior em relação a seus irmãos, seus pais, mas também de suas vivências atuais. Os adotantes escutavam abertamente e os adotados sentiam-se tranquilos para expressar seus medos e seus desejos de ver o irmão mais velho, abrindo possibilidades de contato por *WhatsApp* e trocas de fotos com a supervisão dos pais ou responsáveis. Com isso, desenvolveram-se na nova família e se mostraram socialmente disponíveis e participativos, com empatia e capacidade de fazer amizades com outras crianças.

Situações como essa reforçam a importância e ressaltam o grande empenho em se fazer cumprir a exigência da Lei 12.010/2009 e também a nova redação da Lei 13.509/2017, para garantir aos pretendentes e adotados efetiva participação em curso de preparação psicológica e jurídica para adoção, oferecendo, em caráter especial, orientação e estímulo às adoções consideradas necessárias, assim como as de grupo de irmãos (BRASIL, 2017a). Sabe-se que, comumente, um projeto de adoção inicia-se com pessoas imbuídas por suas motivações, exigências e restrições e, por esse motivo, tal preparação é, sobretudo, importante no momento da habilitação, tanto nos aspectos informativos como no sentido de apoio e reflexão, como apontam Gomes e Levy (2017).

7.3.3 Adoções separadas bem sucedidas

De acordo com os dados obtidos, nesta categoria foram identificados acolhimentos que ocorreram em momentos diferentes e informações de que os primeiros que chegavam à instituição sentiam muita saudade e choravam pelos irmãos, sendo o reencontro entre os irmãos cheio de afeto e envolvimento positivo. Geralmente, o irmão mais velho já havia assumido a figura de referência anteriormente ao acolhimento, representando limite e proteção e exprimia seu desejo de assumir a guarda dos irmãos ao atingir a maioridade.

As crianças/adolescentes que foram separadas com sucesso tinham, no irmão, a representação do que restou de sua família e consolidação dos vínculos genuínos de pertencimento, relacionamento de afeto, assim como admiração e referência social. Entretanto, não havia a dependência emocional e o desejo de ter uma família apresentava-se maior do que as referências que tinham no irmão. Por outro lado, apesar de temerem a separação, não demonstravam sentir muita falta de estarem juntos.

Poucos foram os casos encontrados em que as crianças eram separadas ao serem acolhidas, só acontecendo por idade ou sexo, problemas de comportamento ou maus tratos entre eles dentro do abrigo, rivalidade acentuada no grupo de irmãos que acarretasse prejuízos psicológicos, comportamentos sexualizados ou influências negativas que incitavam o irmão a realizar infrações e fuga. Porém, mesmo quando separados, os irmãos manifestaram sentir falta uns dos outros e realizavam visitas promovidas pela instituição de acolhimento em respeito às medidas específicas de proteção dirigidas às entidades, conforme previsto no art.92, incisos I e V do ECA (BRASIL, 1990).

No que diz respeito à adoção, assim como na medida do acolhimento, todos os esforços eram realizados para a manutenção do grupo e dos vínculos fraternos. Excetuam-se os casos em que os profissionais julgaram não haver vínculos de afeto, de crianças com tenra idade ou que necessitassem de cuidados exclusivos para suportarem os traumas decorrentes da negligência que sofreram na família natural, ou, ainda, nos casos de crianças portadoras de doenças tratáveis e com necessidades específicas de maternagem e paternagem consistentes e a eles relacionadas. Os casos de irmãos de pais diferentes também favoreceu a divisão ou separação, em determinadas situações.

Desse modo, somente após encerradas todas as possibilidades de encontrar pretendentes disponíveis a adotá-las conjuntamente, procurava-se entregar as crianças/adolescentes para famílias que concordassem em promover o contato entre os irmãos, medida adotada pela equipe desde 2002, conforme estudado por Santos (2005, 2009).

À vista disso, o perfil dos pretendentes revelava desejo e disposição de estabelecer uma nova filiação por meio da adoção pretendida, denotando preparo emocional,

sensibilidade e intenção de preservar o vínculo entre os irmãos. Da mesma forma, aqueles que já possuíam filhos biológicos demonstravam forte sentimento de amor, considerando os adotados como se filhos fossem, sem fazer distinção entre eles. Quando inseridas em suas famílias adotivas, as crianças eram ensinadas a lidar com a saudade dos demais irmãos como um sentimento normal que fazia parte do processo de transição que a adoção envolve, permitindo eventuais conversas com os irmãos que permaneceram no abrigo, por meio do *WhatsApp* e sob supervisão dos educadores e da instituição de acolhimento.

Em relação aos filhos já existentes na família adotiva, nesta categoria de adoções separadas bem sucedidas, a faixa etária foi de 7 a 9 anos de idade e as crianças receberam muito bem o novo membro no núcleo familiar, reconhecendo-se prontamente como “irmãos” e sendo colocados para fazer atividades conjuntas, numa adaptação ao convívio familiar gradativa. Nas famílias onde havia fragilidades nas funções parentais, o elo entre irmãos parece ter servido como facilitador e suporte para ambos os irmãos, como relatado no caso abaixo:

O pai conta que quando C. (9a) recebeu sua “irmã” S., deu tudo para ela [...] C. diz: “antes dela chegar, os pais brigavam todos os dias, agora brigam menos, tenho medo do pai ir embora [...] quando crescer quero ficar igual a mãe no *WhatsApp*”. Na entrevista S. se recusou a ficar na sala sem a irmã, tratavam-se de forma carinhosa, tanto verbal como fisicamente, brincavam descontraidamente demonstrando estar bem apegadas. Todavia, S. estava mais resistente em se afastar da irmã do que da mãe. Em nenhum momento observou-se qualquer gesto de carinho e aproximação significativa entre mãe e filha, portanto **a princípio a irmã C. tem realizado a maternagem dentro de seus limites enquanto criança e irmã.** [...] Após 6 meses: as irmãs estão construindo laços de fraternidade entre si e, de igual forma, os pais estão tecendo elos de afeto e afinidade junto à filha que demonstra apego e interação harmoniosa com a mãe, transitando tranquilamente da figura materna para a irmã e retornando a segurar nas mãos da mãe (Caso G57-2).

Não obstante, no que se refere ao período de adaptação, alguns pais tiveram que enfrentar maior dificuldade para que a criança criasse vínculos com a figura paterna; as mães queixaram-se de sobrecarga com os cuidados dos filhos, provocando sofrimento e, em certo momento, o desejo de não mais prosseguir com o processo. O fato de poder contar com uma rede de suporte, principalmente familiar, foi bastante relevante para a tomada de decisão e para que conseguissem seguir em frente com a adoção de irmãos.

Com relação a salvaguardar a manutenção dos vínculos fraternos em adoções separadas a equipe da Vara estudada procurava fazer “adoções simultâneas” cujo desligamento de ambas as crianças/adolescentes era feito na mesma data e explicada aos pais a necessidade de convivência entre os irmãos, evitando, assim, o rompimento dos vínculos fraternos. Nessas circunstâncias, as famílias adotivas ou acolhedoras, assim como padrinhos

afetivos e instituição de acolhimento, em audiência, comprometiam-se a preservar e manter a convivência entre os irmãos. O contato era estipulado de acordo com o que as famílias estabeleciam, dentro das seguintes possibilidades: frequentarem a mesma escola, encontrarem-se nos fins de semana ou uma vez ao mês em locais neutros e, em outros momentos, na casa de uma e de outra criança, bem como em datas comemorativas e aniversários. Apesar de tais possibilidades, a decisão das famílias nacionais consistia, geralmente, em encontros mensais em local neutro, recreativo e em datas festivas, atendendo às exigências legais referentes à manutenção de vínculos afetivos entre grupos de irmãos.

Desse modo, após o compromisso estabelecido, muitos pais pareciam se empenhar para que o encontro entre os irmãos ocorresse, mas nem sempre conseguiam; uma mãe adotiva mais disponível, por exemplo, tentou manter contato com a irmã da filha, cuja família, diversas vezes, dificultou por meio do argumento de que aquela irmã não estava. Já a família do irmão mais novo demonstrou estar receptiva, contudo sem grande aproximação. Entretanto, o casal declarou-se aberto, alegando que “quando o filho sentir o desejo do contato, ele o fará”. Essa mãe teve, portanto, o cuidado de guardar o nome das outras crianças para garantir que, quando necessário, elas fossem encontradas.

Da mesma forma, identificaram-se pais que se sentiram tranquilos e seguros em permitir vínculos com o genitor e os irmãos que foram reinseridos na família de origem, conforme determinado em juízo: “06 encontros anuais com os irmãos e 03 com o genitor”. Também havia outros que, espontaneamente, permitiram que o filho mantivesse contato com a genitora ou com o irmão mais velho, o qual após atingir a maioridade e, ao lado de sua madrinha afetiva, recebeu a ajuda da família adotiva do irmão na sua reinserção social. Esse modo de administrar bons relacionamentos entre os irmãos e suas famílias abriu caminho para que pais adotivos realizassem novas adoções dos irmãos biológicos de filhos já adotados, que retornavam para a instituição de acolhimento após tentativas frustradas de reinserção familiar ou adoção, ou dos recém-nascidos que lá chegavam.

Na visão de Cossar e Neil (2013), o gerenciamento do contato pós-adoção na colocação de irmãos forma uma rede de parentesco adotivo que os liga de maneira complexa a várias famílias, o que impõe grande desafio e gera diferentes visões entre os membros da rede, que devem aprender a negociar seus relacionamentos e limites. Isso acontece em dois tipos de famílias adotivas: aquela que vê na manutenção dos vínculos um recurso valioso e capaz de oferecer um olhar mais realista da família biológica, podendo um irmão mais velho atuar como a “memória” que ajudará o adotado a entender sua vida, sentindo-se, esse filho, autorizado a fazer contato com os irmãos; opostamente, há aquela família que considera a

transmissão de informações da família biológica um problema que acarreta desconforto, preocupação e, por essa razão, evita o contato.

Além disso, a mudança na convivência, quando separadas, revelou quanto as crianças podem ficar confusas por causa da falta do contato ou da limitação dele (COSSAR; NEIL, 2013, p.71). Em conclusão, aqueles irmãos que exerciam função de cuidadores e permaneceram em situação de acolhimento foram encaminhados para apoio psicológico, após terem sido desligados do grupo fraterno.

7.3.4 Adoções separadas mal sucedidas

Os dados demonstraram que, durante o acolhimento, os irmãos mantinham relacionamento positivo, muita afinidade e apego, com demonstrações de carinho, afeto, cumplicidade, interação e forte vínculo. Além disso, esses irmãos manifestaram o desejo de permanecer no abrigo, o que dificultou a separação ou levou a que um deles se tornasse mais resistente à adoção, uma vez que esta forçaria a separação dos irmãos. Em oposição, houve os grupos nos quais não havia vínculos afetivos entre os irmãos, pois se tratava de filhos de genitores diferentes e que não haviam tido contato anteriormente à ida para a instituição.

Em relação àqueles que se depararam com a possibilidade do grupo ser separado devido à possível adoção, a primeira reação das crianças diante da notícia foi de receio e confusão. Assim, na nova família, apresentaram problemas de comportamento, como mentir, omitir, brigar na escola e manifestar atitudes que se agravaram com o fato da mãe adotiva ter engravidado e pela ameaça que a chegada da nova criança representava, reforçando os sentimentos de insegurança e rejeição. Para Aldridge e Cautley (1976), e também para Staff *et al.* (1993), os irmãos que foram separados após terem sido, inicialmente, colocados juntos, ou ainda que foram, inicialmente, colocados separados no acolhimento, mostraram-se mais propensos a manifestarem problemas de comportamento e menor estabilidade na adoção do que os irmãos que foram colocados conjuntamente.

Nessa linha de pensamento, Hegar (2005), Leathers (2005) e Tarren-Sweeney e Hazell (2005) apontaram uma relação entre integridade do grupo de irmãos – entendida como a constância e a permanência proporcionada aos grupos que se formam evitando outras separações durante a sua trajetória – e estabilidade da colocação, a qual demonstrou resultados favoráveis na sua transição para adoção ou tutela, inferindo que o histórico de movimento de colocação seria uma variável considerável e associada à estabilidade das relações entre os irmãos.

Outro aspecto a se mencionar é o de que os irmãos mais velhos apresentavam forte vínculo com o irmão mais novo e, na maioria das vezes, reagiram negativamente à separação, o que lhes trouxe muita tristeza e, também, preocupações, ansiedades e fantasias, devido, sobretudo, à falta de notícias e informações sobre o irmão que fora inserido em família adotiva. A tranquilidade só aconteceu depois de “descobrir” quem eram os pais adotivos do irmão ou de receber notícias dele. Do mesmo modo, os que exerciam a função cuidadora recusavam-se a se separar do irmão, principalmente se ele estivesse doente, ou, ainda, quando tinham esperança ou pretensões de reencontrar a mãe biológica; era comum demonstrarem sofrimento pela separação da mãe e dos irmãos, manifestando comportamentos antissociais que, no final, provocavam a permanência deles na instituição ou, ao contrário, levavam à sua evasão.

De acordo com Cossar e Neil (2013) e Strathern (2005), a permissão/abertura para que os irmãos se relacionem descortina as duas faces dos laços familiares – o da conexão e o da exclusão; nessa perspectiva, geralmente os irmãos mais velhos narram seus sentimentos de perda por terem sido deixados de lado em detrimento da adoção do(s) mais novo(s). De modo semelhante, desde a entrada na instituição, o sentimento de tristeza pela perda do irmão é manifestado, podendo ser intensificado pela preocupação e culpa que sentem por serem afastados e, dependendo de qual foi o motivo que os levaram ao acolhimento, em determinadas circunstâncias, eles podem pensar em se afastar dos irmãos como merecida punição por sentirem-se responsáveis pela separação ou por acreditarem que poderiam impedi-la (HARRISON, 1999a, 1999b; HERRICK; PICCUS, 2005; TIMBERLAKE; HAMLIN, 1982; TRISELIOTIS; RUSSELL, 1984; WEDGE; MANTLE, 1991; WHITING; LEE, 2003).

Na maior parte dos casos, mesmo que não julgassem necessário viver juntos para se sentirem irmãos, quando separados, manifestavam o desejo de ter informações dos irmãos e direito ao contato regular uns com os outros (HERRICK; PICCUS, 2005; JONES, 2016; LUNDSTRÖM; SALLNÄS, 2012; MORGAN, 2006). No entanto, no que diz respeito à manutenção desse contato, conforme apontado pelos dados da pesquisa, para os que não foram adotados e permaneceram no abrigo, a adoção de um irmão e o contato com a família adotiva, inicialmente teve um efeito negativo, haja vista que ficavam confusos com as idas e vindas aos fins de semana, o que trazia grandes expectativas de também serem adotados pelos pais adotivos do(s) irmão(s). Como consequência, esse fato gerou atitudes de enfrentamento, dentro da instituição, e de agressividade, causadas pela insegurança em relação ao futuro, o que demandou especial atenção e manejo da equipe.

Durante o estágio de convivência, a identificação tardia, por parte da equipe, de possível interferência do irmão mais velho que não reagiu bem à adoção e separação dos mais novos, mesmo quando ele também tinha possibilidade de adoção em uma família, chegou a ser apontado como fator que acarretou obstáculos ao processo e também levou à desistência da adoção por parte dos pretendentes, inviabilizando a efetivação do processo de adoção dos demais irmãos.

Concernente à família adotiva e à presença de filhos biológicos, os relatórios, com frequência, informavam que as crianças estavam adaptadas e que haviam estabelecido bom relacionamento fraterno. Todavia, após um certo período, os estágios eram interrompidos devido a situações conflitantes com o(s) filho(s) do casal: o filho biológico inicialmente se agitava e disputava a atenção com o irmão adotivo; agiam de forma impulsiva e agressiva no trato um com o outro, brigas, ciúme; o filho adotivo se passou pelo filho biológico nas redes sociais, mantendo conversas indevidas; preocupações com sexualidade aflorada e outros comportamentos que os pais julgavam estar repercutindo no filho biológico ou fazendo com que este não se adaptasse ao convívio juntamente com seus filhos, resultando em conflito familiar e retorno à instituição. É importante ressaltar que, nesses casos, tratava-se de adoções de crianças maiores.

Outro fator relevante, também, nessa categoria, é que os pretendentes que já haviam passado por tentativa anterior frustrada, com crianças que faziam parte de grupo de irmãos, demonstraram maior insegurança e desistiam do processo mais facilmente. Além disso, famílias nas quais a comunicação se mostrou prejudicada pareceram mais propensas à devolução das crianças. Ainda sobre os motivos que levaram ao fracasso da adoção, o fato da mãe adotiva engravidar acentuou as dificuldades na relação mãe e filho não consanguíneo, assim como na criação do vínculo afetivo entre eles, gerando situação familiar conflitante.

Esses aspectos ficaram mais evidenciados quando havia, no histórico da habilitação, frases como: “estamos tentando engravidar há pouco tempo e esperando para ver qual filho chega primeiro”. Ademais, o fato de haver histórico de adoção na família também foi um fator associado às expectativas e/ou medos dos pretendentes, e fonte determinante de desistência em se levar adiante a nova formação familiar, como pode ser constatado no seguinte trecho:

[...] O casal está em **fase final de habilitação** [...] O **pai de sra L. foi adotado**. Ela considera que a adoção foi bem sucedida ‘em partes’, pois o pai tem um psicológico um pouco **“conturbado” e uma vida “torta”**, ela não recebe carinho e afeto dele e as lembranças da infância são: via tudo que o pai fazia de errado, agredia a mãe fisicamente, traía e por isso o culpa pela depressão que motivou a aposentadoria da mãe aos 32 anos. Os pais se separaram quando sra L. tinha 16 anos, sendo sua adolescência muito conturbada. Motivação para adoção: sra L. diz que **desde a infância sempre quis adotar, apesar de estar esperando para saber qual filho**

virá primeiro, se o biológico ou o adotivo [...] Estágio de convivência: com P. há 10 meses, sra L. diz que não se vê com estrutura psicológica para acolher P. pois **após engravidar ‘sentiu o que é amor de mãe’**. Já desistimos da adoção há uns 3-4 meses. Está **oferecendo casa, comida e percebe que não está dando amor, carinho e atenção**. Diante dos comportamentos que P. vem apresentando, a situação está insuportável. Acredita que ele acabou com a harmonia da casa, tem medo que ele machuque o bebê [...] não consegue conviver com essa situação uma vez que **não quer sofrer o que sofreu em sua infância, se referindo a seu pai ao mencionar que ele fazia coisas de qual ela não gostava, mas no outro dia continuava sendo seu pai, mas com o P. é diferente** (G56-2).

Nas situações em que tanto o juiz quanto a equipe deixam claro para os pretendentes a importância de ser manter o vínculo entre os irmãos, seja durante a habilitação ou o processo de adoção, quando lhes era proposto a realização de um encontro, ainda que supervisionado pela equipe e por eles junto aos demais irmãos, alguns recusavam o pedido, relatando que “agora a criança deverá estar entrosando com sua nova família” e justificavam que “por ainda ter a idade de dois anos”, a criança não iria sentir falta dos irmãos. Essas atitudes demonstram que, o fato de alguns adotantes negarem o vínculo existente entre os irmãos, isso influenciou no processo de adoção do grupo de irmãos.

Nesse caso, em sequência, os adotantes foram intimados pela juíza e em audiência cientificados sobre a necessidade de permitir a convivência com os irmãos, comprometendo-se a participar dos encontros. Todavia, não foi possível acompanhar como os contatos aconteceram e se realmente aconteceram, por falta de informações posteriores juntadas no processo. Convém observar que atitudes como esta vêm corroborar a pesquisa de Shlonsky, Webster e Needell (2003), a qual revela que a separação pode significar coisas diferentes para crianças diferentes. Assim, “um bebê pode não ficar aborrecido ao ser separado do irmão mais velho, mas o irmão mais velho pode sofrer consideravelmente com a separação”. (GUARDIAN FOR CHILDREN AND YOUNG PEOPLE, 2011, p. 15, tradução nossa).

Outro aspecto observado e que merece ser mencionado trata das dificuldades relacionadas à busca dos profissionais em encontrar razões legitimadoras para a decisão sobre o destino de cada irmão. A avaliação da fratria originou relatórios, dentro da própria avaliação técnica, em que apontavam o forte vínculo e união dos irmãos, posicionavam-se desfavoráveis à separação e concluíam, por motivos específicos, que os irmãos deveriam ser adotados juntos, considerando que a adoção individual poderia ser um complicador no processo de adaptação. Ou ainda, sinalizando tratar-se a composição da família adotiva preocupante devido à peculiaridade do caso, além de apontar preocupações em relação à separação abrupta dos irmãos e de todos os referenciais que possuíam.

Porém, em determinadas situações, mesmo frente a tais posicionamentos iniciais e

observações feitas pela própria equipe no decorrer do processo, ao indagarem e ouvirem as crianças que se manifestavam favoráveis ou aceitavam ser separadas, caso não houvesse possibilidade de irem juntas, afirmando até mesmo acreditarem que seria bom para ambos já que teriam uma família, formalizava-se o acordo de separação com as crianças e de manutenção com as famílias, ou entre família e instituição e padrinhos. Nesse contexto, os envolvidos (equipe e família) deparavam-se, então, com a dificuldade em separá-los e as crianças manifestavam-se divididas, uma vez que queriam ser adotadas, mas não queriam se separar dos irmãos. É pertinente que se ressalte, ainda, que essa ambivalência nos anseios foi observada nos casos de tentativas de restituição familiar, a qual foi deferida em situações semelhantes e que também não obtiveram sucesso. Essas situações chegaram a gerar casos de crianças que passaram por quatro tentativas mal sucedidas ou que tiveram a medida protetiva prolongada por períodos superiores a 7 anos, até que a criança/adolescente fosse inserida na família adotiva do irmão biológico, de quem, na verdade, não desejava se separar.

Desse modo, as tomadas de decisões nesse tipo de colocação demandam um olhar equilibrado, atento e cuidadoso, que não subestime o significado atribuído, pelas crianças, às relações entre irmãos e, igualmente, suas experiências particulares de relações familiares, de medo e de perda, quando são separados (COSSAR; NEIL, 2013; HINDLE, 2007; JONES, 2016). Por esse motivo, a avaliação deve incluir a escuta e a apreciação das opiniões e conselhos que os irmãos têm a dar sobre o que melhor “funcionaria” para o grupo ou para a dupla, diante uma inevitável separação ou desmembramento, o que deve ser levado em consideração sempre que a idade e a capacidade de desenvolvimento cognitivo e psíquico permitirem, visto serem elas sujeitos de direitos. No entanto, não significa que eles devam decidir pois, considerando que o impacto da adoção se dá ao longo da vida, esta é uma decisão que exige uma capacidade de pensar e antecipar necessidades futuras do infante, indo além do “aqui e agora” (OTTAWAY, 2012; WHELAN, 2003).

Quanto àqueles que retornaram para o abrigo após tentativa frustrada, essa experiência suscitou alguns temores nas crianças; algumas apresentaram regressão comportamental, tentativas de fugas, brigas e comportamentos agressivos, faziam perguntas e choravam de saudades, emergindo, desse modo, comportamentos anteriormente desconhecido pela equipe ou, ainda, “ocupando” o antigo lugar do irmão e repetindo comportamentos “ruins” que eram dele, ocasionando reclamações da escola, furto e demonstração de sexualidade exacerbada. Por conseguinte, foi possível perceber que esse retorno tenha tido para alguns, naquele momento, o significado de punição ou de reviver, mais uma vez, o sentimento de abandono apresentando, em todas as vezes que outra criança era desligada da instituição, tristeza e

melancolia, juntamente com a esperança de sua genitora aparecer. O oposto também foi observado: alguns gostaram de voltar para o abrigo, pois assim ficariam mais próximos de seus irmãos, pelos quais se sentiram acolhidos e atendidos em seus desejos de poder matar a saudade e à fantasia de poder ver ou “aguardar” a mãe biológica.

8 DISCUSSÃO

Frente ao contexto estudado, de irmãos na situação de vulnerabilidade, observou-se nos resultados desta pesquisa documental que, tanto nas adoções separadas quanto nas conjuntas ou fragmentadas, os irmãos, enquanto acolhidos, possuíam forte vínculo entre si, tinham no irmão a referência de família ou do que restou dela e manifestavam relações de afeto, cuidado e proteção uns com os outros. De acordo com Gomes (2014), as crianças que vivenciam a perda parental sofrem com a desorganização do laço familiar e do continente de segurança que ele representa. Assim, segundo a autora, diante da ausência ou impossibilidade de pais que possam parentalizar seus filhos, surge a necessidade de se criarem novos vínculos a fim de se obter força e coesão para o enfrentamento e elaboração do trauma vivido.

De igual modo, a experiência e o trabalho de Jaitin (2008) com irmãos separados de suas famílias por razões judiciais indica que, na circunstância da institucionalização de irmãos, o vínculo fraterno é particularmente investido, visto ser a fratria obrigada a constituir-se com urgência e reconhecer-se como grupo, valendo-se dos mecanismos primitivos da grupalidade, para lutar contra a desintegração familiar e a perda da identidade. Então, tais recursos emergem prevendo encontrar, no vínculo fraternal e na figura do irmão, uma função de apoio e preservação da unidade familiar (ARNAUD, 2003; BRUSSET, 1987; GOMES; LEVY, 2016; VINAY; JAYLE, 2011).

Nessa mesma perspectiva, Benghozi e Féres-Carneiro (2001) concebem à fratria uma função continente e organizadora do vínculo genealógico; à vista disso, postulam que a não separação dos irmãos permite que eles, progressivamente, voltem a se tornar membros de um conjunto e, principalmente, do que eles denominaram de “continente fratria”.

No decorrer da longa trajetória dos irmãos retratada neste estudo, percebeu-se que nas adoções fragmentadas e especialmente nas adoções conjuntas os irmãos se favoreceram da função fraterna continente para estabelecer relações mais próximas entre si, muitas vezes alicerçadas por pactos e alianças e por uma linguagem e dinâmica próprias, dificultando o acesso dos adultos. Por conseguinte, a resistência à abertura para uma nova construção dos vínculos de filiação, que marcam a diferença geracional entre pais e filhos, criou um funcionamento mental simbiótico e indiferenciado dos irmãos em suas relações, como vemos no trecho a seguir:

Os irmãos K. e G. foram adotados por casal homoafetivo europeu [...] no início **eram inseparáveis, como se fossem gêmeos** [...] na primeira vez que saíram separados K.

(o mais velho) ficou preocupado e questionava o pai o tempo todo. Durante este tempo G. vomitou de tanta ansiedade. Posteriormente, K. quis ser o chefe e G. não respondia nenhuma pergunta sem olhar para o irmão, que por sua vez, sempre respondia pelo menor [...] falavam português entre si [...] K. queria assumir o verdadeiro papel de pais e testou demais os limites deles. Os pais tiveram que ser firmes, não aceitaram tais condutas e mostraram que eram os pais, reequilibraram as relações entre eles, trabalharam a individualidade e a separação, inclusive física colocando-os em quartos separados e estabelecendo regras de privacidade, de modo que cada um tenha seu lugar na família. Após 12 meses: G. assumiu seu lugar, não é mais dominado por K., consegue dar sua opinião e se expressar com clareza sem passar pelo irmão, se impõe quando há um problema ou desentendimento entre os dois. Por sua vez, K. assumiu bem a sua posição de irmão mais velho, sem excessos. (Relatório pós-adoção internacional, Caso G 79-2).

Os aspectos narcisistas do vínculo fraterno podem favorecer uma rápida e notável intimidade entre os irmãos, auxiliando-os na prevenção do desamparo por efeito da semelhança, conforme ressalta Moguilanski e Vorchheimer (2001). Contudo, o excesso de tais aspectos no investimento fraterno, caracterizado pela ausência de diferença e de reconhecimento do irmão como um outro, conforme inicialmente apresentado no caso citado, pode impossibilitar o desenvolvimento de uma vincularidade intersubjetiva adequada e implicar em sérias dificuldades na vida do sujeito, podendo até mesmo transformar-se em um vínculo de exclusão (LOSSO; SILVANI, 2002).

Nesse sentido, reconhecer a existência de um irmão significa, para o filho já existente, reavivar o reconhecimento da sua posição de terceira pessoa em relação aos pais, tal como a posição ocupada de preferido ou preterido, rompendo com o equilíbrio vigente e permitindo diferenciar o mundo interno do externo. Sobre o efeito de posição no conjunto igualitário dos irmãos, Kaës (1994) atribui ao fraterno uma dinâmica própria em decorrência da mesma linha geracional a qual comporta distâncias de precessão, sucessão e igualdade (no caso de gêmeos), configurações nas quais o mais velho ou mais novo estão designados a lugares que estruturam as rivalidades, os alívios ou as submissões, bastando, para isso, existir uma diferença significativa de idade, não serem filhos dos mesmos pais ou, ainda, uma combinação de ambos os fatores.

Desse modo, do ponto de vista vincular e do desenvolvimento, a criança que possui um irmão no interior do lar se prevalece imensamente pela cumplicidade, por ter com quem compartilhar os problemas, trocar de maneira recíproca as experiências, as brincadeiras e o aprender, com igualdade, tanto quanto o espaço privilegiado de permissão e contingência para a manifestação dos mais diversos sentimentos e descarga moderada da agressividade. (WINNICOTT, 2001b; LOSSO *et al.*, 1998).

Em consonância com esse caráter ambivalente que contorna as relações fraternas, as quais de um lado expressam amor, preocupação, zelo, cumplicidade e apoio uns dos outros

nas adversidades, mas também se apresenta como um “obstáculo” ou limitação na relação exclusiva que se almeja ter com os pais, instaurando, dessa forma, atitudes e sentimentos de inveja, ciúme e competição, os irmãos, mesmo quando separados, expressaram sua preocupação e seu desejo de ter o direito de contato garantido, da mesma forma que, em ambas as modalidades de colocação – separadas ou conjunta/fragmentada – bem sucedidas ou não, manifestaram ciúme, rivalidade, brigas e comportamentos inadequados.

Todavia, sob a luz da Psicanálise, as significações contidas no vínculo fraterno – sua importância na estruturação familiar, na construção do sujeito, na formação dos laços sociais – devem ser examinadas em sua especificidade, mas também sob o ângulo da intersubjetividade, uma vez que a compreensão não se reduz aos membros da fratria (KAËS, 2005). Nessa abordagem, esse autor afirma que os irmãos e irmãs são sujeitos inconscientes em todas as suas relações, com cada um de seus pais separadamente e com o casal que eles formam, incluindo, dessa forma, uma compreensão da função da criança no projeto parental e familiar e também a complexidade introduzida pelas novas formas de configurações do casal, da família e da fratria (KAËS, 2005).

Destarte, qual seja o projeto para uma família, seja ela biológica ou adotiva, os pretendentes engajam-se na parentalidade imbuídos de idealizações a respeito da criança que está por chegar e, de acordo com Winnicott (2001a), os sentimentos e atitudes dos pais em relação aos seus filhos se diferem, dependendo do lugar e da função que cada um venha a ocupar em suas vidas e no modo pelo qual esta se encaixa, ou não, no contexto de suas fantasias e expectativas – particularmente evidenciadas nos casais sem filhos os quais, muitas vezes, depositam na criança a esperança de hiatos, traumas e lutos não elaborados. Em tal perspectiva, o bebê que vem ao mundo torna-se representante da forte aliança de interesses inconscientes derivados das identificações e dos pactos e contratos narcísicos estabelecidos que o colocam como depositário e herdeiro dos desejos e sonhos irrealizados (FREUD, 1914; KAËS, 2014).

Diante dos resultados obtidos, o perfil dos adotantes apresentou-se como uma variável significativa para as adoções de irmãos; estas se mostraram exitosas quando os pais demonstravam desejo, sensibilidade e, sobretudo, a intenção de adotar e acolher irmãos, assim como a vontade de preservar o vínculo entre eles (empenhando-se em muitos momentos para que isso acontecesse) e, além disso, pareciam não fazer clara diferenciação entre os irmãos, mesmo se tratando do filho biológico. Diferentemente, nas adoções inexitosas, os pretendentes demonstraram maior idealização do filho esperado, em relação ao sexo, raça e idade; enfatizavam as diferenças entre um irmão e outro, pareciam mais inseguros e

questionadores a respeito de situações de luto não elaborado, denotando maiores dificuldades pertinentes às questões parentais e à criação do vínculo adotivo, conforme pode ser constatado neste relato:

Os requerentes relataram que M. é bem dispersa e W. fazia birras intensas. Por fim, verbalizaram que estariam **desistindo das crianças** pois, mesmo compreendendo as dificuldades iniciais deste processo, não sentiram afinidade para com as crianças. Nesse momento sra. C. pediu a palavra, e disse que precisava ser sincera. Então, passou a relatar que **quando viu a foto das crianças chorou de decepção**, que teria se deslocado de Minas até Campo Grande **por amor ao marido**, mas que não conseguia se ver mãe da M. e do W. Acrescentou que inclusive não teriam nem providenciado o quarto para as crianças, as quais não se adaptariam à escola onde ela e sr. H queriam matriculá-las para estudar. Diz ainda que sr. H já ouviu comentários de outras crianças perguntando se “são filhos da empregada” e acredita que M. e W. passariam pela mesma situação devido à **diferença de raça/cor**. Sra. C. menciona que teve um **aborto recente** e que **ainda chora por seu filho biológico** e que se eles levassem as crianças, seria por “pena”. Acrescentou que na outra comarca onde estão habilitados estão em sexta posição na fila de adoção **em aguardo de uma criança menor e branca**. Diante da escuta, pôde-se verificar que os requerentes encontravam-se com idealizações em relação ao filho desejado e que sra. C. não havia elaborado o luto em relação à perda do filho biológico (Relatório Psicológico, Caso 66-4).

Sob o enfoque vincular, a construção da filiação psíquica ocorre por meio da história pessoal e dos aspectos conscientes e inconscientes, de pais para filhos, pela via da transmissão psíquica. De modo semelhante, no que tange ao vínculo fraterno, reconhecer-se irmão ou irmã pressupõe identificar-se como membro de um conjunto e de um processo resultante, por um lado, da especificidade do grupo fraterno e de outro, de serem identificados como tais por efeito do investimento realizado pelo casal parental no *infans* (KAËS, 2011). Assim sendo, a possibilidade de enlace e convivência harmoniosa será influenciada dependendo do espaço da verbalização de afetos permitidos pelo casal e, em grande parte, daquilo que lhes será transmitido (KAËS, 2001).

Desse modo, as experiências e vivências com os próprios irmãos e a maneira como esses acontecimentos foram processados no psiquismo individual dos sujeitos que formam o casal parental podem determinar o legado que cada pai terá para transmitir. É possível inferir, nesse sentido, que, quando as experiências forem boas, os pais compreenderão o seu papel e ajudarão seus filhos na sua individuação, deixando-os livres para imaginar, com seus próprios recursos, a relação fraterna; contudo, se as experiências forem traumáticas, tudo isso será evitado (BANK; KAHN, 1988; LOSSO; SILVANI, 2002).

Levando-se em consideração tais colocações, algumas “motivações” foram percebidas e identificadas no decorrer da leitura documental como, por exemplo, o desejo dos pais de que os irmãos crescessem juntos rememorando suas próprias lembranças da infância ao lado dos irmãos e os bons vínculos estabelecidos, ou com o objetivo de que os filhos não vivessem a

mesma solidão de ter sido filho único, por querer ver a “casa cheia” ou até mesmo pelo “receio” da idade já avançada. Contudo, muito embora não seja possível fazer inferências, verificou-se que os postulantes envolvidos nas adoções bem sucedidas mostraram-se mais disponíveis a oferecer essa abertura aos filhos, sentindo-se seguros para permitir e acolher as expressões de sentimentos relacionados aos irmãos, assim como suas vivências passadas.

Em resposta, por parte das crianças, notou-se que os irmãos vivenciaram a separação sem tantos impasses, com mais tranquilidade emocional, quando as adoções aconteciam baseadas na confiança de que o contato com os demais irmãos seria mantido e permitido pela família adotante, salvaguardado e estabelecido em audiência; assim, os irmãos sentiram-se mais livres para compartilhar suas histórias e falar da sua família de origem e da saudade dos irmãos. Nesse cenário, os irmãos permitiram ser maternados e, até mesmo aqueles que desempenhavam características de criança parentificada, ao poucos retornaram à sua função fraterna, abandonando atitudes maternas/paternas e controladoras.

Em contrapartida, os pais que não permitiam e não desejavam o convívio entre irmãos e também mantinham uma comunicação familiar prejudicada, evitando trazer à tona a história de vida pregressa da criança, notadamente caracterizaram as adoções mal sucedidas. Por seu turno, no que se refere às características apresentadas pelos irmãos, sem que fossem necessariamente reflexo do posicionamento dos pais, eles se apresentaram mais resistentes à adoção, nutrindo o desejo de permanecer no abrigo, mantendo-se ainda ligados aos irmãos e à genitora, em especial quando se tratava de um irmão mais velho que havia adotado a função e o papel parental e exercendo influência sobre os demais irmãos com o não consentimento para a adoção. Neste caso, quando diante da possibilidade de separação, reagiram com receio, confusão e ambivalência.

Segundo Freud e Dann (1951), o caráter sustentador do vínculo horizontal tem demonstrado que os filhos privados de seus pais aderem-se entre eles em uma espécie de aglutinação o que, sob a ótica de Brusset, representa o fraterno em sua máxima expressão de fidelidade absoluta, a qualquer custo, a seus laços familiares que, muitas vezes, colocam-se a serviço da fantasia de “salvar os pais”, e, em outras oportunidades, de “salvar-se dos pais” (BRUSSET, 1987, p.311, tradução nossa). Sendo assim, a força dessa ligação horizontal que se protege e repele o vínculo com o adulto, na iminência de negar a verticalidade e a inserção de figuras representativas desta função nas suas estruturas psíquicas e sociais, pode resultar numa impraticável inserção familiar (PEITER, 2017).

Benghozi (2010) compreende a construção do vínculo adotivo a partir de um trabalho de recomposição da tessitura “afiliativa” entre os continentes da família de origem e da

família que adota, levando à construção de uma nova configuração familiar por meio da remalhagem dos continentes genealógicos das duas famílias e, por conseguinte, ao duplo reconhecimento entre o filiativo e o afiliativo. Em virtude disso, explica que, quando a lei da adoção ou uma das famílias levanta a questão da exclusão do vínculo de filiação com a família de origem e oferece, à criança, apenas do ponto de vista jurídico, a noção de filiação, divide-a entre os conflitos de lealdade em relação à sua filiação na família de origem e de lealdade relacionada à sua afiliação na família adotiva.

Desse modo, este trabalho de desligamento psíquico, que se manifesta como um vírus de informática, apaga a textura da escrita simbólica e da transmissão, provoca angústias catastróficas e a destruição dos continentes genealógicos grupais familiares e comunitários, tornando-se fonte de conflito não gerenciável para a criança e com consequências no nível psíquico, conforme alerta Benghozi (2010). Logo, o duplo reconhecimento da adoção permite que a criança gerencie os dois níveis genealógicos de pertencimento, o que significa ser uma criança adotada que por um lado possui um vínculo de filiação biológico e, por outro, um vínculo de afiliação adotivo.

Não obstante, o reconhecimento e a clareza da existência de um vínculo duplo podem ser “fonte de enriquecimento na construção da identidade mestiçada pela complexidade dessa rede de vínculos filiativa e afiliativa” (BENGHOZI, 2010, p.164). Assim sendo, a verdade factual acompanhada de alguém que esteja ao seu lado e que permita à criança reconstruir uma memória compartilhada por meio do continente narrativo da sua história que precedeu à adoção, possibilita que ela se reinvente sob um romance genealógico, incluindo-se em uma nova filiação e delimitando o lugar de cada um na reconstrução de uma nova família (BENGHOZI, 2018). A esse respeito, ainda no caso dos “irmãos inseparáveis” mencionado anteriormente, tem-se o seguinte testemunho:

A dinâmica familiar é aberta na qual a comunicação e o diálogo são o eixo da estrutura familiar [...] sobre suas origens, as crianças têm suas caixas de lembranças e os pais não querem esquecer. Já fizeram contato com a irmã biológica pelo *Facebook* e por intermédio dela tiveram informações sobre a história da criança e inclusive receberam uma foto da mãe biológica. Tudo isso permite aos pais reconstruir a história das crianças, trazendo a eles alguns elementos reais de suas vidas. O casal não esconde nada dos filhos. A família comunica também regularmente pelo *WhatsApp* com toda a equipe que os acompanhou no Brasil. Após 12 meses: a paternidade foi bem adquirida e estabelecida, as crianças estão felizes e têm grande relação de confiança com seus pais (Relatório pós-adoção internacional, Caso G 79-2).

Do ponto de vista de Vinay e Jayle (2011), a família adotiva deve ter ouvidos mais atentos sobre a questão dos irmãos biológicos existentes para dar à criança a oportunidade de se inserir numa filiação adotiva sem negar a sua relação biológica anterior, devendo então

fugir do segredo e conversar abertamente, na família, sobre a adoção. Com efeito, a oportunidade de se instituir um “verdadeiro diálogo familiar” (GOMES, 2009, p.37) poderá interferir no modo que a criança, quando adotada, tratará o vínculo fraterno.

Com relação à trajetória dos irmãos da institucionalização à inserção familiar e construção da filiação adotiva, os dados obtidos apontam que foi fundamental, para que se conseguisse êxito nas colocações, a adequada capacidade parental, com empatia para identificar e compreender as necessidades dos infantes em suas diferenças de personalidade, diferentes fases de desenvolvimento e manifestações de comportamento; disposição e energia para o enfrentamento das dificuldades e manejo das diversas manifestações de crianças que acionavam os pais o tempo todo; flexibilidade para responder aos entraves inerentes ao processo de integração; abertura para buscar auxílio e orientação sempre que necessário; poder contar com uma rede de apoio e acima de tudo tenacidade e resiliência.

Ozoux-Teffaine (1987, 2004), com base em suas descobertas, entende os primeiros momentos que sucedem à adoção como uma situação análoga ao nascimento, aos quais denominou como período de inscrição familiar. Segundo ela, a preexistência de outros filhos na família adotante, seja ele biológico ou adotivo, intensifica a rivalidade fraterna e transforma o período inicial em um acúmulo de tensões que exigirão dos pais grande solicitude. Dessa maneira, a adoção de irmãos se torna mais difícil, multiplicando as necessidades em seu entorno e superpondo obstáculos complicadores para a realização da maternagem. Em face disso, a autora salienta sua preferência por pretendentes sem filhos para adoção de crianças maiores.

Considerando tais especificidades, o que se percebeu em relação à adoção por famílias que já possuíam filhos, foi que, de modo geral, no caso em que estes tinham idades entre 7 e 13 anos, receberam bem os irmãos mais novos que chegaram posteriormente, fossem eles adotivos ou biológicos. Neste cenário, as relações pareciam amistosas e, apesar do pronto reconhecimento como “irmãos”, o vínculo foi estabelecido gradativamente. Em contrapartida, nas famílias em que já existia um filho adolescente, e receberam o adotado com idade aproximada ou superior à desse filho, apresentaram maiores complicações e dificuldades de adaptação, com a eclosão de conflitos familiares os quais justificaram a desistência da adoção e o retorno do adolescente à instituição de acolhimento.

Na visão de Jaitin (2008), o vínculo fraterno seria uma construção psíquica comum, uma representação intra e intersubjetiva das relações entre irmãos. Segundo a autora, esse vínculo advém de uma relação que comporta a mesma geração e o reconhecimento de uma filiação comum, consanguínea ou não, mas também do sentimento de afiliação que supõe a

sua pertença ao grupo filiativo. Quer dizer, a filiação é condição necessária, mas não suficiente. Não basta que sejam filhos dos mesmos pais; é por meio do reconhecimento mútuo de pertencimento a categoria de irmãos que a filiação se completa.

Isso posto, há que se referir, ainda, aos aspectos da filiação na adoção que envolvem transformações em distintas dimensões: jurídicas, psíquicas e socioculturais, as quais podem torná-la tarefa árdua, tanto para a criança como para os pretendentes, ao se tratar de apenas um filho, de tal maneira que as dificuldades tornam-se mais complexas quando somadas às especificidades de uma adoção conjunta, como adverte Rufo (2003). Em complementação, Peiter (2017) deixa explícito que esse tipo de adoção incorre no risco das crianças serem desconsideradas em sua individualidade e especificidades, em função de serem vistas como um grupo e não como um membro dele, e salienta que a problemática da separação dos irmãos aparece mediante a “quebra dos laços simbólicos e afetivos entre os irmãos que tenham vínculo afetivo fraterno entre si e não no vínculo sanguíneo, o que pode levar a alguns enganos” (PEITER, 2017, p.79).

Com base nessa complexidade, a questão temporal aparece como fator extremamente relevante nas adoções de grupo de irmãos, que percorrem uma extensa e dolorosa trajetória desde a perda de sua família de origem e referências vinculares até a entrada na família adotiva, passando pelo tempo do abrigo (D’ANDREA, 2012; LEVY; GOMES, 2017), processo que efetivamente não pode ser datado ou determinado. O impasse se estabelece tanto para os irmãos que têm urgência de convivência familiar e não devem ter o seu direito embaraçado em razão da impossibilidade da adoção conjunta ou de um dos membros da fratria, quanto para a equipe interdisciplinar envolvida na corrida em busca da aproximação de dois polos desejantes: crianças e pretendentes - que estão na infundável (e morosa) fila de espera – assim como para se chegar a uma solução “menos prejudicial”, em tempo razoável, para que o impasse não se eternize (ROCHA, 2013).

De acordo com Levy e Gomes (2017), todos os atores envolvidos, premidos pela passagem do tempo cronológico e pela angústia que denuncia a urgência pela definição da situação da criança acolhida, podem acabar enviesando a escolha mais adequada. Contudo, apesar de se saber que “o tempo psíquico para uma adoção é uma questão complexa que ultrapassa a dimensão do tempo cronológico” (PEITER, 2016), é impossível seguir apenas o tempo psicológico, devendo-se considerar também as “premências externas e de caráter institucional” (LEVY; GOMES, 2017, p.173).

A esse respeito, no que se refere à dimensão jurídica, a nova Lei 13.509, instituída em 22 de novembro de 2017, impõe novo cenário à adoção. Com o fito de criar alternativas para

os perfis “não favoráveis”, nos quais se incluem os grupos de irmãos, o tempo cronológico passa a ser o principal protagonista na atual lei cujo maior objetivo é abreviar a trajetória da adoção, dando prioridade no cadastro para pessoas interessadas em adotar mais de uma criança e oferecendo maior agilidade nos impasses encontrados ao desburocratizar e impor a redução dos “prazos”, acrescentando, inclusive, polêmico dispositivo que prevê a contagem em dias corridos (ECA, art.152, §2º). Entretanto, apesar da sua nova redação esboçar benefícios aos irmãos e, de igual modo, aos pretendentes, o sucesso de uma adoção depende de um espaço temporal intermediário de preparação, tanto de quem está adotando como de quem está sendo adotado. Indubitavelmente, esse fator não deve ser desprezado devido ao caráter significativo contido neste para o processo formativo e de amadurecimento do “perfil” do filho desejado, como assinalado por Carvalho *et al.* (2017).

A importância de especial preparação ficou evidente nos casos de reinserção familiar à família extensa, apadrinhamento ou famílias acolhedoras que evoluíram para a adoção, bem como nas adoções mal sucedidas conjunta/fragmentada ou separadamente, ou em casos que mencionaram a ausência de participação em curso preparatório ou pretendentes ainda em fase de habilitação. Nos resultados, os pretendentes sinalizaram a necessidade de amadurecimento sobre a adoção e perfil do filho desejado, lutos não elaborados, falta de motivação e condições psicológicas, insegurança, medo e indisponibilidade para o contato entre os irmãos. Por outro lado, as crianças e adolescentes manifestaram pouco amadurecimento em relação ao processo da adoção, haja vista que ainda nutriam ligação afetiva com a família biológica e a esperança de voltar a morar nela – desejo este intensificado com a manutenção de visitas –, falta de confiança para tentar nova vivência familiar bem como insegurança e resistência em separar-se dos irmãos. Ademais, mostraram-se confusos para compreender a nova realidade familiar ou a mudança no vínculo e na convivência com o irmão, principalmente para o irmão que permanecia na instituição.

Em decorrência de demandas como essas, a preocupação com os cuidados em relação à criança e ao adolescente encontram-se expressos no ECA, em seu inciso VIII do art.92, que prevê a devida preparação para o desligamento da instituição de acolhimento; no parágrafo 5º do art.28 do ECA, incluído na modificação feita pela Lei 12.010 de 2009, está esclarecido que a colocação em família substituta “será precedida de sua preparação gradativa e acompanhamento posterior”. Do mesmo modo, faz clara recomendação à necessidade de prévia preparação dirigida à habilitação de pretendentes para a adoção (Seção VIII do ECA, art.197 A-F) e à intervenção obrigatória da equipe interprofissional, inclusive para as crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente ou por famílias acolhedoras preparando-os

conforme acrescentado no novo parágrafo 3º do art. 197-C da lei 13.509/2017 (BRASIL, 2017a).

A discussão sobre tais recomendações legais remete a Gomes e Levy (2017), que identificaram um “inestimável valor” nos trabalhos realizados com os grupos de pretendentes tanto nos aspectos informativos como no sentido de apoio e reflexão. Nessa linha de entendimento, Levy, Diuana e Pinho (2009, p.42) explicitaram que esse tempo de preparação psíquica auxilia os candidatos a externalizarem suas dificuldades na adoção, suas inseguranças, os desejos e fantasmas já presentes na história pessoal de cada adotante e que podem vir a interferir na história que começa a ser escrita pois, segundo as autoras, “o que proporcionará elementos para uma dinâmica familiar mais saudável muito dependerá da posição assumida pelos pais adotivos e seus familiares”.

No mesmo sentido, tanto para essas autoras como para Silva *et al.* (2014) e Contente *et al.* (2013), a importância de se incluir a criança no processo de preparação engloba estimular reflexões sobre suas expectativas, receios e desejos em relação à família adotiva já que, assim como para os pretendentes, as idealizações são fonte de dificuldades para a adaptação à nova situação, mas também fornecer informações necessárias sobre o processo de adoção. Assim sendo, Ghirardi (2014) reitera e afirma que compreender a função e os papéis de cada um, bem como as diferenças entre as necessidades emocionais e individuais existentes pode ajudar na boa preparação e no acompanhamento, tanto do grupo de irmãos quanto da família que aceita recebê-los ou manter o contato entre eles.

Dessa forma, devido à exigência de preparo de todas as partes integrantes e envolvidas no processo de adoção de irmãos, é importante destacar a necessidade de um olhar específico, por parte dos profissionais, destinado a essa demanda. Atentando para esse aspecto e atendendo ao princípio da prevalência dos interesses do adotando, a nova Lei 13.509/2017 impõe, agora, mediante avaliação por equipe interprofissional, a renovação trienal da habilitação ou nova avaliação para quem deseja candidatar-se a uma outra adoção. Sucede, também, a limitação ao número de três recursos injustificados ou recusas à adoção de crianças que estejam dentro do perfil indicado pelo habilitado, o que implicará em reavaliação da habilitação concedida. E se, por fim, houver desistência ou devolução, tais fatos implicarão a exclusão do cadastro desse candidato.

Em relação aos irmãos que passaram pela experiência de devolução, observou-se que aqueles que retornaram à instituição após tentativas frustradas de adoções conjuntas/fragmentadas, ou ainda aqueles que reagiram negativamente à primeira tentativa de reinserção familiar conjunta, passaram por novas tentativas que resultaram exitosas, inclusive

separadamente. Tal experiência se tornou viável por intermédio de um trabalho em equipe, formado pelos profissionais do judiciário, das instituições e psicólogos clínicos que acompanharam os casos oferecendo o devido acolhimento das dores e do luto pela adoção que não ocorreu, somados à história, normalmente traumática, vivida pela criança. Ademais, a preparação realizada possibilitou trabalhar conteúdos de “despedida” que incluíam a figura do irmão ou pessoas importantes para a criança, favorecendo, dessa maneira, o processo de construção dos laços afetivos e a integração familiar.

Por sua vez, as crianças encontraram, na nova composição familiar, espaço e permissão para falar de suas origens e de seu passado, expressando sobre sua vida anterior ao lado dos irmãos, como também de suas vivências atuais, uma vez que os pais mostraram-se contínuos e abriram possibilidades para o contato entre os irmãos. Assim, os adotados mostraram bom desenvolvimento, criação de vínculos familiares, apresentaram-se socialmente disponíveis e participativos, demonstrando empatia e capacidade de fazer amizades.

Outrossim, ainda revelando a complexa trama que envolve a adoção, em alguns casos, aquelas famílias adotivas que demonstraram abertura para o contato com os irmãos biológicos de seus filhos, viabilizaram novas adoções no mesmo núcleo familiar e o reencontro entre os irmãos que, inicialmente, haviam sido separados para terem iguais chances de adoção e, no entanto, não obtiveram êxito em sua tentativa de colocação. Em outros casos, isto se estendeu também aos irmãos biológicos recém-nascidos que não conheciam mas que davam entrada na instituição.

Sob o olhar da Psicanálise Vincular, o vínculo é um fazer constante entre sujeitos – contínua e descontinuamente – que cresce, fortalece-se, desvitaliza-se ou se rompe, acreditando que o que emerge é sempre renovado pela experiência vincular: “um vínculo faz outro se tornar outro, ambos se tornam outros dos outros que eram antes daquele vínculo e os lugares adquirirão outros sentidos mais móveis, mais mutáveis” (BERENSTEIN, 2007, p.27). Nessa perspectiva, assim como as famílias contemporâneas, a prática e a cultura da adoção também caminham com visíveis mudanças.

Os dados indicam que o perfil do adotante tem se modificado gradativamente e as possibilidades de adoções abertas, sem segredo e com menos tabu e preconceito, têm aumentado a chance de êxito na busca de candidatos para adoções tardias e necessárias como as de irmãos. Destarte, as alternativas encontradas para se fazerem cumprir as leis que regem a adoção e protegem a não separação dos irmãos com vínculos de afeto entre si vêm imprimindo novas formas de se pensar a adoção e de se formar “famílias adotivas” oriundas

dos relacionamentos estabelecidos pelas adoções “simultâneas” – geradas pela fragmentação do grupo de irmãos e o estabelecimento do compromisso legal de se manter o vínculo fraterno.

Ainda que os exemplos a seguir digam respeito apenas a casos de adoção internacional, sabe-se que a manutenção do contato entre irmãos também vem ocorrendo em famílias nacionais. No entanto, por desejar apreender o desenlace do compromisso feito com os irmãos e com a justiça, na ausência de relatórios e registros de acompanhamento contínuo sobre o pós-adoção nacional, optou-se por exemplificar com trechos retirados desses relatórios, os quais seguem a determinação do ECA⁶⁷:

Exemplo 1: Tratava-se de um grupo de 5 irmãos E. atinge a maioria e os 4 irmãos que permaneceram acolhidos foram divididos em dois grupos adotados simultaneamente por dois casais italianos. Os quatro se encontram com frequência, as casas são relativamente próximas e existe um ótimo relacionamento entre as duas famílias e elas se frequentam, saem juntas sempre e isso contribui para sua serenidade. Durante as noites de verão, organizam festas e churrascos ao ar livre, já que em ambas as casas possuem jardim. Os irmãos estão muito felizes de estarem com suas famílias, são muito unidos entre eles, um deles diz: “estamos contentes porque os nossos pais cuidam e gostam de nós, além disso nós moramos perto dos nossos irmãos” (Relatório pós-adoção internacional, G105-5).

Exemplo 2: Trata-se de um grupo de 8 irmãos, 2 foram reinseridos em família de origem e os outros 6 permaneceram muito apegados e com demonstrações de carinho entre eles, estão sempre apegados uns com os outros, especialmente o mais velho com os mais novos. Foram divididos em 3 grupos e, após tentativas frustradas de adoção nacional, inseridos em família internacional. [...] Relatório pós-adoção: A família C. continua relacionando-se assiduamente com a família V., que adotou os outros 2 irmãozinhos das crianças e com a família S. De fato, as crianças estavam no mesmo abrigo e os contatos são frequentes, apesar da distância com a família S. que mora no norte da Itália e adotou os outros 2 irmãozinhos mas mantêm contato pelo *Skype*. Viajaram juntos para a praia e puderam encontrar com os demais irmãozinhos, ficaram muito felizes de se reunir, poder passar um tempo juntos e se abraçarem. [...] muitas vezes organizam excursões e dias livres juntos. Os que moram mais próximos vão comer pizza e ao parque [...] Em suma, os irmãozinhos estão sempre em contato e se encontram todas as vezes que podem. [...] As crianças parecem ter criado profundo e sólido vínculo afetivo com ambos os pais, reconhecem e respeitam a autoridade parental, confiam neles com espontaneidade, individuando nos cônjuges grande ponto de referência (Relatório pós-adoção internacional, G78-8).

Diante desses relatos, percebe-se que os enlaces e desenlaces que constituem o vínculo fraterno nesse contexto da adoção de irmãos os levam a formar múltiplas fratrias e, conseqüentemente, múltiplas “famílias adotivas”, colocando, dessa maneira, em ação a função aglutinadora e social que a fratria pode exercer. De acordo com Jaitin (2008), o vínculo fraterno é um modelo identificatório e articulador que se caracteriza pela constituição de uma relação recíproca de um grupo interno organizado pela história familiar e social que se inscreve por meio de alianças inconscientes e exerce uma função mediadora entre o grupo

⁶⁷Art.52, § 4º, inciso V da Lei 12.010 (BRASIL, 2009).

familiar e o grupo de pares, bem como de transformação da estrutura dos vínculos fraternais no âmbito intra, inter e transsubjetivos.

Todavia, “quando o grupo familiar apresenta falhas, a fratria pode vir a ser um espaço de sofrimento. Porém, em todos os casos é o pivô central na construção psíquica do sujeito” (JAITIN, 2008, p.3, tradução nossa). Destarte, devido às suas características, o vínculo fraterno é o mais jovem e o mais maleável da instituição familiar; toma, em cada família, uma modalidade particular e, portanto, é o motor transformacional da família como conjunto, o qual sofrerá transformações por toda a vida e de acordo com as vicissitudes a que se vê confrontado. Nas palavras da autora: “ele se transforma a si mesmo e por este feito, transforma a família que o transforma” (JAITIN, 2005, p.3, tradução nossa).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atualidade, a manutenção dos vínculos fraternos na adoção, é protegida pela Lei da Adoção 13.509/2017, a qual reforça que os irmãos sejam colocados na mesma instituição de acolhimento e na mesma família em caso de guarda, tutela ou adoção, salvo quando comprovada a existência de risco que justifique a sua excepcionalidade e solução diversa. Além disso, oferece prioridade para os interessados em adotar irmãos, desde que com prévia preparação e acompanhamento para os futuros pais e igualmente para as crianças/adolescentes. No entanto, diante das restritas perspectivas de garantir as adoções conjuntas, a vulnerabilidade em que se colocam esses irmãos ameaçados de perder o único elo que lhes restam – o da fratria – gera muita angústia em todos os envolvidos, principalmente no momento de decidir sobre o destino do grupo.

Por conseguinte, a impossibilidade de se prognosticar todos os casos particulares devido à complexidade do processo de adoção de irmãos impõe dificuldades quanto à aplicação do princípio do melhor interesse da criança. Além disso, caracteriza-se como um desafio ao aplicador do Direito, na sua função de intérprete, uma vez que a interpretação, presa à letra fria da lei, pode levar o processo à devolução e, em outros casos, à inviabilidade do mesmo.

Face a esses impasses, a interlocução entre o Direito e a Psicologia/Psicanálise é cada vez mais necessária e frequente, resultando em contribuições efetivas e articuladas, as quais o campo jurídico não pode mais desconsiderar. Desse modo, foi nessa perspectiva interdisciplinar que este estudo procurou, por meio da pesquisa documental, descrever a trajetória de irmãos desde a sua saída da família de origem até nova inserção familiar, adotiva ou em família extensa, passando pelo período de acolhimento. Propondo-se, assim, refletir sobre as decisões constantes dos autos, a fim de obter melhor compreensão sobre a adoção de irmãos e suas leis vigentes.

Nesse cenário, observou-se que a prática e a cultura da adoção caminham para visíveis mudanças e apontam para diferentes análises e avaliações quanto ao perfil dos adotantes e às possibilidades de manter ou não vínculos entre a criança e sua família de origem. Concomitantemente, os avanços significativos na legislação brasileira mostram que para a construção de novas práticas é necessário enfrentar desafios, quebrar paradigmas e, por meio de experiências bem-sucedidas, criar alternativas e encontrar medidas que aumentem as

chances de êxito para a complexa adoção de grupo de irmãos, a qual envolve, ao mesmo tempo, a adoção conjunta e a de crianças maiores.

A promulgação da lei da adoção 12.010/2009 marca a primeira alteração realizada no Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de determinar importantes modificações que assegurassem a sua efetiva implementação. Ao propor diretrizes específicas para a garantia do direito à convivência familiar e comunitária, instituiu os vínculos de afeto e afinidade enquanto alicerce do núcleo familiar e como seu elemento de legitimação. Com isso, dispõe a família extensa ou ampliada como possibilidade de reinserção da criança em situação de risco e amplia o conceito de família, distanciando-o de uma conformação até então mais rígida e sustentada pelo lastro da consanguinidade e, notadamente, por papéis e funções parentais personificados nas figuras de um pai e de uma mãe.

Na literatura estudada, verificou-se que após a implementação dessa lei, houve ativa atuação dos Grupos de Apoio à Adoção para garantir às famílias efetiva participação em cursos de preparação psicossocial e jurídica para a adoção e, igualmente, boas iniciativas e significativo movimento dos profissionais em cumpri-la. Estes denotaram grandes esforços voltados ao trabalho de reinserção familiar e atribuíram visível importância à não separação dos irmãos, visando à colocação conjunta e ao não rompimento dos vínculos afetivos, mesmo no caso de adoção de um deles. Como resultado, perceberam-se ampliação e modificações no perfil do filho desejado e uma redução no número de irmãos nas instituições de acolhimento. Assim, em 2009, os percentuais registrados no CNA eram de 74% de irmãos e apenas 14% de pretendentes que mencionavam aceitar adotar irmãos no processo de habilitação, ao passo que, em janeiro de 2019 o Cadastro Nacional de Adoção registrou 52,4% de irmãos institucionalizados, para 36% de pretendentes a grupo de irmãos.

Em contrapartida, constatou-se a permanência de concepções do passado nas práticas dos profissionais relacionadas aos conceitos de institucionalização revelados, pelo longo tempo, que as crianças permanecem institucionalizadas aguardando a “reorganização familiar” e pela incessante e, na maioria das vezes, frustrada corrida da justiça atrás dos genitores e membros da família extensa os quais, geralmente, não possuem relacionamento de convivência ou vínculo de afetividade. Esse fato aponta uma busca à reinserção familiar permeada por desacertadas interpretações da lei vigente a respeito do conceito de família, ainda priorizando-se os laços biológicos e de parentesco.

No que se refere ao posicionamento da Vara da Infância e Juventude estudada, desde 2002 as tomadas de decisões frente aos processos de adoção de grupo de irmãos pontuavam que o direito da criança prevalecia sobre o direito do irmão permanecer junto, posicionando-

se a favor do desmembramento do grupo, para que a não separação condenasse a todos. Sendo assim, na inviabilidade da integração conjunta, inclusive em famílias estrangeiras, avaliava-se o tipo de vinculação existente entre os membros da fratria e tentava-se dividir os irmãos em grupos menores, com dois ou três membros, esgotando todas as alternativas até chegar-se à derradeira separação. Nessas situações, os profissionais confiavam no devido preparo técnico para evitar traumas e minimizar os lutos.

Com tal intento, estabeleceram algumas medidas como, por exemplo, não separar irmãos com idade inferior a 7 anos, procedendo ao desmembramento do grupo somente a partir dos 8 anos, para não dificultar a adoção e, levando em consideração, já no momento da seleção dos pretendentes, a disposição dos mesmos em conservar os vínculos com os outros membros do grupo. Assim, na tentativa de manter o contato, procuravam, sempre que possível, diminuir a distância entre as cidades de destino dos irmãos e também realizar as adoções de forma simultânea, iniciando o contato entre as famílias a partir do estágio de convivência, o que estimula a manutenção dos vínculos existentes entre a fratria, mesmo que em famílias separadas.

Ademais, passados alguns anos, poder acompanhar os processos de irmãos realizados no período de 10 anos – 01.01.2007 a 31.12.2016 – permitiu conhecer a trajetória de 64 grupos de irmãos, o que correspondeu a 227 crianças, 150 tentativas de reinserção (70 frustradas) e 197 tentativas de adoção, sendo 100 conjuntas/fragmentadas e 97 separadamente (47 sem contato e 50 com contato) das quais 50 incorreram em retorno à instituição. É importante destacar que houve casos em que uma mesma criança/adolescente chegou a passar por até 5 tentativas de inserção em família substituta, vivendo, dessa forma, um longo e doloroso trajeto, permanecendo acolhida por período superior a sete anos, conseguindo adaptar-se apenas após inserção na família adotiva do irmão biológico, do qual havia sido separado.

A composição dos grupos variou de 2 a 8 irmãos, no entanto, verificou-se que mesmo os que faziam parte de um grupo menor, no momento da institucionalização, integravam um grupo maior de irmãos, os quais já haviam passado pelo acolhimento, ou davam entrada após a saída do irmão, fator que prolongava os processos de medida protetiva por até 10 anos; além disso, alguns processos ainda estavam em andamento no momento que se encerrou a coleta de dados. Outro aspecto constatado foi que os grupos maiores aumentaram a chance de colocação da criança/adolescente com pelo menos um dos irmãos, enquanto os adotados em pares apresentaram maior índice de adoções separadas, sem contato e também com maior número de retorno à instituição.

Outrossim, as decisões constantes nos autos refletiram que o direito dos irmãos serem acolhidos conjuntamente, conforme preconiza o art.92 do ECA, vem sendo efetivamente cumprido, pois foram raras as menções em que os irmãos foram acolhidos em instituições diferentes, e, quando ocorreram, justificaram-se em decorrência da diferença de idade ou sexo, graves problemas de comportamento, maus tratos entre eles, comportamentos sexualizados ou por influência negativa que incitava o irmão a realizar infrações ou fugas. Porém, quando separados, eram previstas atividades conjuntas e visitas regulares, atendendo ao art.28 §4º do ECA.

Do mesmo modo, os profissionais não pouparam esforços em tentar atender a preferência por família extensa declarada no art.19, §3º, recorrendo às políticas públicas e programas de caráter assistencial para ajudar as famílias a se reorganizarem e a superar os motivos que deram início à ação da medida protetiva e ao afastamento da criança. Todavia, as excessivas tentativas de reinserção, acrescidas, em determinadas situações, do apego ao biológico e da passagem despercebida das discrepâncias atravessaram a escuta e a devida avaliação do perfil da família, dos laços de afinidade e das possibilidades de convívio. Esses fatores geravam o desencontro de interpretações entre o desejo da família, da criança e dos profissionais envolvidos, juntamente com o Estado.

Evidenciou-se que o fato da família extensa possuir laços de sangue com as crianças/adolescentes não significava que estivessem preparadas para receber os irmãos e, apesar de se apresentar como a única solução viável no momento, a trajetória que se seguiu mostrou que retornar ao ambiente previamente diagnosticado como “desfavorável”, inclusive de famílias que já haviam sido destituídas do poder familiar, a reintegração ou restituição do poder familiar não os afastou das situações de risco e vulnerabilidade. Além disso, nos casos em que o prognóstico foi possível de ser acompanhado, estes findaram em pagamento de medidas socioeducativas e, após a maioridade, em processos criminais.

Com relação à minimização do tempo de espera em relação à destituição do poder familiar, condição que disponibiliza crianças e adolescentes para adoção, observou-se a prática recorrente do apadrinhamento afetivo e das famílias acolhedoras, em detrimento da instituição de acolhimento, seguindo o art.34 do ECA; esperava-se, assim, assegurar cuidado e amparo individualizados, além de oferecer oportunidades de convívio familiar e social. De maneira semelhante, foi comum encontrar colocações de guarda sob risco processual, advertidas em audiência e sob a ciência dos adotantes, as quais, assim como as demais modalidades, apareceram como medida de proteção na tentativa de abreviar a permanência dos irmãos no abrigo e abrir portas para aqueles com remota possibilidade de adoção.

Ademais, notou-se grande compromisso e dedicação de todos os envolvidos para que os vínculos e o contato entre irmãos fossem mantidos, mesmo frente à inviabilidade da adoção conjunta, considerando que o ECA ressalva o direito de convivência entre os irmãos, não havendo impedimentos para que, em audiência e de comum acordo, esse direito seja resguardado entre as famílias após concedida a adoção separadamente. Desse modo, garantia-se, dentre outros direitos, o caráter provisório da medida de acolhimento (art.101 do ECA), principalmente em casos de acentuado alongamento dessa medida, extrapolando inclusive o limite legal do art.19, §2º do ECA, sem que houvesse sucesso nas tentativas de inserção em família extensa ou substituta que atendesse ao(s) irmão(s). Desse modo, a adoção, ainda que separada, configura-se num caminho viável e mais benéfico do que a manutenção do acolhimento.

No tocante à alternativa da separação, de um modo geral, as razões e justificativas apresentadas relacionavam-se às seguintes circunstâncias: dificuldade de se encontrarem pretendentes que aceitassem adotar duas ou mais crianças; solicitação da remoção de um dos irmãos por problemas de comportamento ou falta de adaptação na família com um ou ambos os pretendentes; crianças que apresentavam risco de comportamento sexualizado entre irmãos; grande diferença de idade; paternidade diferente e ausência de convívio anterior ou que julgaram não possuir vínculo estabelecido devido à tenra idade. Acrescente-se que crianças dependentes de atenção e cuidados exclusivos para suportar o trauma, portadoras de doenças ou necessidades específicas de maternagem e paternagem consistentes para o bom desenvolvimento, também foram inseridas, individualmente, em família adotiva.

Nesses casos, confirmaram-se a continuidade dos posicionamentos e o critério de afinidade para o desmembramento do grupo de irmãos, aqui já mencionados. É importante salientar que esse tipo de adoção acarreta, aos profissionais, a complexa situação na qual, independentemente do número extenso de irmãos que formem uma fratria, é preciso identificar, de modo claro e evidente, qual é o irmão mais significativo para cada um deles e traçar um plano de inserção familiar e sustentação dos vínculos entre os mesmos (LEATHERS, 2005). Além disso, a equipe passou a realizar o desligamento e entrega de ambos os irmãos simultaneamente e na presença das respectivas famílias ou responsáveis. Nessas circunstâncias, as famílias adotivas ou famílias acolhedoras, padrinhos afetivos e instituição – como representantes do irmão que não foi adotado – se comprometiam, em audiência, a preservar a convivência entre eles, bem como prever atividades conjuntas entre os mesmos, de modo a manter e fortalecer os vínculos fraternos.

O acordo referente à manutenção desse contato era estabelecido pelos adotantes, constando, da parte do Estado, as seguintes sugestões: frequência à mesma escola; encontro nos fins de semana ou uma vez ao mês, em locais neutros e em outros momentos, na casa de um e de outro, bem como em datas comemorativas e aniversários. Contudo, inicialmente, a decisão das famílias nacionais consistia, geralmente, em encontros mensais em local neutro, de caráter recreativo e em datas festivas; dessa forma, incumbiam-se de atender às exigências legais referentes à manutenção de vínculos afetivos entre grupos de irmãos. Ressalta-se que, pelos registros, não foi possível saber se realmente aconteceram e de que forma as famílias se organizaram. Diferentemente, nos casos de adoção internacional, os relatórios de acompanhamento de pós-adoção das famílias estrangeiras disponibilizavam detalhes de informações, no período de observação de 24 meses, e revelavam maior envolvimento entre os irmãos e suas respectivas famílias adotivas.

Quantitativamente, as adoções separadas sem contato apresentaram um número 50% maior de fracasso quando comparados com as adoções separadas com contato, entretanto não apresentaram diferença significativa quando comparadas às adoções conjuntas/fragmentadas mal sucedidas. Qualitativamente, os fatores identificados que contribuíam para o sucesso ou não das adoções estiveram relacionados ao tipo de vínculo existente entre os irmãos e à figura e função do irmão mais velho exercida em cada fratria, como também ao relacionamento fraterno que surgia por meio da adoção e às características apresentadas pelos pretendentes. Além disso, mesmo que os irmãos não julgassem necessário viverem juntos, manifestavam o desejo de ter informações e a garantia do seu direito à manutenção do contato, especialmente em relação ao irmão que não era adotado.

A literatura acerca da temática aqui estudada referenda que, independentemente do status adotivo, o efeito protetor e a figura de protagonista do irmão emerge como vínculo de referência e afeto frente à ruptura familiar e o acolhimento obriga a fratria a se constituir como grupo para enfrentar a desintegração da identidade individual sofrida. Assim sendo, mesmo em se tratando de grandes grupos, a preferência e apoio às colocações conjuntas de irmãos vêm sendo declarados, ainda que em pares, visto ser esse tipo de adoção tão ou mais estável do que as individuais (separados de todos os irmãos) ou de filhos únicos. Nesse sentido, as pesquisas apontam que as crianças que foram institucionalizadas ou adotadas com pelo menos um de seus irmãos têm se mostrado mais propensas a se sentirem integradas, têm melhor aproximação com os pais adotivos ou cuidadores, manifestam menos problemas emocionais ou escolares e forte senso de pertencimento, o que aumenta sua capacidade de

formar vínculos, podendo a presença de um irmão tornar-se um facilitador no ajustamento e na ligação com os pais adotivos.

Em consonância com tais afirmações, realmente as relações com os irmãos demonstraram oferecer proteção, segurança, além de suavizar o sofrimento da separação e atuaram, em alguns casos, como facilitador da adoção; acrescente-se o fato de que estarem juntos suscitou expectativas saudáveis quanto ao desejo de participar de uma família. Outrossim, houve resultado positivo quando associado a pretendentes que demonstraram capacidade adequada para exercer a parentalidade, com sensibilidade para identificar a individualidade e as peculiaridades de cada filho e sua referida faixa etária, tal como para manejar diferentes manifestações de comportamento e dinâmicas conflituais, as quais não deixaram de existir, porém foram enfrentadas pelos pais com tenacidade e continência. Esses pais, apesar de em determinados momentos pensarem que não dariam conta de criar duas ou mais crianças ao mesmo tempo, decidiram seguir em frente com a adoção, superando todas as diferentes fases do período de adaptação e de convivência.

Complementa-se mencionando que os resultados desta pesquisa evidenciam que o perfil dos adotantes pode ser considerado uma variável importante para o sucesso nas adoções que envolvem irmãos, haja vista identificarem casos em que, após tentativas mal sucedidas, algumas crianças/adolescentes conseguiram inserção exitosa em uma nova tentativa, em cuja família encontraram conforto e acolhimento, assim como espaço e permissão para inserir seus irmãos biológicos e sua história passada. Nesse novo contexto, desenvolveram-se e apresentaram-se socialmente ativos e participativos, demonstrando capacidade de empatia para estabelecer relacionamentos de amizade.

Tais registros sinalizam que a família adotiva deverá ter ouvido mais atento às questões dos irmãos biológicos existentes, fugir do segredo e conversar abertamente sobre a adoção e, quando seguro e de acordo com o melhor interesse da criança, permitir a convivência entre os irmãos que foram adotados separadamente. No entendimento de Benghozi (2010), a negação ou exclusão dos vínculos biológicos da criança confere a adoção apenas a noção de filiação do ponto de vista jurídico e pode dividir as crianças em conflitos de lealdade entre a filiação biológica ou adotiva, o que gera conflito inadministrável e consequências no nível psíquico; enquanto, de outro lado, a clareza e o reconhecimento de um vínculo duplo, o da filiação biológica “e” o de uma afiliação adotiva pode ser fonte de enriquecimento na construção da identidade da criança adotada.

De fato, percebeu-se que nas inserções em famílias com melhor comunicação e maior abertura para a verdade e o reconhecimento da história que precedeu a adoção, incluindo as

pessoas que fizeram parte dessa trajetória da criança e, dessa forma, a existência dos irmãos e de uma família biológica, permitiu que a criança se reinventasse sob um romance genealógico da adoção dentro de uma nova filiação. Assim, os irmãos permitiram ser maternados e, independentemente de estarem juntos ou separados, isso contribuiu para que os mesmos se sentissem no direito de investir na relação fraterna e se reconhecessem irmãos.

Diferentemente, ocorreu nos casos em que havia dúvidas e inseguranças sobre a adoção, falta de abertura para falar e acolher as experiências anteriores da criança. Nessas situações as relações mostraram-se mais conflituosas e tenderam a resultar em adoções que não obtiveram êxito.

Outro fator característico das adoções de irmãos foi identificado na rede de parentesco adotivo que se cria a partir da adoção separada ou fragmentada da fratria, modalidade que liga as famílias adotivas de maneira complexa entre si e impondo grande desafio – lidar com as diferentes visões que cada família pode ter em relação à origem da criança, a negociação das “fronteiras” familiares no que se refere à permissão ou não do contato e o seu gerenciamento pós-adoção. Desse modo, a convivência que se pretende manter para garantir a perpetuação dos vínculos frateros vai dar o tom das novas relações de parentesco, o que passará pela compreensão das significativas mudanças na estrutura familiar e do lugar e papel que cada um ocupará nessa nova configuração.

Nesse sentido, cabe aos pais o desempenho de uma função vital na sustentação dos vínculos entre os irmãos colocados separadamente e, obviamente, uma série de acordos, esforços e recursos consideráveis. Na visão de Kaës (2005), o fraterno é necessariamente mantido por uma relação dialética que se origina no parental e se abre na filiação, incluindo, dessa forma, uma compreensão da função da criança no projeto parental e familiar, funções e subjetividades que vêm se transformando no curso da história cada vez que operam uma função na ordem social. Todavia, pode-se dizer que, essa modalidade de adoção se distingue das demais e, até certo ponto, os envolvidos são precursores desse tipo de relacionamento, com todas as incertezas e a criatividade que isso acarreta. Por esse motivo, a finalidade da manutenção do contato entre irmãos, seus efeitos e contribuições sempre devem ser revisitados, resguardando todas as ressalvas e preocupações com a segurança das famílias e principalmente da criança e do adolescente envolvidos.

Não obstante, todo esforço para se fazer valer a lei que protege os vínculos frateros deve passar pelo trabalho com pretendentes, crianças e equipe de profissionais no momento de se avaliar e conduzir o grupo de irmãos, tendo em vista que apenas aumentar o número de pretendentes que aceitem adotar irmãos, ou ainda, criar novas leis e assinar decretos, não é o

suficiente para mudar o cenário atual. Dessa forma, não se pode deixar de registrar que a institucionalização dos irmãos revelou-se como um sintoma que aponta as falhas da família, do Estado e de todo o sistema de assistência e de leis que, conquanto visem à proteção, vêm falhando nas suas garantias. Portanto, insiste-se na urgência e na demanda de políticas públicas mais efetivas, que atuem sobre as causas e estanquem o ciclo de desestruturação familiar e violência que ocasiona a institucionalização de tantos irmãos.

Espera-se que esta pesquisa sirva de auxílio à compreensão da trajetória dos irmãos frente à ruptura familiar e à institucionalização. Também espera-se ter elucidado sobre o papel que os irmãos, e cada um dos envolvidos, podem desempenhar nas experiências positivas ou nos obstáculos que tornam a adoção bem sucedida ou inexitosa; deseja-se, ainda, que este trabalho se torne uma fonte de informação e apoio para a realização de trabalhos de conscientização e sensibilização na preparação e acompanhamento de adotantes e adotados, de reflexão da equipe interdisciplinar sobre o seu papel no decorrer da medida.

Quanto aos procedimentos utilizados, embora a pesquisa tenha abrangido informações ao longo do período de dez anos, acompanhando os irmãos desde o início das denúncias, sua entrada nos cuidados, a passagem pelo acolhimento até à nova inserção familiar, a ênfase era dada no indivíduo e não no vínculo fraterno. Diante disso, houve a necessidade de se construir a trajetória desses irmãos, com a finalidade de se compreender a complexa dinâmica fraterna, ou seja, a movimentação de idas e vindas, a chegada de novos irmãos e a evasão ou maioria dos mais velhos, assim como os motivos que levaram à separação ou a permanência do grupo, já que tais informações não eram dadas a priori nos processos. Esses limitavam-se aos registros documentais produzidos por terceiros, em um banco de dados que, apesar de digitalizado, não foi projetado para esse tipo de questões; em alguns momentos, perceberam-se opiniões divergentes sobre a mesma situação e, também, obstáculos para seguir o caminho da medida protetiva até os processos de adoção de todos os irmãos.

Tais limitações, apontam para uma necessária mudança no fluxo de informação e trabalho voltados para o atendimento das necessidades de crianças e adolescentes que se encontram nessa situação de violência e vulnerabilidade familiar. Dessa forma, demanda-se também uma maior integração dos documentos e registros assim como do envolvimento de esforços verdadeiramente característicos de um trabalho “interprofissional”, com interação, compartilhamento e diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento.

Vale destacar a relevância do reconhecimento quanto as adoções de irmãos podem ser beneficiadas por pesquisas e estudos de revisão bibliográfica, haja vista que disponibilizam informações e discutem sobre as políticas de bem-estar infantil e sobre as decisões práticas,

reforçando o argumento de que os filhos por adoção devem ser colocados junto de seus irmãos sempre que possível e, igualmente, proporcionando benefícios efetivos e reais para os sujeitos envolvidos.

Acredita-se que, além da comparação entre os resultados pela adoção conjunta ou separada da fratria, esta, poderia ser ainda mais beneficiada com estudos voltados para o aprofundamento na avaliação das consequências da separação, principalmente do ponto de vista das crianças; no acompanhamento dos relacionamentos entre irmãos no período de pós-adoção, o que poderia ocorrer, inclusive, por meio dos registros padronizados das participações nos programas oferecidos pelos Grupos de Apoio à Adoção (GAA); investigação mais profunda a respeito das características dos pretendentes centrando-se, porém, nos fatores afetivos e emocionais daqueles que aceitam e, particularmente, que conseguem obter êxito no projeto de adotar irmãos. Acrescenta-se ainda a realização de projetos que avaliem a eficácia de intervenções de apoio e preparação voltados, especificamente, para o grupo de irmãos e a avaliação dos vínculos horizontais.

Por fim, é de suma importância que os profissionais envolvidos nesta temática possam se voltar também para a realização de pesquisas sobre estudos de casos ou para os registros de suas experiências correspondentes às adoções de grupos de irmãos dentro do judiciário. Isso porque, apesar das considerações a respeito do significativo papel que os vínculos fraternos podem desempenhar no desenvolvimento psíquico, emocional e social da fratria e do respaldo legal para a manutenção dos mesmos, a construção de novas práticas bem como as tomadas de decisões, nestas complexas adoções, muitas vezes, baseiam-se pelo conjunto de experiências bem-sucedidas, ou pela ausência delas.

REFERÊNCIAS

- ACHENBACH, T. M.; EDELBROCK, C. Child behavior checklist. **Burlington (Vt)**, v. 7, 1991.
- ALDRIDGE, M. J.; CAUTLEY, P. W. Placing siblings in the same foster home. **Child Welfare: Journal of Policy, Practice, and Program**, v. 55, n. 2, 1976. p.85-93.
- AMARILLA, S. D. A. **O afeto como paradigma da parentalidade**: os laços e os nós na constituição dos vínculos parentais. Curitiba: Juruá, 2014.
- ARGENT, H. **Ten top tips for placing siblings**. London: British Association for Adoption and Fostering (BAAF), 2008.
- ARNAUD, M. Forme de résilience dans le groupe fraternel. **Le Divan Familial**, v. 10, n. 1, p. 123, 2003.
- ARNT, O.; SCARDOELLI, S. **Entidades criticam projeto do Senado que cria o Estatuto da Adoção**. Disponível em:<http://www.al.rs.gov.br/agenciadenoticias/destaque/tabid/855/IdMateria/314816/Default.aspx>. Acesso em: 24 jan. 2019.
- BANK, S. P.; KAHN, M. D. **El vínculo fraterno**. New York, Basic Books. 1988.
- BARANGER, W.; BARANGER, M. La situación analítica como campo dinámico. In: **Problemas del campo psicoanalítico**. Ediciones Kargieman. Buenos Aires, 1969.
- BARTH, R. P.; BERRY, M. Outcomes of Child Welfare Services under Permanency Planning. **The social service review**, v. 61, n. 1, p. 71-90, 1987.
- BENGHOZI, P. D. **Malhagem, filiação e afiliação: Psicanálise dos vínculos: Casal, família, grupo, instituição e campo social**. São Paulo: Vetor, 2010.
- _____. A clínica dos vínculos na abordagem Psicanalítica: Violência, Drogadição, Marcas corporais, (Trans)Sexualidade. 2018. São Paulo: USP. Notas de aula.
- BENGHOZI, P.; FÉRES-CARNEIRO, T. Laço fraterno e continente fraterno como sustentação do laço genealógico. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Casamento e família: do social à clínica**. Rio de Janeiro: NAU, 2001. p. 112-118
- BERENSTEIN, I. **Psicoanalizar una familia**. Buenos Aires: Paidós, 1990.
- _____. **Del ser al hacer**. Buenos Aires: Paidós, 2007.
- BERENSTEIN, I.; PUGET, J. **Lo vincular: clínica y técnica psicoanalítica**. Buenos Aires: Paidós, 1997.
- BERNARDI, D. F.; GUARÁ, I. M. F. R. **Plano Individual de Atendimento para crianças e adolescentes em programas de proteção**. 6 de março de 2018. Disponível em: <http://acolhimentoemrede.org.br/artigo-plano-individual-de-atendimento-para-criancas-e->

adolescentes-em-programa-de-proteção/. Acesso em: 20 nov. 2018.

BION, W. R. (1950) The imaginary twin. British Psychoanalytical Society, Nov.1, 1950. In: **Second Thoughts** (1967).

BOER, F.; DUNN, J. **Children's sibling relationships: developmental and clinical issues**. 1. ed. New York: Psychology Press, 1992.

BOER, F.; MICHEL WESTENBERG, P.; VAN OUYEN-HOUBEN, M. M. J. How do sibling placements differ from placements of individual children? **Child and youth care forum**, v. 24, n. 4, p. 261–268, 1 ago. 1995.

BOER, F.; SPIERING, S. M. Siblings in foster care: success and failure. **Child psychiatry and human development**, v. 21, n. 4, p. 291-300, Verão 1991.

BORDIN, I. A. S. **Validação da versão brasileira do Child Behavior Checklist ou Inventário de Comportamentos da Infância e Adolescência: dados preliminares**. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), 1992.

BOWLBY, J. **Cuidados maternos e saúde mental**. São Paulo: Martins Fontes. 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942**. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. (Redação dada pela Lei nº 12.376, de 2010). Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657.htm. Acesso em: 12 out.2018.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 12 out.2018.

_____. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 23 jan. 2019.

_____. **Lei nº 12.010, de 8 de agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm Acesso em: 19 jan. 2019.

_____. **Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017a**. Dispõe sobre adoção e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Brasília: Presidência da República, 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13509.htm. Acesso em: 19 jan. 2019.

_____. **Projeto de lei do Senado nº 394, de 2017**. Dispõe sobre o Estatuto da Adoção de Criança ou Adolescente. Senado Federal (Senador Randolfe Rodrigues), 2017b.

BRODZINSKY, D.M. **Adjustment factors in adoption**. National Institute of Mental Health, 1983.

BRODZINSKY, D. M.; BRODZINSKY, A. B. The impact of family structure on the adjustment of adopted children. **Child Welfare League of America**, v. 71, n. 1, p. 69-76, jan. 1992.

BRUSSET, B. El vínculo fraterno y El psicoanálisis. **Revista de Psicoanálisis**, v.44, n.2, p.307-346, 1987.

BÜLOW, O.V. (1885). **La teoría de las excepciones procesales y los presupuestos procesales**. Buenos Aires: Libería El Foro, 2008. p.36

CAMARGO, M. L.; VALENTE, M. L. L. C. Modernidade, sujeito e famílias: paradigmas em transformação. In: VALENTE, M. L. L. C.; WAIDEMAN, M. C. (Org.). **E a família, como vai?** Assis: UNESP Publicações, 2005. p. 13-32.

CARVALHO, F. A. **Um estudo psicanalítico sobre adoção e devolução de crianças: a preparação dos pretendentes, a fase de aproximação e o acompanhamento do estágio de convivência**. 2017. 134f. Dissertação (Mestrado) – São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), 2017.

CARVALHO, F. A. *et al.* Grupos reflexivos com pretendentes a adoção: alcances e limites. In: OKAMOTO, M. Y.; EMÍDIO, T. S. (Org.). **Perspectivas psicanalíticas atuais para o trabalho com grupos e famílias na Universidade**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p.48-67.

CASTORIADIS-AULAGNIER, P. **La violencia de la interpretación**. Buenos Aires: Amorrortu, 1977.

CAVALCANTE, M. A. L. **Comentários à Lei 13.509/2017, que facilita o processo de adoção**. Disponível em: <https://www.dizerodireito.com.br/2017/11/comentarios-lei-135092017-que-facilita.html>. Acesso em: 21 jan. 2019.

CELLARD, A.; OTHERS. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, v. 295, p. 2010-2013, 2008.

CHILDREN ACT/1989. London: Stationery Office Limited, 1997.

CICIRELLI, V. G. **Sibling relationships across the life span**. 1.ed. New York: Springer Science and Business Media, 1995.

CNJ. **Sistema Integrado (CNA e CNCA) – Portal CNJ**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/cadastro-nacional-de-adocao-cna>. Acesso em: 21 jan. 2019a.

_____. **CNA – Cadastro Nacional de Adoção: Relatório de Crianças disponíveis (Nacional)**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>. Acesso

em: 21 jan. 2019b.

_____. **CNA – Cadastro Nacional de Adoção: Relatório de pretendentes disponíveis (Nacional)**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>. Acesso em: 21 jan. 2019c.

_____. **Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/cnca/publico/>. Acesso em: 24 jan. 2019d.

COHEN, P. *et al.* An epidemiological study of disorders in late childhood and adolescence? age- and gender-specific prevalence. **Journal of child psychology and psychiatry, and allied disciplines**, v. 34, n. 6, p. 851-867, 1993.

CONTENTE, S. R.; CAVALCANTE, L. I. C.; SILVA, S. S. C. Adoção e preparação infantil na percepção dos profissionais do Juizado da Infância e Juventude de Belém/PA. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 317-333, 2013.

COSSAR, J.; NEIL, E. Making sense of siblings: connections and severances in post-adoption contact. **Child and Family Social Work**, v. 18, n. 1, p. 67-76, 2013.

D'ANDREA, A. **Tempo de espera: como vivem as crianças, o casal e os trabalhadores sociais à espera da adoção**. São Paulo: Instituto de Terapia Familiar de São Paulo - ITFSP, 2012.

DE CARVALHO, D. M. *et al.* **Avaliação do comportamento infantil: uma revisão da literatura**. In: Anais do 3º Congresso de Iniciação Científica, 10º encontro de Pesquisadoras da Uni-FACEF, 2009.

DIAS, M. B. **Filhos do afeto: questões jurídicas**. 2 ed. São Paulo: Thomson Reuters - Revista dos Tribunais, 2017a.

_____. A prevalência hoje é da filiação socioafetiva. **Revista Brasileira do Instituto de Direito de Família**, 2017b.

DIGIÁCOMO, M. J.; DIGIÁCOMO, I. DE A. **Estatuto da Criança e do Adolescente anotado e interpretado: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (atualizado até a Lei nº 13.441/2017, de 08 de maio de 2017)**. 7. ed. Curitiba: Ministério Público do Estado do Paraná, 2017.

DRAPEAU, S. *et al.* Siblings in Family Transitions. **Family relations**, v. 49, n. 1, p. 77-85, 2000.

DUCATTI, M. A. G. **A tessitura inconsciente da adoção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

EIGUER, A. Y si Narciso tuviera una hermana. Hermanos, psicoanálisis de las configuraciones vinculares. **Revista de la Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupo**, v. 44, p. 15-30, 2001.

ELGAR, M.; HEAD, A. **An overview of siblings**. We are family: sibling relationships in placement and beyond, p. 19-27, 1999.

FAIMBERG, H. A la escucha del telescopaje de generaciones: pertinencia psicoanalítica del concepto. **Revista de antropologia social** / Departamento de Antropologia Social, Facultad de Ciencias Políticas y Sociologia, Universidad Complutense de Madrid, 1992.

FARR, R. H.; FLOOD, M. E.; GROTEVANT, H. D. The role of siblings in adoption out comes and experiences from adolescence to emerging adulthood. **Journal of family psychology: JFP: journal of the division of family Psychology of the American Psychological Association** , v. 30, n. 3, p. 386-396, 2016.

FESTINGER, T. **No one ever asked us: a postscript to foster care**. New York: Columbia Univesity Press, 1983.

FREUD, A.; DANN, S. An experiment in group upbringing. **The psychoanalytic study of the child**, v. 6, n. 1, p. 127–168, 1 jan. 1951.

FREUD, S. Sobre o narcisismo: uma introdução (1914). In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard brasileira. Volume XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p.77-108.

_____. Romances familiares (1909 [1908]). In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard brasileira. Volume IX. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p.217-222.

FURMAN, W.; BUHRMESTER, D. Children's perceptions of the qualities of sibling relationships. **Child development**, v. 56, n. 2, p. 448-461, 1985a.

_____. **Sibling Relationship Questionnaire**, 1985b. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1037/t06793-000>. Acesso em: 13 dez. 2018.

GAUY, F. V.; GUIMARÃES, S. S. Triagem em saúde mental infantil. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 22, n. 1, p. 5-16, 2006.

GHIRARDI, M. L. DE A. M. A relação fraterna na adoção: algumas reflexões. **Pediatria moderna**, v. 50, n. 3, 2014.

GOLDSMID, R.; FÉRES-CARNEIRO, T. Relação fraterna: constituição do sujeito e formação do laço social. **Psicologia USP**, v. 22, n. 4, p. 771-788, 2011.

GOMES, I. C. Famílias Reconstituídas: um novo desafio para a clínica contemporânea. In: **Clínica psicanalítica de casal e família**: a interface com estudos sociais. São Paulo: Santos Editora, 2009.

_____. Tragédia e esfacelamento familiar. In: WEISSMANN, L.; GOMES, I.C. **Atendimento psicanalítico de família**. GOMES, I.C (Coord.). São Paulo: Zagodoni, 2014. p.14-27. (Série Prática Clínica)

GOMES, I. C.; LEVY, L. A Psicanálise Vincular e a preparação de crianças para a adoção: uma proposta terapêutica e interdisciplinar. **Contextos Clínicos**, v. 9, n. 1, p. 109–117, 2016.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GROENINGA, G. C.; PEREIRA, R. DA C. **Direito de família e Psicanálise**: rumo a uma

nova epistemologia. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

GROTEVANT, H. D. Emotional distance regulation over the life course in adoptive kinship networks. **International advances in adoption research for practice**, p. 295-316, 2009.

GUARDIAN FOR CHILDREN AND YOUNG PEOPLE. **Children in care and contact with their siblings: literature review**. Australia: Government of South Australia, junho de 2011. Disponível em: <http://www.gcyp.sa.gov.au/wp-content/uploads/2011/07/2011-07-22-Sibling-Contact-Literature-Review-final-1.pdf?x26381>. Acesso em: 12 jan. 2019.

HADFIELD, L.; MAUTHNER, M.; EDWARDS, R. **Children's understanding of their sibling relationships**. Londres: Jessica Kingsley Publishers, 2005. Disponível em: <http://oro.open.ac.uk/id/eprint/7636>. Acesso em: 20 nov.2018.

HARRISON, C. Children being looked after and their sibling relationships: The experiences of children in the working in partnerships with "lost" parents research project. In: MULLENDER, A. (Ed.). **We are family: sibling relationships in placement and beyond**. London: British Association for Adoption and Fostering (BAAF), 1999a. p. 96-111.

_____. Young people, being in care and identity. In: MASSON, J. M.; HARRISON, C.; PAVLOVIC, A. (Ed.). **Lost and found: making and remaking working partnerships with parents of children in the cares system**. London: Arena, 1999b. p. 65-90.

HEGAR, R. L. Sibling relationships and separations: implications for child placement. **The social service review**, v. 62, n. 3, p. 446-467, 1988a.

_____. Legal and social work approaches to sibling separation in foster care. **Child Welfare**, v. 67, n. 2, p. 113-121, mar. 1988b.

_____. Assessing attachment, permanence, and kinship in choosing permanent homes. **Child Welfare**, v. 72, n. 4, p. 367-378, 1993.

_____. Sibling placement in foster care and adoption: An overview of international research. **Children and youth services review**, v. 27, n. 7, p. 717-739, 2005.

HEGAR, R. L.; ROSENTHAL, J. A. Kinship care and sibling placement: child behavior, family relationships, and school outcomes. **Children and youth services review**, v. 31, n. 6, p. 670-679, 2009.

_____. Foster children placed with or separated from siblings: outcomes based on a national sample. **Children and youth services review**, v. 33, n. 7, p. 1245-1253, 2011.

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental**. Porto: Universidade de Algarve, 2006.

HERRICK, M. A.; PICCUS, W. Sibling connections: the importance of nurturing sibling bonds in the foster care system. **Children and youth services review**, v. 27, n. 7, p. 845-861, 2005.

HOLLOWAY, J. S. Outcome in placements for adoption or long term fostering. **Archives of disease in childhood**, v. 76, n. 3, p. 227-230, 1997.

HOUZEL, D. As implicações da parentalidade. In: **Ser pai, ser mãe. Parentalidade: um**

desafio para o terceiro milênio. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo São Paulo, 2006. p. 47-51.

IBDFAM. Até quando esse drama? Especialistas indicam um longo caminho a ser percorrido pelo instituto da adoção. **Revista do Instituto Brasileiro de Família**, 2017a.

_____. **Série “Um olhar sobre a adoção”.** Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/noticias/6291/S%C3%A9rie+%22Um+olhar+sobre+a+ado%C3%A7%C3%A3o%22>. Acesso em: 21 jan. 2019b.

ISAACS, S.; BROWN, S. C.; THOULESS, R. H. The Cambridge evacuation survey; a wartime study in social welfare and education. **Man**, v. 43, p. 2123, 1943. DOI:10.2307/2792727

JAÏTIN, R. El incesto fraternal. Area 3. **Cuadernos de temas grupales e institucionales**, n. 10 - Verano de 2005. Disponível em: <http://www.area3.org.es/Uploads/a3-10-R-Jaitin-El-incesto-fraternal.doc>. Acesso em: 15 dez. 2018.

_____. “Clinique de l’inceste fraternel”. Comentario Irma Morosini. **Psicoanalysis and Intersubjetividad**, n. 3, junio de 2008. Disponível em: <https://www.intersubjetividad.com.ar/numero-3/clinica-del-incesto-fraternal/>. Acesso em: 20 jan. 2019. ISSN: 1850-4116

JAÏTIN, R.; CLÉAR, F.; PARIS, M. La construction du lien fraternel: filiation et origine. **Le Divan Familial**, 2003/1, n. 10, p. 69-79. DOI: 10.3917/difa.010.0069. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-le-divan-familial-2003-1-page-69.htm>. Acesso em: 20 jan. 2019.

JAMES, S. *et al.* Maintaining sibling relationships for children in foster and adoptive placements. **Children and youth services review**, v. 30, n. 1, p. 90-106, 2008.

JENKINS, J. Sibling relationships in disharmonious homes: Potential difficulties and protective effects. In: BOER, F.; DUNN, J.; DUNN, J.F. **Children’s sibling relationships: Developmental and clinical issues**. New York: Psychology Press, 1992. p. 125-138.

JONES, C. Sibling relationships in adoptive and fostering families: A review of the international research literature. **Children and Society**, v. 30, n. 4, jul., p.324-334, 2016.

JONES, S.; HACKETT, C. Redefining family relationships following adoption: adoptive parents’ perspectives on the changing nature of kinship between adoptees and birth relatives. **British journal of social work**, v. 42, n. 2, p. 283-299, 2012.

KAËS, R. Complexo Fraternal: aspectos de sua especificidade. In: RAMOS, M. (Org.) **Casal e Família como paciente**. 1 ed. São Paulo: Editora Escuta, 1994. p. 181-248.

_____. Os dispositivos psicanalíticos e as incidências da geração. In: EIGUER, A. **A transmissão do psiquismo entre gerações: enfoque em terapia familiar psicanalítica**. São Paulo: Unicmarco Editora, 1998. p.5-19

_____. O Complexo Fraternal. In: KAËS, R. **Os espaços psíquicos comuns e compartilhados: transmissão e negatividade**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p.139-154.

_____. **O complexo fraterno**. São Paulo: Ideias e Letras, 2011.

_____. **As alianças inconscientes**. São Paulo: Ideias e Letras, 2014.

KAËS, R. *et al.* **Transmisión de la vida psíquica entre generaciones**. Buenos Aires: Amorrortu, 1996.

KANCYPER, L. **El complejo fraterno: estudio psicoanalítico**. 1.ed. Buenos Aires: Lumen, 2004.

KOSONEN, M. Maintaining sibling relationships – Neglected dimension in child care Practice. **British journal of social work**, v. 26, n. 6, p. 809-822, 1996.

_____. Core and kin siblings: foster children's changing families. **We are family: sibling relationships in placement and beyond**, p. 28-49, 1999.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M. Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. **VI Simpósio Internacional**, 2015.

LABUTO, M. **O Processo de Adoção e o novo cadastro nacional de adoção**. In: VI Congresso Internacional de Direito das Famílias; VI Congresso do IBDFAM-RJ, 16 set. 2018.

LACAN, J. **Os complexos familiares**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

LEATHERS, S. J. Separation from siblings: associations with placement adaptation and outcomes among adolescents in long-term foster care. **Children and youth services review**, v. 27, n. 7, p. 793-819, 2005.

LEVY, L.; DIUANA, S.; PINHO, P. G. R. O Grupo de Reflexão Como Estratégia de Promoção de Saúde com Famílias Adotivas. **Mudanças – Psicologia da Saúde**, v. 17, n. 1, p. 39-42, 2009.

LEVY, L.; GOMES, I. C. Grupos de preparação à adoção: dos pretendentes às crianças. **Casal e família: teoria, pesquisa e clínica**, 2017.

LINARES, L. O. An understudied form of intra-family violence: sibling-to-sibling aggression among foster children. **Aggression and violent behavior**, v. 11, p. 95-109, 2006.

LINARES, L. O. *et al.* Reducing sibling conflict in maltreated children placed in foster homes. **Prevention science: the official journal of the society for prevention research**, v. 16, n. 2, p. 211-221, 2014.

LOEHLIN, J.; HORN, J.; ERNST, J. Parent: child closeness studied in adoptive families. **Personality and Individual Differences**, 48(2), p. 149-54, 2010.

LORD, J.; BORTHWICK, S. **Planning and placement for sibling groups**. The child placement handbook: research, policy and practice. London: BAAF, p. 401-419, 2009.

LOSSO, A. P.; SILVANI, L. Narciso y Edipo en los hermanos. Función fraterna, vínculo fraterno. **Revista de Psicoanálisis**, 2002.

LOSSO, A. P.; LOSSO, R.; LAGOMARSINO, L. S. Función fraterna, vínculo fraterno, vínculo de pareja. Una historia trágica. **XXVI Congreso Interno y XXXVI Symposium: “La cura en psicoanálisis”**. Tomo II. Trabajos Libres. 1998. p.295-302.

LUNDSTRÖM, T.; SALLNÄS, M. Sibling contact among Swedish children in foster and residential care – Out of home care in a family service system. **Children and youth services review**, v. 34, n. 2, p. 396-402, 2012.

MARTÍN, E.; MÁRQUEZ, L. El papel de los hermanos en el logro de objetivos en los programas de acogimiento residencial infantil. **Psychosocial Intervention**, v. 24, n. 1, p. 27-32, 2015.

MCROY, R. **Special Needs Adoption**. New York: Garland Publishing, 1999.

MEAKINGS, S.; COFFEY, A.; SHELTON, K. H. The influence of adoption on sibling relationships: experiences and support needs of newly formed adoptive families. **British journal of social work**, v. 47, n. 6, p. 1781-1799, 2017.

MINUCHIN, S. *et al.* **Families of the slums: An exploration of their structure and treatment**. New York: Basic Books, 1967.

MISSIO, J. **Crianças em contextos de vivência de rua: retratos a partir de desenhos-estórias**. 2017. Graduação em Psicologia – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM): Santa Maria (RS), 2017.

MOGUILANSKI, R.; VORCHHEIMER, M. La clínica de lo fraterno: una contribución desde una ampliación del psicoanálisis. **Revista de la Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupo**, v. 44, n. 1, p. 113-156, 2001.

MORGAN, R. **About adoption: a children’s views report**. New castle upon tyne: office of the children’s rights director, commission for social care inspection (CSCI), 2006.

MOTA, C. P.; MATOS, P. M. Does sibling relationship matter to self-concept and resilience in adolescents under residential care? **Children and youth services review**, v. 56, p. 97-106, 2015.

NEIL, E. The Sibling relationships of adopted children and patterns of contact after adoption. **Adoption & Fostering**, v. 23, n. 1, p. 59-60, 1999.

_____. The benefits and challenges of direct post-adoption contact: perspectives from adoptive parents and birth relatives. **Aloma**, v. 27, p. 85-115, 2010.

OLIVEIRA, C. A. DE; PEREIRA, E. G. Estudo sobre a Lei Nacional de Adoção: institucionalização, acolhimento familiar e cadastros. **Contextos Clínicos**, v. 4, n. 2, p. 113-122, 2011.

OTTAWAY, H. **Sibling connections: an exploration of adopted people’s birth and adoptive sibling relationships across the life-span**. 2012. 312f. Tese (Doutorado) – Norwich (UK): University of East Anglia, 2012. Disponível em: <https://ueaeprints.uea.ac.uk39144/>. Acesso em: 16 out.2018.

OZOUX-TEFFAINE, O. **Enjeux de l’adoption tardive**. Toulouse, France: Eres, 2004.

_____. **Adoption tardive, d'une naissance à l'autre.** Paris: Stock-Pernoud, 1987.

PACHÁ, A.; NETO, F. DE O. **O Cadastro Nacional de Adoção:** primeiros resultados. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/66375-cadastro-nacional-permite-tracar-o-perfil-da-adocao-no-brasil->. Acesso em: 23 jan. 2019.

PAIVA, L. D. Escuta e preparação da criança para construção de uma nova família na adoção internacional. In: LADVOCAT, C.; DIUANA, S. (Ed.) **Guia de Adoção.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. p. 331–341.

PEITER, C. Sobre a preparação de crianças para a adoção. In: GOMES, I. C. (Coord.); SILVARES, E. F. M.; JUNIOR, F. B. A.; PRISZKULNIK, L. (Ed.) **Família:** diagnóstico e abordagens terapêuticas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. p.99-112. (Série Fundamentos de Psicologia).

_____. **Adoção:** Vínculos e rupturas – do abrigo à família adotiva. 2. ed. São Paulo: Zagodoni, 2016.

_____. **Quando a clínica nos indaga e nos ensina sobre adoção de irmãos.** São Paulo: Zagodoni, 2017.p. 69-11. (Série Prática Clínica).

PEREIRA, T. S. **Desvendando o cuidado como valor jurídico:** abrigo e alternativas de acolhimento familiar. Belo Horizonte: IBDFAM, 2008. Disponível em: http://www.ibdfam.org.br/_img/congressos/anaais/176.pdf. Acesso em: 09 jul. 2018.

_____. O acolhimento e o melhor interesse da criança como princípios norteadores da proteção da infância e da juventude. In: ZIMERMAN, D.; COLTRO, A. C. M. (Ed.). **Aspectos psicológicos na prática jurídica.** 3. ed. Campinas: Millennium, 2010. p. 571-578.

_____. O princípio do “melhor interesse da criança” no âmbito das relações familiares. In: GROENINGA, G. C.; PEREIRA, R. C. (Ed.). **Direito de Família e Psicanálise:** Rumo a uma nova epistemologia. São Paulo: Imago, 2003. p. 2017-2217.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil:** percurso histórico e desafios do presente. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

ROCHA, M. I. M. Separação de irmãos no acolhimento e na adoção. **Revista Trimestral de Jurisprudência TJMS RTJ**, v. 34, n. 187, p. 7-11, 2013.

RODRIGUES, B. C; GOMES, I.C. Novas formas de parentalidade: do modelo tradicional à homoparentalidade. **Boletim de Psicologia**, 2012.

ROSA, R. Z. **Das Medidas socioeducativas e o ato infracional (Do Eca ao Sinase).** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

ROSSATO, L. A.; LÉPORE, P. E.; CUNHA, R. S. **Estatuto da criança e do adolescente:** Lei n. 8,069/90 - comentado artigo por artigo. 10. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

RUFO, M. **Irmãos, como entender essa relação.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

RUSHTON, A. **Siblings in late permanent placements.** London: British Association for

Adoption and Fostering (BAAF), 2001.

RYAN, S. D. et al. Kin adopting kin: In the best interest of the children? **Children and youth services review**, v. 32, n. 12, p. 1631-1639, 2010.

RYAN, S. D.; GROZA, V. Romanian adoptees. **International social work**, v. 47, n. 1, p. 53-79, 2004.

SAMEK, D. R.; RUETER, M. A. Associations between family communication patterns, sibling closeness, and adoptive status. **Journal of marriage and family counseling**, v. 73, n. 5, p. 1015-1031, 2011.

SANTOS, M. J. Z. **Separação de irmãos no processo de adoção**. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso – Bacharel em Psicologia. Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal – UNIDERP, 2005.

_____. Reflexões sobre o laço fraterno: um estudo da interface entre Direito e Psicologia. In: GOMES, I. C. (Ed.). **Clínica psicanalítica de casal e família: a interface com os estudos psicossociais**. São Paulo: Grupo Gen/Santos, 2009. p. 79-100.

SARAMAGO, J. **Manual de pintura e caligrafia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SAUNDERS, H.; SELWYN, J. **Adopting large sibling groups: the experiences of adopters and adoption agencies**. London: British Association for Adoption & Fostering (BAAF), 2011.

SCELLES, R. Formaliser le savoir sur le handicap et parler de leurs émotions: une question cruciale pour les frères et sœurs. **Neuropsychiatrie de l'Enfance et de l'Adolescence**, v. 51 (7), 389-396, nov. de 2003. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/journal/neuropsychiatrie-de-lenfance-et-de-ladolescence/vol/51/issue/7>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SECRETAS, M. B. O Afeto nas relações familiares – o novo enfoque do Direito da Família. In: GOMES, I. C. (Ed.). **Clínica psicanalítica de casal e família: a interface com os estudos psicossociais**. São Paulo: Grupo Gen/Santos, 2009. p. 129-135.

SELWYN, J.; MEAKINGS, S.; WIJEDASA, D. **Beyond the Adoption Order: challenges, Interventions and Adoption Disruption**. London: BAAF. 2015.

SHLONSKY, A.; WEBSTER, D.; NEEDELL, B. The ties that bind: a cross-sectional analysis of siblings in foster care. **Journal of social service research**, v. 29, n. 3, p. 27-52, 2003.

SILVA, D. M. P. **Psicologia Jurídica no Processo Civil Brasileiro**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

SILVA, M. L.; ARPINI, D. M. Nova Lei Nacional de Adoção: revisitando as relações entre família e instituição. **ALETHEIA**, n. 40, p.43-57, abr. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n40/n40a05.pdf>. Acesso em: 24 out. 2018.

SILVA, M. P. O.; GUIMARÃES, F. L.; PEREIRA, S. K. L. Caminhos para Adoção. In: LADVOCAT, C.; DIUANA, S. (Org.). **Guia da Adoção: no jurídico, no social, no psicológico e na família**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

SINGER, L. M.; BRODZINSKY, D. M.; BRAFF, A. M. Children's beliefs about adoption: A developmental study. **Journal of applied developmental psychology**, v. 3, n. 4, p. 285-294, 1982.

SIQUEIRA, A. C. A garantia ao direito à convivência familiar e comunitária em foco. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 29, n. 3, p. 437-444, 2012.

SMITH, S. L. *et al.* Where are we now? A post-ASFA examination of adoption disruption. **Adoption quarterly**, v. 9, n. 4, p. 19-44, 2006.

STAFF, I. *et al.* Methodological issues in studying sibling placement. **Social work research and abstracts**, v. 29, n. 2, p. 35-37, 1993.

STAFF, I.; FEIN, E. Together or separate: A study of siblings in foster care. **Child Welfare: Journal of Policy, Practice, and Program**, 71(3), 257-270, 1992.

STRATHERN, M. **Kinship, Law and the Unexpected: Relatives are always a surprise.** England (UK): Cambridge University Press, 2005. DOI: 10.1017/CBO9780511614514

TARREN-SWEENEY, M.; HAZELL, P. The mental health and socialization of siblings in care. **Children and youth services review**, v. 27, n. 7, p. 821-843, 2005.

TIMBERLAKE, E. M.; HAMLIN, E. R., 2nd. The sibling group: a neglected dimension of placement. **Child Welfare**, v. 61, n. 8, p. 545-552, nov. 1982.

TJDFT. **Adoção tardia é uma tendência a ser seguida pelas famílias.** 25/5/2011. Disponível em: <https://tj-df.jusbrasil.com.br/noticias/2700924/adocao-tardia-e-uma-tendencia-a-ser-seguida-pelas-familias>. Acesso em: 21 jan. 2019.

TJMS. **Lei traz alterações legislativas para o instituto da adoção.** Nota jurídica, 23/11/2017. Disponível em: <https://tj-ms.jusbrasil.com.br/noticias/523789166/lei-traz-alteracoes-legislativas-para-o-instituto-da-adocao>. Acesso em: 24 jan. 2019.

TOROK, M.; ABRAHAM, N. **L'écorce et le noyau.** Paris: Flammarion, 1987.

TRISELIOTIS, J. P.; RUSSELL, J. **Hard to Place: the outcome of adoption and residential care.** London: Heinemann Educational Publishers, 1984.

TUCKER, C. J.; MCHALE, S. M.; CROUTER, A. C. Conditions of sibling support in adolescence. **Journal of family psychology-JFP**, journal of the Division of Family Psychology of the American Psychological Association, v. 15, n. 2, p. 254-271, jun. 2001.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

VILLELA, J. B. **Repensando o Direito de Família.** In: I Congresso Brasileiro de Direito de Família. Anais. Belo Horizonte, 1997, p. 22-23.

VINAY, A.; JAYLE, S. Faire fratrie : réflexions autour du lien fraternel. **Neuropsychiatrie de l'enfance et de l'adolescence**, v. 59, n. 6, p. 342-347, 2011.

WARD, M. Sibling ties in foster care and adoption planning. **Child Welfare**, v. 63, n. 4, p. 321-332, jul. 1984.

WEBER, L. N. D. **Pais e filhos por adoção no Brasil**. Características, expectativas e sentimentos. Curitiba, PR: Juruá, 2003.

_____. **Laços de Ternura**: pesquisas e histórias de adoção. Curitiba: Juruá, 2004.

WEISSMANN, L.; GOMES, I. C (Org.). **Atendimento psicanalítico de família**. São Paulo: Zagodoni, 2014. (Série Prática Clínica).

WEDGE, P.; MANTLE, G. **Sibling groups and social work**: a study of children referred for permanent substitute family placement. Aldershot: (England): Avebury, 1991.

WINNICOTT, D. W. Fatores de integração e desintegração na vida familiar. In: **A família e o desenvolvimento individual**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001a. p. 59-72.

_____. **A família e o desenvolvimento individual**. São Paulo: Martins Fontes, 2001b.

_____. Família e maturidade emocional. In: **A família e o desenvolvimento individual**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001c. p. 129-138.

_____. Segurança. In: **A família e o desenvolvimento individual**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001d. p. 43-48.

_____. Sobre a criança carente e de como ela pode ser compensada pela perda da vida familiar. In: **A família e o desenvolvimento individual**. São Paulo: Martins Fontes, 2001e. p. 193-212.

WHELAN, D. J. Using attachment theory when placing siblings in foster care. **Child and adolescent social work journal**, v. 20, n. 1, p. 21-36, 1 fev. 2003.

WHITING, J. B.; LEE, R. E. Voices from the system: a qualitative study of foster children's Stories. **Family relations**, v. 52, n. 3, p. 288-295, 2003.

WIELEWICKI, A.; GALLO, A. E.; GROSSI, R. Instrumentos na prática clínica: CBCL como facilitador da análise funcional e do planejamento da intervenção. **Temas em Psicologia**, v. 19, n. 2, p. 513-526, 2011.

WOJCIAK, A. S.; MCWEY, L. M.; HELFRICH, C. M. Sibling relationships and internalizing symptoms of youth in foster care. **Children and youth services review**, v. 35, n. 7, p. 1071-1077, 2013.

WOJCIAK, A. S.; MCWEY, L. M.; WAID, J. Sibling relationships of youth in foster care: A predictor of resilience. **Children and youth services review**, v. 84, p. 247-254, 2018.

WULCZYN, F.; ZIMMERMAN, E. Sibling placements in longitudinal perspective. **Children and youth services review**, v. 27, n. 7, p. 741-763, 2005.